



Carlos Alberto Máximo Pimenta
organizador

OUTROS

DESENVOLVIMENTOS:

EM DESTAQUE A

CULTURA,

RELAÇÕES DE FORÇAS E DISPUTAS

Carlos Alberto Máximo Pimenta
Organizador

OUTROS DESENVOLVIMENTOS:

EM DESTAQUE A CULTURA, RELAÇÕES DE FORÇAS E DISPUTAS



Taubaté - SP
2023

EXPEDIENTE EDITORA

edUNITAU

| Diretora-Presidente: Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

Conselho Editorial

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa
| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa
| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti
| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Ma. Silvia Regina Ferreira Pompeo de Araújo
| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Viviane Fushimi Velloso
| Área de Biociências: Profa. Dra. Milene Sanches Galhardo
| Área de Exatas: Prof. Dra. Érica Josiane Coelho Gouvêa
| Área de Humanas: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
| Consultora Ad hoc: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Projeto Gráfico

| NDG – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté
| Coordenação: Alessandro Squarcini
| Diagramação: Rafael Campos de Jesus
| Revisão: Do autor
| Impressão: Eletrônica (e-book)

Ficha Catalográfica

| Bibliotecária Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

O949 Outros desenvolvimentos: em destaque a cultura, relações de
forças e disputas / organizador por Carlos Alberto Máximo
Pimenta. – Taubaté : EdUnitau, 2023.

Formato: PDF
Requisitos do sistema: Adobe
Modo de acesso: world wide web

ISBN: 978-65-86914-64-1 (on-line)

1. Cultura e desenvolvimento. 2. Cultura e diversidade. 3.
Economia da Cultura. 4. Processos de desenvolvimento e cultura. I.
Pimenta, Carlos Alberto Máximo. II. Título.

CDD – 305.231

Índice para Catálogo sistemático

Cultura e desenvolvimento – 305.231
Cultura e diversidade – 305.231
Economia da Cultura – 306.3
Processos de desenvolvimento e cultura – 305.231

Copyright © by Editora da UNITAU, 2023

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

A mudança radical introduzida pela “versant-decolonial” (*opção decolonial*) se move, se desconecta da ideia ocidental de que as vidas humanas podem ser descartadas por razões estratégicas e da civilização da morte (comércio escravo massivo, fomes, guerras genocídios e eliminação das diferenças a qualquer custo [...], em direção a uma civilização que encoraje e comemore a reprodução da vida [...].

MIGNOLO (2008, p. 315-316).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas, diferentes e diferenciadas, que sobrevivem “pelo”, “para”, “entre”, “no”, “do” do trabalho (Trabalho entendido como resultado do esforço histórico de homens e mulheres na configuração de técnicas, saberes e fazeres que organizam a vida em sociedade) em busca de dignidade, num mundo cada vez mais violento e que instiga a luta de todos contra todos.

Dessa perspectiva, nosso respeito a cultura e conhecimento dos povos pretos, no Brasil escravizados, e dos povos originários, no Brasil dizimados, os quais foram relegados a condição de “gente sem alma” pela violência colonial ocidental, traduzidas, ainda hoje, em mortes, prisões, favelas, violências, etc.

Ao imaginarmos outros mundos (desenvolvimentos), sabemos que não se pode falar em democracia ou liberdade ou cidadania ou felicidade enquanto houver genocídios contra indígenas, pretos, pobres e diferentes, em qualquer lugar. Só faz sentido “outros desenvolvimentos” se houver o incorporar de filosofias, saberes e ensinamentos advindos da cultura de todos os povos que compõem a nossa polifonia cultural, mas em simetria e associações paritárias. Desse lugar, espera-se o novo, o óbvio.

Utopia na distopia da contemporaneidade: apesar deles, amanhã há de ser outro dia! Ou como disse Carolina Maria de Jesus: “Seja a mudança que você quer ver no mundo”. Pessoas, obrigado por existirem, resistirem, insistirem e silenciarem (no silêncio também se luta).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
--------------------------	-----------

TRAJETÓRIAS DA DIVERSIDADE CULTURAL E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SEUS ENCONTROS NAS POLÍTICAS CULTURAIS.....	10
José Rogério Lopes	

CULTURA E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE ECONOMIA DA CULTURA, TERRITÓRIO E LOCAL.....	26
Carlos Alberto Máximo Pimenta	

LIMITES DO DESENVOLVIMENTO: DO CAMPO DE PESQUISA ÀS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL.....	44
Moacir José dos Santos	

ENVOLVIMENTO: ALTERNATIVA PARA UM DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIALMENTE JUSTO.....	60
Suzana Lopes Salgado Ribeiro	

AS IDENTIDADES TRANSNACIONAIS E TRANSCULTURAIS. A ‘PORTUGALIDADE’ COMO OPOSTO DAS LUSOFONIAS ENQUANTO POSSIBILIDADE INTERCULTURAL.....	72
Vítor de Sousa	

GEOGRAFIA, CULTURA E RURALIDADE.....	90
Flamarion Dutra Alves	

COMUNICAÇÃO E CULTURA COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO.....	104
Monica Franchi Carniello	

CONCEITOS, ENSINO E PRÁTICA SOBRE INDÚSTRIAS CRIATIVAS: OPINIÃO DE MESTRES PROFISSIONAIS SOBRE JORNALISMO EMPREENDEDOR.....	118
Edson Capoano, Maria Elisabete Antonioli, Jonas Gonçalves, Daniela Ribeiro, Elly M. Bueno, Raul Galhardi	

APONTAMENTOS SOBRE AS INTERFACES ENTRE A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E O CONCEITO DE SOCIEDADE.....	134
Rogério Rodrigues, Evandro Luiz Rodrigues, Lincoln Felipe Salomon Costa	

APRESENTAÇÃO

Trata-se de uma atividade organizada na disciplina *Desenvolvimento e Cultura*, ministrada no primeiro semestre de 2022, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG-DTECS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), em que convidamos pesquisadores para uma aula e, consequentemente, uma exposição de seus ensaios dentro da relação cultura e desenvolvimento.

A proposta era a de que cada aula tivesse uma leitura particular sobre o estado polifônico das dinâmicas culturais e da complexidade do tempo social contemporâneo, sem perder de horizonte a particularidade de cada tema tratado pelo expositor e suas correlações com as disputas e relações de força que se estabelecem em torno da cultura.

Convidamos alguns pesquisadores que trabalham a temática da cultura, por diversas áreas de conhecimento (antropologia, sociologia, história, geografia, comunicação social, educação, dentre outras), que foram se aproximando ao longo da última década (2012-2022), ora em grupos de trabalho de congressos ora em projetos investigativos.

Esses pesquisadores, brasileiros e portugueses, constituíram uma rede, cujo volume de informações e trocas geradas resultou em projetos, grupos de trabalhos em congressos (ANPOCS, ESOCITE.BR, ENCULT, SIDTECS, SEDRES, etc.), seminários, artigos científicos, livros, avaliações em bancas de mestrado e doutorado, amizades e por aí segue.

Registramos que este livro-coletânea *Outros Desenvolvimentos: em destaque a CULTURA, relações de forças e disputas* não se distancia da leitura dos projetos e processos comunitários/coletivos que ressignificam as relações locais e globais entre cultura e natureza, estas mediadas por interações de inovação, técnicas e tecnologias “populares”.

Na trilha em destaque – prospecção que visa contribuir para a ampliação de entendimentos sobre a potencialidade da cultura às temáticas do desenvolvimento, conceito hegemônico constantemente questionado, revisto, transformado e repensado – objetivamos apresentar um conjunto de discussões, a partir do trabalho de pesquisadores externos ao PPG-DTECS, que estudam a relação cultura e desenvolvimento, a considerar as dimensões do local, do regional e do global como elementos de tensões, resistências, existências, reconhecimentos, caos, contradições, controvérsias, ordem e desordem. Portanto, temos a colaboração de pesquisadores da UNITAU (São Paulo), UNIS (Minas Gerais), UNIFAL (Minas Gerais), IFTO (Tocantis), UMinho (Portugal) e FURG (Rio Grande do Sul).

Os textos ganham um caráter interdisciplinar, agrupados por proposições ensaísticas que não perdem as suas conexões com a cultura, o desenvolvimento e os processos teóricos que problematizam a ordem social, está sustentada na competição, individualização, concorrência e exploração de poucos sobre muitos.

Este livro-coletânea traz, em seu bojo, informações para que os futuros pesquisadores possam refletir em suas investigações, a partir de um marco teórico-conceitual-empírico que, aqui, denominamos de *Cultura e Desenvolvimento*. Denominação, esta, que se implica pelas correlações entre a economia, comunicação, escolhas socioculturais, sustentabilidades, bem viver e dinâmicas simbólicas (elementos que demarcam as demandas de nosso tempo).

Para além dos ditames hegemônicos, todos os textos formatam um conjunto de revisões críticas ao desenvolvimento econômico e as configuram como um espaço de questionamento à cultura, no sentido de ver ampliado olhares a respeito de organizações sociais menos perversas, para além da ideia de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico.

Desse enunciado, deveríamos, talvez, elaborar uma outra nomenclatura ao desenvolvimento ou constituir uma entrada epistemológica que permita uma outra inscrição de sociedade que perpassasse por princípios coletivos, participativos, distributivos e de dignidade às pessoas.

Há, a partir dos registros dos textos, experiências locais e regionais que refutam o desenvolvimento com ênfase numa economia predatória e no crescimento econômico. Há, inclusive, o argumento de que não se pode determinar que o desenvolvimento se estabeleça em estruturas e funcionalidades pontuais, monolíticas, lineares e centralistas.

Por estas dimensões, o conceito de desenvolvimento se traduz num paradoxo, visto que assume uma caracterização polissêmica. Esta polissemia, do ponto de vista da cultura (aqui entendida como resultado do trabalho humano e presente em tudo), possibilita a promoção de outras visões “de”, “do”, “para”, “no” e “sobre” o mundo e se refletem, por um lado, na cultura local – suas particularidades, essências e matizes – e, por outro, na proposta hegemônica de globalidade – universalização e padronização das coisas.

A diferença e a diversidade, marcas da cultura por definição, se colocam na efígie da mesma moeda do desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento e suas facetas interagem com questões relacionadas à visão de mundo e, dentro dessa perspectiva, apresenta inúmeros exemplos de outras organizações ao social, estas: justa, solidária, participativa, coletiva, em que se pode minimizar a luta de todos contra todos e inviabilizar a violência dos mais “fortes” contra os mais “fracos”.

Dessa perspectiva, os textos – *trajetórias da diversidade cultural e do desenvolvimento sustentável em seus encontros nas políticas culturais; cultura e desenvolvimento: reflexões sobre economia da cultura, território e local; limites do desenvolvimento: do campo de pesquisa às contradições do capital; envolvimento: alternativa para um desenvolvimento cultural e socialmente justo; as identidades transnacionais e transculturais. A ‘portugalidade’ como oposto das lusofonias enquanto possibilidade intercultural; geografia, cultura e ruralidade; comunicação e cultura como elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento; conceitos, prática e ensino sobre indústrias criativas: análise de meios nativos digitais e da opinião de mestres profissionais; e, apontamentos sobre as interfaces entre a questão do desenvolvimento e o conceito de sociedade* – apresentam as brechas para leitura do mundo contemporâneo e as outras possibilidades de entendimento do que chamamos de desenvolvimento, tomando como partida a cultura, o território e o local.

Portanto, esperamos que este livro-coletânea possa contribuir para futuras pesquisa no campo da cultura e desenvolvimento, bem como ampliar as vozes por um mundo com capacidade de promoção da dignidade das pessoas, das coisas e da natureza.

TRAJETÓRIAS DA DIVERSIDADE CULTURAL E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SEUS ENCONTROS NAS POLÍTICAS CULTURAIS

José Rogério Lopes¹

Introdução e mediações

Este texto é uma elaboração ampliada e sistematizada de exposição apresentada em uma aula no PPG Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, da Universidade Federal de Itajubá, MG, em 2022. Na aula, busquei descrever e analisar algumas questões introdutórias ao debate sobre as temáticas enunciadas nos termos do título acima. Posteriormente, sistematizei o texto na forma de uma revisão teórica sobre a trajetória relacional dessas concepções e seus desdobramentos. Primeiramente, estabeleço as definições acerca dos estatutos dessas concepções e, na sequência, as inscrevo em uma trajetória dos seus encontros nas políticas culturais brasileiras. Para tanto, considere duas perspectivas de abordagem, entre outras possíveis, para explicitar questões que considero importantes, frente à teleologia que elas projetam. Do exame dessas questões, considero alguns desdobramentos importantes, que deslocam o nexos situacional da trajetória relacional das concepções para o nexos de uma relação que estabelece lugares de interpretação possíveis entre as mesmas.

Marco teórico: estatutos conceituais das concepções e suas derivações

A definição dos estatutos conceituais das concepções em discussão implica considerar duas perspectivas complementares. A primeira perspectiva trata da correspondência aqui estabelecida entre os termos diversidade cultural e desenvolvimento sustentável e provoca algumas reflexões basilares. Em princípio, a partícula integrativa *e*, que une os termos diversidade cultural/desenvolvimento sustentável, faz supor que a ordem de exposição dos mesmos não é causal. Portanto, a enunciação dos termos possibilita estabelecer correspondências análogas (operadas por identificação de aparências e funções), ou homólogas (operadas por reconhecimento de gêneses e desenvolvimentos) entre eles.

Das primeiras, pode-se expor aproximações e distinções estabelecidas pelas representações sociais que dão suporte aos termos e os movimentam, ao modo de “sistemas simbólicos compatíveis” (BERTRAND, 1989). Pode-se questionar, então: como se estabeleceu ou como se estabelece essa compatibilidade? Das segundas, pode-se expor aproximações e distinções entre formas e modos de interação tecidos entre arranjos

¹ Professor do PPG em Desenvolvimento Regional-UFT, Professor Visitante do PPG Educação da FURG, RS, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: jsrgrolopes@gmail.com

situacionais e históricos dessas concepções. Disso se pode questionar: quando se legitima essa compatibilidade e quais foram seus desdobramentos?

Ocorre que, para alcançar alguma generalidade na discussão, as correspondências entre esses termos devem levar em consideração o estatuto das concepções que os fundamentam.

O que estabelece o estatuto da diversidade cultural?

Desde Claude Lévi-Strauss (1976), em *Raça e História* (ensaio escrito pelo antropólogo no quadro de uma discussão global proposta pela UNESCO, após a 2ª Guerra Mundial), as reflexões acerca desse estatuto se orientam pelas ameaças de desumanização do outro (ou do diferente) geradas nos conflitos e nas lógicas de rotulação e subordinação sociais delas decorrentes. Se os conflitos bélicos e a ideologia do arianismo fundamentaram a reflexão do antropólogo, naquele momento, pode-se questionar: quais são os processos sociais que movimentam a discussão, na atualidade?

Essa discussão é importante na medida em que o reconhecimento desses processos explicita duas vertentes de construção do estatuto da diversidade: de um lado, a diversidade opera um movimento *constitutivo* do humano que, segundo Dan Sperber (1992), se define como capacidade de se diferenciar; de outro lado, a diversidade opera *lógicas de clivagem*, na medida que a diversidade é uma idealização que se objetiva, ou materializa, em condições sociais históricas e específicas e, portanto, está condicionada pela singularidade de uma forma de sociedade e está relacionada às formas organizadoras e organizadas da mesma (CASTORIADIS, 1987). Neste caso, cabe indagar: quais processos idealizam a diversidade e quais a objetivam ou materializam?

A segunda perspectiva se configura pela regular definição situacional que se impôs sobre a diversidade cultural. Na medida em que a diversidade cultural tem acompanhado o processo de crescimento urbano, ela inscreveu contrastes no modo de desenvolvimento que acelerou a concentração urbana em regiões metropolitanas das sociedades ocidentais. Tais contrastes têm evidenciado lógicas de mobilidade e fixação de categorias muito distintas de sujeitos e coletividades e têm multiplicado as demandas por recursos e direitos, de e entre essas categorias, em formações socioterritoriais² ora integradas a esse modo de desenvolvimento, ora em tensão com ele.

As fronteiras entre as formações socioterritoriais integradas e as que se fazem em tensão com o modo de vida metropolitana são porosas, como temos constatado recentemente, mas mesmo tal porosidade é reconhecida frente a um modo de regulação geral.

Nesse sentido, Castells (1983), no livro “A questão urbana”, aponta um dilema dos dispositivos de regulação urbana (do planejamento urbano, ou do urbanismo, apropriado desde pesquisas americanas da década de 1990), que indicava que cidades com população superior a 300 mil habitantes tornavam-se sistemas urbanos abertos. Nessa

² Formações socioterritoriais são compreendidas aqui como experiências coletivas de afirmação identitária enraizadas em um território determinado e organizadas segundo as interações entre humanos, e humanos e não-humanos, que o habitam.

condição, começam a pulular problemáticas que o planejamento urbano não consegue mais prever ou controlar, limitando-se daí a reconhecê-las para orientar a resolução das tensões latentes e manifestas que elas geram.

Considerando essa condição, questiono se a diversidade cultural estaria construindo um dilema semelhante, atualmente, sobretudo, quando discutimos o alcance do outorgamento de direitos e recursos para a garantia de um desenvolvimento sustentável? Expressando de outra forma: em que medida a garantia de um desenvolvimento sustentável implica a objetivação e materialização de modos de desenvolvimento justos, frente à diversidade cultural?

Cabe agora questionar como se estabelece o estatuto do desenvolvimento sustentável.

O termo desenvolvimento emerge como concepção na modernidade, associado a uma lógica ocidental de expansão dos princípios fundantes da doutrina positivista de progresso e coesão social (ordem), cujo correlato mais duradouro é encontrado nos processos de modernização social (HARVEY, 1992), mas que se encerra, regularmente, em um único modo de modernização (TOURAINÉ, 2006). Essa associação, já criticada por Sen (2000), é complementada e orientada pela concepção de crescimento econômico, após a Segunda Guerra Mundial, e

passou a ser um parâmetro comparativo entre os países. Com a criação do desenvolvimento, cria-se também o subdesenvolvimento. Muitos países em desenvolvimento, devido ao imperialismo e a cosmologia capitalista, foram e são levados a crer que o que é bom para os países desenvolvidos também deveria ser bom para os países subdesenvolvidos. O desenvolvimento traz em si a lógica da colonialidade (BUTZKE, THEIS, MANTOVANELLI JÚNIOR, 2018, p. 94).

Esse processo, que caracteriza a concepção de desenvolvimento como um modelo que é “ofertado”, senão mesmo, imposto através de processos de mudança social (HAGEN, 1967), tem obscurecido a visão substancial de desenvolvimento “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17).

O obscurecimento dessa visão configurou o desenvolvimento como uma referência ideopolítica³ que reafirma e reproduz continuamente um determinado modo de modernização (ocidental), em seu movimento linear de mudanças societárias, como formação hegemônica⁴ (WILLIAMS, 1979).

³ Segundo Williams (1979, p. 112), a ideologia “é um sistema relativamente formal e articulado de significados, valores e crenças, abstraído como ‘visão de mundo’, ou ‘perspectiva de classe’”.

⁴ Segundo Williams (1979, p. 113), a concepção de hegemonia assemelha-se, com frequência, às noções de ideologia e dominação, mas não reduz a consciência à configuração de um sistema de ideologias. Ela se constitui “como um senso de realidade absoluta (...) para a maioria das pessoas (...) porque experimentada”, parecendo confirmar-se reciprocamente.

Considerando esse movimento e sua tendência linear-expansiva de reprodução, pretendo discutir, neste texto, a ideia de que a concepção de desenvolvimento vem se tornando *“um instrumento teórico visando orientar as ações práticas”* (HOFFMANN, 2011) de indivíduos, grupos e coletivos que compõem uma dada formação social e cultural inclusiva.

Marco metodológico, ou horizontes de convergência dessas perspectivas

A abordagem metodológica utilizada na elaboração dessa discussão está estruturada nos procedimentos da revisão bibliográfica e considera duas referências complementares. A primeira assenta-se na distinção estabelecida das correspondências análogas e homólogas entre as concepções em pauta, enquanto sistemas simbólicos compatíveis. Na medida em que o estatuto da diversidade se diferencia em formas de idealização e objetivação que acompanham os processos de crescimento urbano e inscrevem contrastes regulares nos mesmos, as manifestações expressivas ou significativas desse estatuto tendem a explicitar tensões (ou contradições) com a concepção de desenvolvimento, quando esta é expressa em um único modo de modernização. Assim, as formas e modos de interação tecidos entre os arranjos situacionais e históricos dessas concepções devem considerar como as tendências à diversidade são incluídas em um modelo de desenvolvimento hegemônico.

Nessa perspectiva, sigo a elaboração de Williams (1979, p. 114), de que hegemonia é “uma formação cultural e social inclusiva, efetiva, que se amplia constantemente de forma a incluir toda a área da experiência, formando e sendo formada por ela”. Ou seja, “uma hegemonia vivida é sempre um processo” (Idem, p. 115), não podendo ser simples, nunca.

Segundo Williams (1979), desde o interesse da análise cultural, o foco dessa discussão se orienta em entender o processo hegemônico do desenvolvimento em seu caráter transformacional, se atualizando e inscrevendo em práticas culturais localizadas, apreendidas em suas amplitudes finitas, mas significativas. Isso implica circunscrever os marcos do caráter transformacional do processo hegemônico do desenvolvimento, primeiramente, e na sequência inscrever as práticas culturais localizadas nesse processo, em análises situacionais.

Aqui, utilizo a concepção de articulação, elaborada por Hall (2003) e busco evidenciar que a inscrição dessas práticas culturais no processo hegemônico do desenvolvimento é operada pelas políticas culturais. Segundo Hall (2003, p. 161),

Há distintas contradições sociais cujas origens são também diversas; [...] as contradições que impulsionam os processos históricos nem sempre surgem no mesmo lugar, nem causam os mesmos efeitos históricos. Devemos pensar sobre a articulação entre as diversas contradições, sobre as distintas especificidades e

durações pelas quais elas operam, sobre as diferentes modalidades nas quais funcionam.

Como exposto por Piedras e Jacks (2006, p. 8),

no nível teórico-metodológico, a articulação proposta por Hall é um “processo de criação de conexões” e caracterização das formações sociais pela contextualização do objeto de análise [...]. A partir daí, pode-se explorar os distintos elementos que fazem parte da unidade analisada, bem como as relações entre eles, que co-determinam a sua presença social.

Isso implica situar as tensões que a concepção de diversidade cultural inscreve no processo de desenvolvimento, atualizando problemáticas na trajetória das políticas culturais, como práticas de orientação⁵.

Encontros entre cultura e desenvolvimento nas políticas culturais

Desde a perspectiva de cultura que orienta a trajetória das Políticas Culturais no Brasil, para a discussão em pauta neste texto, importa destacar as elaborações de Calabre (2014, 2010) e os estudos coordenados por Rubim e Barbalho (2007), e Rubim e Rocha (2012), que descrevem e enfatizam o histórico institucional de ambas, em convergência com a formação do Estado Nação brasileiro e sua contemporaneidade. Em uma lógica equivalencial, Ortiz (1985) já havia exposto os marcos institucionais e de mudanças, nesse histórico, desde a República Velha e a ditadura varguista (com sua política do controle), passando pelas elaborações nacionais-desenvolvimentistas dos governos civis das décadas de 1950 e 60 e da ditadura militar inaugurada em 1964 (e seu controle da política).

Durante quase todo o século XX, a orientação dirigida à formação do Estado Nação estabelecia uma correspondência análoga entre cultura, identidade nacional e “políticas culturais”, em um processo gradual de reducionismo da pluralidade de manifestações culturais existentes no país, ora em proveito de uma cultura nacional com caráter universalizante e moderno (debate modernistas x regionalistas)⁶, ora em proveito de

⁵ Seguindo Hui (2020, p. 124), “Devemos tomar o termo ‘orientação’ em seu sentido literal aqui ou, mais especificamente, como *Erörterung* – isto é, uma identificação quanto a onde se está e ao que se virá a ser”.

⁶ Debate efetivado entre os participantes da Semana de Arte Moderna (Mário de Andrade, Oswald de Andrade, entre outros) e os autores do Manifesto Regionalista, na década de 1930. Neste contexto, é Mário de Andrade quem estabelece as bases da política cultural governamental, no Brasil, em sua passagem pela Secretaria de Cultura de São Paulo.

um projeto modernizador nacionalista, pouco institucionalizado como na política varguista, ou mais institucionalizado como nos governos da ditadura e os usos que faziam dos meios de comunicação (CALABRE, 2010; MICELI, 1984a; OLIVEN, 1984)⁷.

Neste contexto, emerge uma primeira aproximação entre a concepção de cultura, as políticas culturais e as concepções de desenvolvimento, que seria tema de discussões acaloradas e teorizações importantes elaboradas desde o ISEB-Instituto Superior de Estudos Brasileiros, para a definição de um projeto de sociedade para o Brasil (ORTIZ, 1985). Tais discussões tensionavam uma concepção de cultura patrimonial-identitária, em geral orientada à preservação do passado, e uma concepção de criação de bens culturais, dinâmica, organizada e politicamente orientada à valorização da pluralidade cultural.

O contexto dessas discussões e elaborações, na passagem da década de 1950 para a de 1960, foi interrompido pelo golpe militar de 1964 e abafou um campo de possibilidades aberto às definições dos projetos societários e sociais de criação de bens culturais.

Durante o período da ditadura militar, a concepção de cultura foi modulada pela “construção institucional” (MICELI, 1984a) de dispositivos governamentais que, em associação com a política de segurança nacional, orientou uma lógica de desenvolvimento ordenada, no país. No caso dos dispositivos institucionais de cultura, a orientação manteve-se restrita ao projeto nacional-desenvolvimentista, enfatizando-se a identidade patrimonialista de preservação do passado, de um lado (com a criação do IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional, em 1970) e, de outro, uma dimensão popular-folclórica romantizada e associada com criações urbanas, visando atualizar a noção política de “povo brasileiro”. Esta orientação se operou em associação com um modelo de ampliação de matrículas nas escolas públicas, para filhos das classes populares (Lei 5.692, de 1971), e o uso dos meios de comunicação, cujo avanço e difusão consolidou o escopo de uma cultura de massas e de uma indústria cultural.

Se no começo da década de sessenta o regionalismo, especialmente o nordestino, era visto como um dos temas mais candentes da nacionalidade, o Estado e os meios de comunicação se apropriam desta temática através de uma manipulação que a transforma em assunto trivial e anódino, criando programas que procuram valorizar “aquilo que é nosso” [...] nesta proposta o Brasil seria justamente esta soma colorida e tropical de manifestações regionais (apresentadas de um modo museológico e tendendo para o exótico e turístico) que precisam ser conhecidas e

⁷ Esse processo reducionista da pluralidade cultural brasileira é recorrente e pode ser apreendido, também, na discussão que Oliven (1984, p. 43) elaborou sobre o “tipo social que é apresentado como representativo da nacionalidade”, desde o Império até o período pós 1964.

valorizadas junto com as criações produzidas nos grandes centros e que são divulgadas nas mais distantes áreas do país como forma de modernidade e integração (OLIVEN, 1984, p. 51).

Tal consolidação ampliou o escopo dos dispositivos institucionais de cultura para o cinema (com a criação da Embrafilme, em 1969) e se difundiu, posteriormente, a outros campos artísticos com a criação da Funarte e a aprovação da Política Nacional de Cultura, em 1975. Como corolário dessa modulação,

o Estado avoca a si o papel de manter acesa a chama da memória nacional e por conseguinte se transforma no criador e bastião da identidade nacional [...] nisto que consiste a tentativa de substituir um modelo fundamentalmente baseado na coerção por um modelo ancorado na hegemonia que funcionaria em termos de manipular símbolos nacionais (OLIVEN, 1984, p. 51).

Complementar a essa modulação, o projeto desenvolvimentista do governo da ditadura atuava em duas frentes complementares: a planificação social (planejamento de regiões metropolitanas, etc.) e a constituição de Áreas de Segurança Nacional. Essa distinção importa aqui, para enfatizarmos que o modelo nacional-desenvolvimentista tecnológico emergiu nas Áreas de Segurança Nacional, como na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, estado de São Paulo (CTA, ITA, INPE, Embraer), reforçando uma concepção de polos concentradores nas regiões metropolitanas, desdobrada da abertura do mercado nacional à instalação das corporações multinacionais, desde o governo de Juscelino Kubitschek.

Assim, o modelo de desenvolvimento tecnológico concentrador e os dispositivos institucionais da cultura configuraram o quadro de difusão de uma concepção de modernização-desenvolvimento centralizada na região sudeste do país. A difusão desse modelo abafou, por sua vez, os potenciais culturais e os modos de desenvolvimento desalinados a esta centralidade. Neste sentido, é no quadro dessa concepção hegemônica de desenvolvimento que os questionamentos sobre desenvolvimento são formulados, primeiramente, em uma concepção adaptativo-integradora que correspondesse ao papel funcional atribuído às regiões do país no projeto social estabelecido⁸.

Na lógica desse projeto de hegemonia não cabia atribuir à cultura estatuto de política estruturante, estando a mesma vinculada à educação, de maneira subordinada, em um mesmo Ministério.

⁸ Seguindo a tipologia de áreas de desenvolvimento elaborada por Arrighi (1997), esse papel funcional instala uma assimetria nas regiões entre núcleos orgânicos, semiperiferias e periferias, caracterizadas respectivamente pela capacidade de inovação, capacidade de apropriação da inovação, e incapacidade de inovar ou apropriar-se de inovações.

A ausência de uma orientação democrática, nessa “construção institucional”, passa a ser questionada em finais da década de 1970, e repercute nas elaborações políticas e acadêmicas da década seguinte, sendo incluída na agenda do processo de abertura política. Nesse sentido, afirmara Miceli (1984, p. 14): “é preciso respeitar e promover não a visão idealizada de uma suposta identidade cultural (por vezes ingênua, por vezes intencional, mas sempre politicamente instrumental), mas sim a pluralidade cultural enraizada na grande diversidade social, regional e étnica do país”.

Desde essas expressões, pluralidade e diversidade passam a compor os discursos e as manifestações de atores sociais que demandavam políticas próprias para a cultura, chegando ao período Constituinte e o ciclo contemporâneo inaugurado pela Constituição, cuja ênfase dos processos reivindicatórios assentava-se no direito a ter direitos (VIEIRA, 2004).

As lutas sociais pela democratização e a emergência de um quadro de expressões, práticas e manifestações de diversidade cultural e regional, em reivindicação de direitos, ao porem fim à ditadura e iniciarem as negociações de um processo Constituinte, mudam progressivamente aquela concepção adaptativo-integradora e inauguram um tempo de afirmação da concepção pluralista de desenvolvimento (modos de desenvolvimento) e de reivindicação de processos de descentralização de poder a ela associados (BOBBIO, 1988).

Essas lutas possibilitam, também, a redefinição das lógicas territoriais de organização dos atores societários, em razão dos propósitos e motivações que fundam seus vínculos e compromissos identitários (BAJOIT, 2006). E daí, à reorganização dos referenciais de comunidades (LIFSCHITZ, 2011), em torno das políticas públicas (não só as culturais, mas sobretudo) e das concepções de desenvolvimento (QUINTERO, 2015).

A primeira lógica de reorganização refere-se aos agenciamentos⁹ e mudanças operadas por atores diversos do cenário cultural brasileiro, que buscaram imprimir os registros de suas experiências coletivas e comunitárias na configuração de patrimônios e outros bens culturais (LOPES, 2017; SANTOS, 2012). Organizando-se sobre essa nova orientação assimétrica das hierarquias que regem as classificações das mentalidades colecionistas, tais agenciamentos afetaram o escopo dos dispositivos institucionais das políticas culturais. Sobretudo, tais agenciamentos inverteram a lógica incrementalista dos processos de patrimonialização dos bens culturais/coletivos (de “imposição” de identidades), em proveito de um movimento *bottom-up*, processando novas lógicas de outorgamento de bens, direitos e títulos patrimoniais, reivindicados por uma miríade de implementadores individuais e coletivos.

⁹ Utilizo a noção de agenciamento, aqui, como esboçada por Yúdice (2006). Trata-se de identificar atores que agenciam recursos identitários recuperados de uma “reserva disponível” nas trajetórias comuns de suas formações culturais específicas, em diálogo com modelos culturais predominantes na sociedade globalizada. Esse predomínio se expressa na configuração de um campo de forças performáticas a condicionar a ação dos atores que, por vezes, imprimem uma dinâmica de operar agenciamentos nos intervalos daqueles modelos.

A segunda caracteriza a convergência desses agenciamentos com a onda ambientalista da década de 1990. Segundo Jimenes (2019, p. 56-57),

Alavancado pela crescente percepção dos efeitos colaterais da industrialização, do crescimento demográfico exponencial e da deterioração acelerada do universo natural, o movimento ambientalista se estabeleceu como uma espécie de corpo onipresente nos mais diversificados assuntos, em variados fóruns de discussão, em políticas públicas [...] Ao passo que a discussão se aprofundava [...] um termo específico popularizou-se: o *desenvolvimento sustentável*.

Em que pese a concepção utilitarista de ecologia que fundamentou a difusão desse conceito, inicialmente, por sobredeterminar a importância da natureza em torno da concepção do desenvolvimento econômico¹⁰, ainda na década de 1990 emerge outra concepção “mais humanista e inclusiva: privilegiando o papel da diversidade sociocultural e os inúmeros modos de apropriação da natureza” (JIMENES, 2019, p. 58)¹¹.

E aqui, importa destacar que essas lógicas imprimiram registros diversificados aos usos que se fazem atualmente das concepções de desenvolvimento, em relações emergentes no âmbito de práticas e expressões da diversidade cultural. Essas práticas e expressões emergiram na valorização dos modos de vida e saberes étnicos ou tradicionais, como processo de ressarcimento ou resgate histórico, em sincronia com as lutas por reconhecimento de segmentos que inscrevem a diversidade cultural em modos de vida urbano cosmopolitas (HUI, 2020).

Por fim, cabe reconhecer que o amadurecimento da concepção de diversidade cultural, em relação com os processos e modos de desenvolvimento, históricos ou atuais, objetivou uma teleologia em crescente afirmação nas políticas culturais das últimas décadas: a trajetória dessas políticas, entre as ações coletivas locais ou globais, e a institucionalização dos processos de reconhecimento, do direito às diferenças, das políticas de identidade e dos direitos culturais marcaram uma crescente democratização de tais políticas.

Desde uma agenda desenvolvida pela UNESCO, a partir do Acordo de Florença, em 1950, uma série de convenções e regulações foi se estabelecendo¹² e gerando im-

¹⁰ Nesse sentido, ver a crítica elaborada por Enrique Leff (2009). Outra crítica dessa sobredeterminação, e seus efeitos civilizacionais, encontra-se em Ulrich Beck (2018,1997).

¹¹ Os arranjos decorrentes dessa convergência na trajetória recente dos dispositivos institucionais das políticas culturais brasileiras foram analisados por Lopes e Totaro (2016).

¹² A trajetória desse estabelecimento inclui, segundo Silva (2015, p. 372): “a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972), o Protocolo de Nairóbi (1976), a Declaração sobre Raça e Preconceitos Raciais (1978), a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (México, 1982), a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção

pactos situacionais distintos em vários países. Nesse processo, a concepção de diversidade cultural foi se configurando como princípio fundamental de afirmação da democracia, sobretudo associando o caráter transversal de tal afirmação em associação com o pluralismo cultural, os direitos humanos, a criatividade e a solidariedade, como se inscrevem nos títulos dos capítulos da *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (UNESCO, 2001).

E considerando os impactos situacionais dessa agenda, sobretudo nas relações entremeadas com o modo de desenvolvimento ocidental, em suas expressões globais, nacionais ou locais, ora ela se confirma, ora ela se problematiza. Essa oscilação se explicita segundo os arranjos organizativos que buscam objetivar a polissemia do conceito de diversidade cultural, circunscrevendo-o em categorias operacionalizáveis ou em regimes de medida de seu impacto na economia.

No bojo dessa oscilação, várias iniciativas de democratização das políticas culturais brasileiras, nas últimas décadas, enfatizaram algumas dificuldades estruturais. Assim, contextualizados nos arranjos institucionais que orientaram tais políticas, alguns fatores se destacam, entre eles: a dimensão dos territórios delimitados pelas políticas, ou para as políticas (RUBIM, 2012); as redes constituídas pelos atores dessas políticas e suas capacidades de agenciar recursos (CAVA, 2015); e a constatação de que o termo cultura é apropriado pelas comunidades e coletividades tradicionais, como critério de desempenho, em sua interação com agências governamentais e institucionais (LOPES, TOTARO, 2016, YÚDICE, 2006), sobretudo, devido ao caráter normativo que orienta a definição convencional de diversidade cultural¹³.

E embora essa tríade seja constitutiva do escopo das políticas culturais no país, ela ainda não alcançou o território brasileiro de maneira universal, de forma que se torna necessário investigar e analisar os processos de marcação da diversidade cultural em regiões nas quais essas políticas ainda carecem de efetividade. Penso que essa necessidade deve se inscrever como um problema a ser equacionado, nos dispositivos das políticas culturais, de maneira a gerar proposições mais gerais das correspondências da diversidade cultural com a concepção de desenvolvimento sustentável, em suas variações manifestações.

Desdobramentos

Do exame das questões anteriores, considero agora alguns desdobramentos importantes, que deslocam o nexo situacional da trajetória relacional das concepções em

sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)”. O conjunto dessas convenções e regulações em torno da relação entre diversidade cultural e desenvolvimento sustentável tem propiciado a constituição de novos dispositivos institucionais nas políticas culturais. No Brasil, os Programas Cultura Viva e Brasil Plural, que se fundiram em 2011, são exemplos desse processo.

¹³ Por definição de convencional entende-se que a concepção tem se assumido normativa, nos documentos da Unesco, como nos documentos das políticas culturais brasileiras.

pauta para o nexo de uma relação que estabelece lugares de interpretação possíveis entre as mesmas.

Um primeiro desdobramento é reconhecido pelo fato de que, apesar dos encontros das concepções de diversidade cultural e desenvolvimento, nas políticas culturais, terem produzido uma teleologia de democratização social, a revisão da trajetória de tais encontros evidencia várias tensões. Na trajetória das políticas culturais, as práticas de afirmação ou reconhecimento da diversidade foram regularmente moduladas pelas concepções hegemônicas de desenvolvimento, em suas estruturas de reprodução de um único modo de modernização. No período de redemocratização, após a Constituição de 1988, a emergência de processos de afirmação e valorização da diversidade cultural, em diversas escalas, buscaram estabelecer novas orientações às políticas culturais, articuladas com concepções de desenvolvimento que se abrem a variados modos de modernização, incluindo-se aí o desenvolvimento sustentável.

Assim, as modulações operadas pelo desenvolvimento sobre a diversidade cultural retroagem sobre o próprio desenvolvimento, na medida em que as práticas de diversidade são convencionadas socialmente, em escalas variadas. Ocorre que as convenções sobre a diversidade projetam uma teleologia de democratização que se afirma em quadros e alicerces institucionais e normativos. Nesse sentido, os deslocamentos das modulações entre as concepções em pauta podem ser analisados sob a noção de dupla articulação proposta por Hall (2003, p. 167):

Por “dupla articulação” quero dizer que a estrutura – as condições dadas de existência, a estrutura das determinações em qualquer situação – pode também ser compreendida, de outra perspectiva, como simples resultado de práticas anteriores. Pode-se dizer que uma estrutura é o resultado de práticas anteriormente estruturadas. Estas, portanto, constituem as “condições dadas”, o ponto de partida necessário, para novas gerações de práticas. Em nenhum caso deverá a “prática” ser tratada como algo transparentemente intencional; fazemos a história, mas com base em condições anteriores não produzidas por nós mesmos. A prática é a forma como uma estrutura é ativamente reproduzida.

E se as modulações operadas entre as concepções de desenvolvimento e diversidade oscilam entre si, na lógica de uma dupla articulação, deve-se reconhecer, por outro lado, que a concepção de desenvolvimento ainda se reproduz no quadro das dinâmicas estruturais – a própria concepção de desenvolvimento sustentável implica esse entendimento, apesar de sua polissemia – enquanto a concepção de diversidade cultural se reproduz no quadro de práticas localizadas, mesmo que convencionalizadas em diversas es-

calas. É nesse sentido que a concepção de desenvolvimento foi se tornando “*um instrumento teórico visando orientar as ações práticas*” (HOFFMANN, 2011) de indivíduos, grupos e coletivos que compõem uma dada formação social e cultural inclusiva.

Outro desdobramento decorre dessa propriedade relacional que as trajetórias da diversidade cultural e do desenvolvimento evidenciam de gerar modulações recíprocas. Isso decorre da maneira com que a definição situacional da primeira é impactada pelo movimento expansionista de formação inclusiva dos processos de desenvolvimento. Como os termos cultura e desenvolvimento podem ser considerados “termos-valise” (BURITY, 2007, p. 51), quando não se analisa as imbricações entre os mesmos, é sempre necessário considerar a própria construção das relações entre eles.

Nesse sentido, das modulações evidenciadas anteriormente destaca-se uma necessária distinção entre o local e o lugar dos encontros da definição situacional de diversidade cultural e dos processos de desenvolvimento. Embora sejam tratados regularmente como equivalentes, é importante destacar que o termo local se refere à localização – espacial e social – enquanto uma escala de percepção dos fenômenos (SANTOS, 1997). Já o termo lugar refere-se à formação de vínculos e à imaginação possível das mudanças (YÁZIGI, 2001).

Desde essa constatação, avaliar a relação entre cultura e desenvolvimento deve partir, segundo Burity (2007), de reflexões que envolvem a ideia de lugar: o lugar do desenvolvimento, o lugar da cultura e o lugar na relação entre cultura e desenvolvimento.

A ideia de lugar permite revisar duas representações: a vinculação da cultura ao local, ou comunidade, como espaço vivencial, e a virtualidade valorizada da cultura na imaginação da mudança e dos problemas globais contemporâneos. A convergência dessas representações permite reconhecer a aposição de valores e a singularidade dos processos de desenvolvimento na modernidade, segundo o autor (2007, p. 52-53):

Refiro-me à idéia de que a cultura não tem lugar, quer dizer, um certo cosmopolitismo dessa representação dominante da cultura como ligada a um processo de implementação de valores, de direitos, de projetos, de imaginações do social, a saber a modernização, que não estaria preso a lugar, e por isso mesmo animaria, daria combustível a uma concepção do desenvolvimento como algo que não tem lugar, que não surge de um lugar, e portanto pode acontecer em qualquer lugar, ocultando qualquer idéia de que estaria remetido a uma experiência específica, singular, irrepetível.

Assim, retomando aspectos das trajetórias anteriormente descritas sobre o lugar do desenvolvimento, no século XIX, falava-se de progresso, uma marca do desenvolvimento expansivo das sociedades euro-ocidentais, através da empresa colonial e do

avanço do capitalismo industrial. Nos anos 1930-40, esses fatores convergem para um modelo de desenvolvimento que se expande depois da segunda Guerra Mundial, estruturado nas mudanças operadas pela modernização¹⁴, e dividindo o mundo, segundo as condições e possibilidades de integração das sociedades a esse modelo¹⁵. Como o discurso do desenvolvimento torna-se uma forma de intervir na realidade, a concepção de cultura, nesse sentido, é de obstáculo, atraso (resíduo pré-moderno), que deve ser modernizada, ideia que se reproduz até a década de 1970.

Sobre o lugar da cultura no desenvolvimento, a partir da década de 1980 a cultura passa a ser valorizada, devido ao esgotamento do protagonismo econômico nos modelos de desenvolvimento, assim como do “papel indutor ou regulador do Estado como motor do desenvolvimento” (BURITY, 2007, p. 56). Os fatores de valorização da cultura seriam: o caráter unificador e de coesão que ela produz, o enfraquecimento da correlação desenvolvimento-crescimento econômico, o questionamento do discurso ambiental à lógica do desenvolvimento, e a emergência do discurso da identidade e da afirmação da diversidade cultural.

Pós-1980, porém, a hegemonia do discurso neoliberal impregna o mundo do “entendimento de que a economia deveria ser o elemento central, a mola mestra da construção social” (BURITY, 2007, p. 57). O lugar da cultura, nesse contexto, é “visceralmente economicista: o de incutir, em sociedades alheias ou resistentes à lógica do mercado, um discurso do empreendedorismo, da competição e da eficiência” (p. 57), um condicionante econômico.

Nos anos 1990, o fracasso dos modelos de desenvolvimento nos países às margens do processo leva os organismos internacionais a redefinirem a ideia neoliberal de desenvolvimento. Pesquisas entre os Tigres Asiáticos, por exemplo, enfatizaram o componente cultural em seus processos de desenvolvimento. E como esses processos não eram passíveis de serem expandidos a outros países, pela sua especificidade¹⁶, “a cultura apareceria como um sinal incontornável de singularidade, a sugerir uma multiplicidade de caminhos para o desenvolvimento” (BURITY, 2007, p. 58).

Posteriormente, outra possibilidade se abre ao lugar da cultura, por uma dupla descoberta: a de que os projetos de desenvolvimento se tornam eficazes em contextos locais quando respeitam e dialogam com a cultura local (ideia que se expande para as políticas de Estado), e de que os processos participativos que incluem os atores locais asseguram os projetos e sua sustentabilidade (“capacidade de gerar a adesão ou o protagonismo de seus beneficiários”, p. 59). E aqui a cultura é considerada como facilitadora do processo de desenvolvimento.

¹⁴ Ver David Harvey. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

¹⁵ Ver Giovanni Arrighi. *A ilusão do desenvolvimento*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. Em seu estudo, o autor divide as sociedades do planeta em núcleo orgânico, semi-periféricas e periféricas.

¹⁶ Ver Everett Hagen. *O processo de mudança*. In: DURAND, José Carlos Garcia (org.). *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 27-40.

Sobre o lugar na relação entre cultura e desenvolvimento, mais contemporâneo, reconhece-se o peso da cultura na economia, pensando a cultura como um fator econômico, sobretudo, pela crescente importância e influência das indústrias culturais (p. 60)¹⁷. “Um outro nexo em que se descobre o peso da cultura na economia vem através da identificação de como as atividades culturais [...] poderiam ser incorporadas numa estratégia de desenvolvimento econômico” (BURITY, 2007, p. 60).

Por fim, se me estendi um pouco no segundo desdobramento, foi para enfatizar que o escopo do texto de Burity possibilita pensar uma correspondência entre os termos diversidade cultural e desenvolvimento próxima àquela que Viveiros de Castro (2014) elabora entre cultura e natureza, assentada no perspectivismo ameríndio (multiculturalismo e multinaturalismo), na forma de embates entre um multiculturalismo e um multidesenvolvimentismo contemporâneos.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. (1997), *A ilusão do desenvolvimento*. 3.ed. Petrópolis: Vozes.
- BAJOIT, Gui. (2006). *Tudo muda; proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí, RS: Editora Unijuí/Lisboa: CEOS.
- BECK, Ulrich. (2018). *A metamorfose do mundo; novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva; política, tradição e estética na ordem social moderna*. (pp. 11-71). São Paulo: Ed. UNESP.
- BERTRAND, Michèle. (1989). O homem clivado - a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, B. (orgs.) *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice.
- BOBBIO, Norberto. (1988). O que é o pluralismo? In: BOBBIO, N. *As ideologias e o poder em crise; pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força* (p. 15-19). Brasília: Editora UNB; São Paulo: Polis.
- BURITY, Joanildo (2007). Cultura e desenvolvimento. In: NUSSBAUMER, Gisele Machiori (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, p. 51-65.
- BUTZKE, L.; THEIS, I. M.; MANTOVANELLI JÚNIOR, O. (2018). Existe alguma região para desenvolver? Um questionamento desde o pensamento social latino-americano. *Revista Brasileira de Gestão & Desenvolvimento Regional*, Vol. 14, nº 12, 91-106.

¹⁷ O que serve para pensar as repercussões dessa concepção nos arranjos produtivos locais: “as indústrias culturais nesse sentido não apenas pensadas como produção de discursos e de representações sobre a realidade, mas como ramo do negócio, que movimentam milhões em recursos, que movimentam atividades profissionais, que constituem setores organizados da economia e que fazem funcionar uma fatia do Produto Interno Bruto dos países (Cf. Martín-Barbero, 2000; García Canclini, 2003) ”.

CALABRE, Lia. (2014). Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências. *Pragmatizes-Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, Ano 4, nº 7, p. 109-129.

_____. (2010). *Políticas culturais no Brasil; história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste.

CASTELLS, Manuel. (1983). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTORIADIS, Cornelius. (1987). *O mundo fragmentado; as encruzilhadas do labirinto/3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO, Eduardo Viveiros de (2014). *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify.

CAVA, B. (2015). Cultura e subjetividade em rede: os desafios do capitalismo no século XXI. In: KAUARK, G.; BARROS, J. M.; MIGUEZ, P. (org.). *Diversidade cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes* (p. 227-234). Salvador: EDUFBA.

HAGEN, Everett. (1967). O processo de mudança. In: DURAND, J. C. G. (org.). *Sociologia do desenvolvimento* (p. 27-40) Rio de Janeiro: Zahar.

HALL, Stuart (2003). *Da diáspora; identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HARVEY, David. (1992). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.

HOFFMANN, M. B. (2011). A produção social do desenvolvimento e os povos indígenas; observações a partir do caso norueguês. *Mana*, 17(3), 519-547.

HUI, Yuk (2020). *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora.

JIMENES, A. A. (2019). *Sobre flechas e canetas: faces da política indígena na Manaus contemporânea (1980-2019)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). São Leopoldo, Unisinos, 316 fls.

LEFF, E. (2009). *Ecologia, capital e cultura; a territorialização da racionalidade ambiental*. Rio de Janeiro: Vozes.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1976). Raça e história. In: Lévi-Strauss, C. *Antropologia Estrutural. Vol. 2*. (p. 329-365). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LIFSCHITZ, Javier A. (2011). *Comunidades tradicionais e necomunidades*. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ.

LOPES, José R.; MEIRELLES, Mauro. (2017). Políticas culturais e ambientais, comunidades e interculturalidade; uma análise das interações entre identidades, ambiente e tecnologias patrimoniais. *Textos e Debates*, nº 31, 55-77, jan./jun.

LOPES, José R.; TOTARO, Paolo. (2016). The learning of cultural diversity and the patrimonialization of biodiversity. *Ciências Sociais Unisinos*, Vol. 52, nº 2, 196-204, mai./ago.

MICELI, Sérgio (1984). Introdução. In: MICELI, S. (Org.) *Estado e cultura no Brasil* (pp. 7-19). São Paulo: Difel.

_____. (1984a) O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). En: Miceli, Sérgio (Org.) *Estado e cultura no Brasil* (p. 53-84). São Paulo: Difel.

OLIVEN, Rubem G. (1984). A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? En: Miceli, S. (Org.) *Estado e cultura no Brasil* (p. 41-52). São Paulo: Difel.

ORTIZ, Renato. (1985). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

PIEDRAS, E. R; JACKS, N. (2006). A contribuição dos estudos culturais para a abordagem da publicidade: processos de comunicação persuasiva e as noções “articulação” e “fluxo”. *E-Compós*, 6. <https://doi.org/10.30962/ec.74>.

QUINTERO, Pablo (2015). *Antropología del desarrollo*; perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kula Ediciones.

RUBIM, Antônio Albino C. (2012). Democracia, políticas culturais e territórios. In: GADEA, Carlos A.; MÉLO, José Luis B.; LOPES, José Rogério (orgs.). *Periferias, territórios e saberes*. São Leopoldo: Oikos: Capes: Fapergs, p. 27-36.

RUBIM, Antônio Albino C.; ROCHA, Renata (Orgs.) (2012). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA.

RUBIM, Antônio Albino C.; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.) (2007). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA.

SANTOS, Adalberto S. (2012). Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In: RUBIM, Antônio Albino C.; ROCHA, Renata (Orgs.). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, p. 67-88.

SANTOS, Milton (1997). *Espaço e método*. 4.ed. São Paulo: Nobel.

SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.

SPERBER, Dan (1992). *O Saber dos Antropólogos*. Lisboa: Ed. 70.

SILVA, Rodrigo M. D. (2015). Educação, identidades e diversidades: uma análise da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. *Quaestio*, Sorocaba, SP, Vol. 17, n. 2, p. 371-385, nov.

TOURAINÉ, Alan (2006). *Um novo paradigma para compreender o mundo hoje*. Petrópolis: Vozes.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (2001). *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO.

VIEIRA, Evaldo A. (2004). *Os direitos e a política social*. São Paulo, Cortez.

YÁZIGI, Eduardo (2001). *A alma do lugar*; turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto.

YÚDICE, George (2006). *A conveniência da cultura*: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG.

WILLIAMS, Raymond (1979). *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE ECONOMIA DA CULTURA, TERRITÓRIO E LOCAL

Carlos Alberto Máximo Pimenta¹⁸

Introdução

Esta proposição se enquadra em uma pergunta que vem sendo respondida (ou tentada) por um conjunto de pesquisadores no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG-DTECS), desde 2013, ou seja: de que modo a cultura se entrelaça com as tecnologias para a promoção de transformações sociais a partir do desenvolvimento regional?

As respostas emergem desconexas e isoladas no interior inúmeras pesquisas executadas no PPG-DTECS. Alguns exemplos: Bustamante (2022); Rodrigues (2021); Pinto (2020); Souza, (2018); Pereira (2016). Há uma riqueza de dados, teorias, metodologias e informações que merecem uma sistematização rigorosa, ora para apontar os rumos do Programa e ora para orientação de políticas de desenvolvimento regional.

Trata-se de uma leitura teórico-empírica sobre a nossa compreensão de economia da cultura, resultado do material de campo levantado durante a elaboração e execução dos projetos *Observatório de desenvolvimento e cultura no Sul de Minas Gerais* (2013-2020), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais, e *Desenvolvimento regional e economia da cultura, especificamente sobre as experiências do turismo criativo e seus impactos na criação de rendimentos às comunidades do Noroeste português e do Sul de Minas Gerais* (2019-2020), durante estágio avançado de pós-doutoramento na Universidade do Minho.

O desafio começa em 2012 com a provocação de alunos e alunos do PPG-DTECS em questionar nosso conhecimento sobre a cultura do sul de Minas Gerais e suas correspondências com municípios circunvizinhos, mas os debates ficavam restritos aos patrimônios, recursos naturais e arquitetônicos, religiosidade, atraso e progresso.

Na ingenuidade arrogante de um pesquisador das ciências sociais dos temas do urbano, da violência e da juventude, não enxergava nada além do “atraso” a que se submetiam, minha visão, os municípios sul mineiros. Contudo, as provocações trouxeram uma inquietação intermitente: o que é que eu não vejo que os alunos e alunas me contam? Envolto por essa inquietação, organizo uma “expedição” pelos municípios do

¹⁸ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTECS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). E-mail: carlospimenta@unifei.edu.br

sul de Minas Gerais, os quais me remetem ao sul do Rio de Janeiro e à Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Cone Leste paulista.

Este processo demarca a participação e formação de vários pesquisadores que passaram pelo PPG-DTECS no período de 2012 a 2022, em viagens solitárias e coletivas pelos municípios de Alfenas, Baependi, Brazópolis, Cachoeira de Minas, Cambuí, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição dos Ouros, Cristina, Delfim Moreira, Gonçalves, Guaxupé, Inconfidentes, Itajubá, Itamonte, Itanhandu, Machado, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Passa Quatro, Passos, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pouso Alto, Santa Rita do Sapucaí, São José do Alegre, São Lourenço, Sapucaí Mirim, Varginha e Virginia (Minas Gerais), Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí (São Paulo) e Resende, Itatiaia, Barra Mansa e distrito de Visconde de Mauá (Rio de Janeiro), dentre outros.

Resulta da inserção de um antropólogo no universo do desenvolvimento regional com argumentos controversos às dinâmicas hegemônicas sobre desenvolvimento (PIMENTA, 2014), mas que se mantinha vendado para as “coisas de Minas” (PIMENTA, 2017). Aos poucos a plasticidade e a exuberância da cultura mineira foram se descortinando e desenhando um corpo ético, estético e performático à cultura de Minas Gerais. Aos poucos, também, suas interfaces com a economia, o desenvolvimento, o cuidado, a natureza e o simbólico foram ganhando visibilidade aos olhos do pesquisador.

Em 10 anos de pesquisa de campo ocorreram registros de histórias, lembranças, imagens, pessoas, fatos, causos. Estes conectados em referências com comidas, bebidas, estilo de vidas, bens naturais, materiais e imateriais, certo de que os recursos múltiplos encontrados no território do sul de Minas ultrapassam a definição político-administrativa, um espaço geográfico ou sua funcionalidade gerencial.

A região é rica em montanhas, picos, pedras, rios, cachoeiras, estradas, circuitos, costumes, modos de vida, queijos, quitandas, cachaças, tambores, festas, patrimônios, prosas, contos, causos, entre outros recursos culturais, os quais busca-se ilustrar com imagens fotográficas e observações de campo.

A pesquisa tem ênfase ao sul de Minas Gerais, mas, ao nosso ver, não se pode falar do sul de Minas sem apontar algumas correlações com o Sul do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Cone Leste paulista. Portanto, o material empírico levantado se constitui de viagens a mais de 140 municípios dessas três regiões brasileiras, informações primárias resultantes das dimensões socioprodutivos identificadas em ações de geração de renda, observações, conversas, festas e visitas.

Ressalta-se que o texto foi constituído com base em artigos já publicados em revistas ou congressos, especificamente Pimenta & Mello (2013); Mello (2014); Pimenta & Mello (2014); Pimenta (2015); Pimenta (2017); Pimenta, Souza, Lima, Ferreira, & Oliveira (2018); Pimenta (2020); Pimenta & Pereira (2021); Pimenta, Lázaro Júnior, Bustamante & Mello (2021); Pimenta, Teixeira & Lázaro Júnior (2021); Pimenta, Teixeira & Pereira (2021); Carniello, Santos & Pimenta (2022), referências que servem de estratégia para dar uma forma adequada à definição de economia da cultura.

A tentativa de definição sobre economia da cultura teve duas versões iniciais – *Regionalidades e Economia: reflexões sobre o papel da cultura ao desenvolvimento local e Políticas culturais e dimensões socioprodutivos: interfaces do desenvolvimento* – que foram submetidas em 2023 para a composição de duas coletâneas, sendo a primeira pela Universidade do Porto (Portugal) e a segunda em comemoração de 10 anos de existência do PPG-DTECS, ambas em processo de avaliação por editoras.

Acrescenta-se que a área de conhecimento privilegiada é a antropologia com portas abertas à sociologia, economia, desenvolvimento e planejamento regional que busca aproximar as dimensões do cuidado, do simbólico, da troca e da proteção às dinâmicas da economia; não assume um caráter estatístico, escalar, numérico, ou de comprometimento com o processo de desenvolvimento pautado no modelo de negócio ou industrial, uma vez que se consolida na interface de trabalhos coletivos, cooperados e solidários.

Os parâmetros da economia se predispõem a formatar uma plataforma de desenvolvimento na qual a sociedade (comunidade ou território) não esteja caracterizada em uma escala de medição de sucesso ou fracasso, de concorrência, competição ou exploração de uns sobre muitos.

Território, patrimônio, história, comunidade, coletivo, cooperações, associativismos, pessoas do local, tradições, as trocas e o simbólico são instâncias de difusão de valores e códigos sobre o estilo de vida, elementos que ganham potência nas dinâmicas da cultura, da economia e do desenvolvimento, implicadas com o local, o regional e o território. Para esse movimento, a cultura passa a ser central no planejamento do desenvolvimento regional.

Desse lugar de partida, propõem-se argumentos teórico-empíricos que deem sentido para uma definição de economia da cultura. Para tanto, o texto se estrutura em duas partes: (a) um esforço teórico-conceitual de apresentação do que se denomina de economia da cultura e (b) uma perspectiva de apontamento do potencial da cultura ao desenvolvimento regional, economia que extrapole a relação capital versus exploração.

Um antropológico na economia: o dom e as trocas

Escrever sobre cultura, como anunciava Geertz (2017), não é uma tarefa simples, quanto maior quando ela está associada às questões de economia, esforço dos últimos 10 anos implícito em nosso processo de pesquisa. As discussões se afiliavam às temáticas das políticas culturais, acrescidas de temáticas vinculadas às questões do cuidado, das trocas, do imaginário e da imaginação social, do simbólico, do solidário, do criativo e da tradição, mas no sentido de não adesão à economia hegemônica e expectativa de viabilizar entendimentos novos, distantes da idealização do sucesso, competição e vitória de uns contra muitos.

Os olhares se entrecruzavam da antropologia para a sociologia, história, psicologia, administração, ciências da computação, comunicação social, design, educação e ga-

nharam volume, a partir dos resultados das pesquisas de colegas do PPG-DTECS e alunos. Dessas encruzilhadas promovidas pelos múltiplos olhares, proporcionado pela cultura, é que a discussão sobre economia fica mais evidente.

Em Lévi-Strauss (1976) pode-se afirmar que as culturas, indistintamente, em maior ou melhor aspecto de aprimoramento, promoveram alguma forma de troca e circulação de bens. Por outro lado, na linha argumentativa de Escobar (2005), a economia e o mercado não são de domínios do capitalismo.

Na leitura de Godelier (2001), vislumbram-se as fendas na estrutura da economia colonizadora, especificamente sobre a presença do enigma da dádiva em contextos contemporâneos. Para o autor, a racionalidade econômica capitalista não aprisionou o dom e as trocas, as quais estão fortemente visíveis no local, regional, criatividade, comunidade, coletivismo e solidariedade e, por este trajeto, podem fortalecer o emergir de outras plataformas de desenvolvimento e sociedade.

As sociedades industriais se constituam na contradição, por ser uma “[...] fonte de exclusão dos indivíduos [que] não os exclui apenas da economia. Ela os exclui ou os ameaça a longo prazo de exclusão da sociedade” (Godelier, 2001, p. 08). É desse lugar de exclusões que se propaga uma economia da cultura, nas intermitências da cultura ocidental que determina um modelo de ordem política, econômica e social de escala mundial.

A ordem mundial posta se alimenta da disputa de todos contra todos e propaga um panorama de exclusão a partir de “(...) um sistema econômico que, para permanecer dinâmico e competitivo, deve ‘enxugar’ as empresas, reproduzir os custos, aumentar a produtividade do trabalho” (Godelier, 2001, p. 07). Esta escolha se demonstrou incapaz de garantir a manutenção das experiências solidárias, cooperações e trocas presentes na história dos povos.

A economia da cultura está associada aos princípios do Dom, como uma ferramenta de superação das contradições e os paradoxos estabelecidos nas dinâmicas da mercadoria, do fetiche, do valor, do mercado, das competições, das disputas e das relações de trocas exclusivamente pelas artimanhas do capitalismo.

Godelier (2001)¹⁹ formata um panorama entre economia e dom questionando a relação do simbólico e da imaginação, propondo uma inversão do entendimento antropológico de que a pessoa é, unicamente, um ser simbólico. Para este autor, a imaginação antecede aos códigos, sinais e signos, enquanto linguagem organizadora homem/mundo, visto que é a imaginação/imaginário que estabelece ao simbólico um conjunto de significados, significações e significantes. Num esforço de síntese, nós temos capacidade para imaginarmos outras formas de organização social mais generosa e, por

¹⁹ O autor elabora sua teoria e considerações sobre os enigmas do dom, ora concordando com Mauss ora com Lévi-Strauss, mas não o mantém nas sociedades primitivas.

meio do Dom²⁰, somos instigados a potencializar experiências desprezadas pela cultura ocidental presentes em cidades de pequeno porte, zona rural e comunidades.

O imaginário será tratado como uma instância que dá sentido aos enunciados simbólicos, com o devido fundamento em contratos ou convenções sociais mais abertas e libertárias, uma vez que é o “[...] imaginário [...] que dá sentido às coisas” (Godelier, 2001, p. 59). O Dom, estruturante das relações entre pessoas e comunidades segundo Godelier (2001), apresenta os princípios aos percursos político-econômicos.

A economia através da cultura se revela, individual e coletivamente, dinâmicas de trocas que ativam o Dom (dar, receber e retribuir). O segredo está no “dom caritativo” (Godelier, 2001), no sentido da solidariedade, do efetivo exercício do direito sem as restrições pautadas nas idealizações das exclusões – cor, pobreza, sexo. Portanto, temos que permitir e criar as condições para o emergir dos enunciados, princípios e significações que deem sentido ao Dom, às trocas e ao dar, receber e restituir no interior das sociedades contemporâneas²¹.

Em lugares e situações de vulnerabilidades socioeconômicas o Dom se amplia. No prosperar das desigualdades e da miséria vê-se a “[...] incapacidade manifesta do mercado e do Estado de resolvê-los [...]” e “[...] “o dom está em via de voltar a ser uma condição objetiva, socialmente necessária, da reprodução da sociedade” (Godelier, 2001, p. 316). Importante salientar aos desavisados que este movimento não implica em um retorno ao sagrado, mitos ou às sociedades “primitivas”. Implica, sobretudo, na imaginação de outros mundos a partir da valorização da materialidade presente na cultura e reciprocidade das trocas.

Pode-se imaginar outras plataformas de desenvolvimento, principalmente nas dinâmicas socioculturais regionais, cuja caminhada não será tranquila, segura ou garantida. Contudo, caminhar se faz imprescindível para a promoção de simetrias para acesso aos direitos disponíveis e fortalecimento dos “laços entre indivíduos, que compõe suas relações, públicas e privadas, sociais e íntimas, naquilo que faz com que vivam em sociedade, mas tenham também que produzir sociedade para viver (sic)” (Godelier, 2001, p. 318).

A economia da cultura permanece inviabilizada ou abafada quando esse movimento aprisiona as relações interpessoais em escalas hierárquicas verticalizadas ou de luta de todos contra todos ou como um exercício de busca pela sobrevivência. Na contramão, o dom fortalece a solidariedade, as trocas, a preservação das interpessoais e comunitárias, as práticas que se traduzem em contextos de referência que se “[...] constroem, se desdobram as identidades, individualidades e coletividades” (Godelier, 2001,

²⁰ O Dom para Godelier (2001, p. 25) não tem relação com a ideia de talento ou habilidades adquiridas ou atribuídas às pessoas pelo domínio de alguma expertise e presente na vida material e cotidiana, ou seja: em “(...) todos os campos da vida social nos quais as relações pessoais continuam a desempenhar um papel dominante”.

²¹ Do ponto de vista da história, houve transformações no formato do imaginário humano, nas relações, trocas, dons e contra-dons, mas as obrigações do dom ainda estão latentes e geram reciprocidades (dar e receber, aceitar, pressupõe o compromisso de retribuir, uma vez aceito, bem como o que restituir).

p. 303). Contudo, não se tem a ingenuidade de que estão livres de pressões, agressões e refluxos.

No âmbito regional a economia pode (e deve) superar as regulações que desobrigam o Estado à defesa da vida social e da dignidade das pessoas, pois é no local que brotam os exemplos de solidariedade, trocas e empatias, expressões concretas da economia da cultura. Os sujeitos das trocas não são identificados pelos seus registros fiscais ou contábeis, muito menos são abstratos como em momentos de campanhas de doativos, de explicitude da miséria do mundo, das grandes tragédias ou do encarceramento que a sociedade moderna industrial impôs à dádiva, ora pelo mercado, ora pelo Estado.

Tratam-se de valores materiais, imateriais, tangíveis, intangíveis, simbólicos e linguagens existentes em um território que podem ser traduzidos e identificados apenas em determinado lugar, mas que a ele confere vida e sentido às coisas, pessoas, relações, convívio e pertencimento.

A economia da cultura abrange as coisas do lugar traduzidas nas festas populares e religiosas (carnaval, congada, folia de reis, São Benedito, São João, Santo Antônio etc.), nos saberes-fazer (artesanatos, artefatos, comidas, bebidas, estilo e modo de vida, cotidiano dos municípios etc.), nos recursos naturais (cachoeiras, praias, rios, florestas, biomas, comunidades etc.), nos recursos arquitetônicos (monumentos, prédios, construções etc.) e outras dimensões que fomentam a cultura do lugar.

Dilema de Concepção: criativa, solidária ou social

A definição de economia da cultura vem sendo elaborada por pesquisadores ora perto da economia solidária (Turino, 2010), ora na economia social (Prestes Filho, 2009), ora na economia criativa (Reis, 2009; Lima, 2011; Carvalho & Nóbrega, 2012; Alfa Djau et al., 2012). Entende-se, aqui, que economia da cultura é outra coisa, mas se interrelaciona com essas perspectivas.

Por meio da cultura aposta-se que a economia não represente uma entrada exclusiva ao capitalismo ou mercado. As dinâmicas da economia da cultura não estão aprisionadas em convenções e intervenções denominadas de criativa, solidária ou social, embora a Lei nº 12.343/2010 que a fundamenta faz uso dessas palavras.

Com base no PNC do Brasil, a economia da cultura não se apresenta em uma alternativa ao modo de produção hegemônico, principalmente quando disponibilizada ingrediente da organização da economia: criativa, solidária e social. Ela precisa fundar uma nova plataforma de desenvolvimento que supere o crescimento econômico, uma vez que também traz consigo arranjos socioprodutivos fora da lógica da relação capital versus trabalho, elementos coletivos do processo de produção.

Para Prestes Filho (2009), a cultura “na” economia tem uma função que segue a lógica do mercado, mas se apresenta sustentável quando direcionada à ideia de competição, novas tentativas de organizações de mercado. Dentro dessa lógica a cultura é percebida como um produto, instrumento de competição entre as indústrias culturais, as

quais precisam intensificar estratégias para se manterem no mercado, pensando em quem inova ou quem morre (Schumpeter, 1934).

A indústria da cultura não externa preocupações com o local e sim com a prestação de serviços (Prestes Filho, 2009): gravação, edição e mixagem de som, criação e interpretação musical, atuação, produção e direção de espetáculos teatrais, dança, gastronomia, produções culturais. Com esta ênfase atrai e envolve o regional como um recurso para oferecer uma mercadoria diferenciada.

Não se trata de um processo tranquilo, sem tensões. Por intermédio da cultura se esperam as ampliações de acessos às pessoas nas dinâmicas sociais e produtivas (Almeida, 2009), com sustentabilidade. Trajeto que supera a ideia de cultura-recurso utilizado ao sucesso econômico dos empreendimentos, uma que estão presentes a criatividade, a imaginação humana, a diversidade e o patrimônio material e imaterial do local.

Esta ênfase elege a cultura como um ingrediente da economia (Reis, 2009) e, traduzida em economia da cultura, ultrapassa alinhamentos ao modelo industrial hegemônico, uma vez que:

[...] a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento. (Reis, 2009, p. 25).

Na economia da cultura emerge o simbólico e a produção material em diversas formas de saberes e fazeres populares, expressas em trocas, trabalhos coletivos, cooperados e associativos. Este argumento precisa de aprofundamentos empíricos partindo das diversas experiências regionalizadas, para além do Sul de Minas Gerais ou do nordeste de Portugal (Pimenta, et al., 2022), nas buscas dos significados históricos, simbólicos, materiais e imateriais do local que garantam um desenvolvimento regional partilhado e construído coletivamente.

Um risco eminente é o de que o trabalho artístico cultural de sujeitos do lugar assuma um papel competitivo em adesão à cultura globalizante (Carvalho & Nóbrega, 2012). Evitá-lo seria a valorização da diversidade e distribuição da riqueza gerada coletivamente pela produção dos bens e trabalhos, sem padronizações pautadas na competição, tanto dos bens quando dos processos. O desafio se encontra no enfrentamento da lógica do consumo cultural padronizado, considerando que:

[...] às comunidades locais tomar posições mais ousadas no sentido de utilizar suas expressões culturais como recurso, inclusive

no enfrentamento das indústrias culturais, particularmente no turismo, com potencial para promover a diversidade cultural, efetivar o desenvolvimento do lugar (Brasileiro et al., 2012, p.16).

Livre dos casos de sucesso, cabe à cultura se blindar dos processos de cooptação da indústria cultura, seja quando atrelada à economia convencional ou criativa ou ao turismo e suas derivações. O mercado não pode determinar as singularidades do local e nem estabelecer as negociações para dar um sentido às dinâmicas da cultura, tais como: customização dos produtos; agregar valores ao “feito à mão” ou as “coisas da gente”; ampliação de nichos de mercado. A argamassa desses processos é a cultura do lugar e a fornecedora das singularidades dos bens e serviços, simbólicos ou não.

No entendimento de Almeida (2009, p.19-20), a econômica da cultura está inserida na lógica da indústria, nos negócios empresariais, mas em perspectivas abertas. Para este autor, a indústria cultural segue princípios da horizontalidade, de relações de reciprocidade entre criatividade e profissionalização, de valorização da equipe de colaboradores no lugar do cada um por si competitivo, bem como reconfigura o acesso e a inclusão democrática nas dinâmicas sociais e produtivas contemporâneas. Este posicionamento busca se desvincular dos padrões de massificação do consumo. Entretanto, não tem a gerência sobre os sentidos da cultura, do lugar, da tradição e do simbólico e não se preocupam com práticas participativas, saberes e experiências do lugar.

A economia disputa pela cultura transforma-a em uma matéria prima do processo de industrialização, de mercado e de consumo. As correlações de forças emergem distintas das concepções de economia que se aplicam à cultura e vêm categorizadas como criativa, de mercado criativo (Alfa Djau et al., 2012; Lima, 2011), de economia solidária (Singer, 2002) ou social solidária (Laville, 2018).

Na dimensão criativa há uma aposta no dinamismo das indústrias que promovem a produção artística com lucro em escala mundial (Lima, 2011). Quanto a economia solidária, o foco é caminhar na contramão da lógica capitalista (Turino, 2010; 2020) e, na economia social, a cultura é um instrumento de reparação, quase que assistencial, dos problemas gerados pelo próprio modelo de desenvolvimento e crescimento econômico (Laville, 2018).

A prospecção posta entende que a economia da cultura não pode ser rotulada como criativa, solidária ou social. Dialoga, perpassa e transpassa sobre essas teorizações. Portanto, não se deve categorizá-la em esquemas fechados, mas delineá-la por princípios de partida: (a) o comprometimento com a harmonização entre natureza e cultura; (b) a proposição de uma nova plataforma de desenvolvimento que inviabilize competições, concorrências e a vitória de poucos sobre muitos; (c) a dinamização de dinâmicas produtivas sustentáveis e sustentadas (Sachs, 2008), em que se explicitem práticas de distribuição de riqueza; (d) a superação da lógica binária contida nas noções de crescimento econômico; (e) a simetria entre os direitos da natureza com os direitos das pessoas e patrimoniais.

O potencial da cultura ao desenvolvimento: um caminho

O artigo 215 da Constituição do Brasil (Brasil, 1988) enfatiza o “[...] pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Dessa orientação, surgem o Plano Nacional de Cultura (PNC, 2010) e Sistema Nacional de Cultura (SNC, 2012), instrumentos normativos que buscam assegurar direitos e diversidades culturais a todos os povos.

Os incisos I, VII, VIII, IX e X do artigo 2º, do PNC (Lei nº 12.343) é que apresenta uma diretriz ao entendimento de economia da cultura: “I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira”; “VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos”; “VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental”; “IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais”; “X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores”.

Em convergência, três dimensões se entrelaçam e se misturam: o simbólico, a cidadania e a econômica. Na linha de Turino (2010; 2020), a economia da cultura proporciona os espaços de experiências coletivas, valorização ancestrais e histórias de vida das pessoas, constituição de uma rede de fraternidade, solidariedade e trocas. Espaço, inclusive, de preservação da diversidade.

Na aproximação da cultura, economia e desenvolvimento, o dom passa a ser um elemento-chave para este debate, enquanto dimensão simbólica (Mauss, 2003), respostas e encaminhamentos à definição de economia da cultura. Essas interfaces se constituem em sentidos, significados, significações, valores e signos que conferem à cultura um enunciado de transformações emancipatórias, solidárias e coletivas.

A economia se compromete com a cultura para dar potência as alteridades, diferenças, diversidades, sustentabilidades e estabelecem laços de corresponsabilidades que formatam desenvolvimentos, estes valorizam o local, a natureza, o bem viver, a dignidade das pessoas, povos, comunidades e tradições.

Do ponto de vista da cultura, pautado no texto *Raça e História* (Lévi-Strauss, 1976), não se pode afirmar que o desenvolvimento é (ou deve ser) um modelo padronizador, face às diferenças e às diversidades que a cultura impõe. Do ponto de vista da história, as culturas são diferentes entre si e não se deve estabelecer hierarquias entre elas. Para Lévi-Strauss (1976) não há cultura superior ou inferior, mas processos culturais diferentes.

Dessa perspectiva, a cultura corresponde para um conjunto de saberes (conhecimentos), fazeres (técnicas e tecnologias), bens (patrimônios materiais, imateriais e simbólicos), tradições (identidades, história, costumes e estilos) muito além da lógica de que a riqueza da cultura se traduz em um bem de consumo e mercado, nos termos do desenvolvimento hegemônico.

A cultura está dentro de um campo de relações de poder (Bourdieu, 1998) e, em disputa, tem potencial para viabilizar outras formas de desenvolvimento com ênfase na

vida ordinária (Williams, 1992). Esta, fortemente estabelecida por meio de laços que contemplam princípios e valores circunscritos na participação, cooperação, coletivismo e trocas, uma vez que a cultura é um “circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões-modelo, modalidades de existência, saberes” (Carvalho, 2013, p. 49).

Na contramão do cenário socioeconômico global, as sugestões de Lévi-Strauss (1976), Williams (1992) e Carvalho (2013) realçam que a dinâmica da cultura é permeada de valores, códigos, signos, imaginários que fornecem os sentidos à vida e ao viver. Portanto, na relação cultura e economia se potencializa a defesa da sustentabilidade, desenvolvimento, sobrevivência e sentidos inerentes ao local. Nessa condição, impõe-se uma agenda de políticas culturais que ultrapassem aos interesses e vontades de governanças sazonais, estatais ou mercadológicas.

Aproximações da Cultura e Economia por meio do Desenvolvimento Local

A relação cultura e desenvolvimento se estabelece fundamentalmente na contramão da liquidez contratual na contemporaneidade (Bauman, 2008). O desenvolvimento, tal e qual privilegiamos, promove intenso processo de classificação-desclassificação-reclassificação (Bourdieu, 1998). Em sua polifonia, a cultura representa a vida (elaboração, produção, reelaboração, reprodução, significação e ressignificação) do local, dinâmicas que afetam em menor grau as relações interpessoais do lugar.

No local a economia da cultura pode estabelecer outros significados aos fenômenos locais e abrir negociações e renegociações através do Dom, a considerar que a cultura é um recurso (Yúdice, 2004) potente ao desenvolvimento regional e, esta perspectiva, não deve ser desprezada, mas priorizada por meio das trocas simbólicas à constituição de uma agenda e políticas socioeconômicas regionais.

Registra-se que na economia da cultura se leva em conta “as diferentes formas de expressão, saberes e fazeres não devem se curvar a modelos industriais” (Reis, 2009, p. 25). Há um espaço de valorização da cultura local a ser fortalecido pelas redes, humanas e não-humanas, e das dinâmicas de trabalho fundadas em princípios horizontais, de reciprocidade entre criatividade e profissionalização, uma configuração do acesso e inclusão democrática pelas demandas sociais e produtivas (Almeida, 2009).

Por essas veredas, pensar o desenvolvimento regional implica em reconhecer o alcance dos significados-ordenações-sentidos atribuídos à produção, ao consumo, à estrutura social e às linguagens do lugar, em concepções que apartam das idealizações de crescimento econômico, posto que transcende as concorrências, as competições, a cultura da individualização e as lutas de todos contra todos. Portanto, ancora-se na distribuição equânime da renda e riqueza, no acesso a todos e nas formas de solidariedade e cooperação entre pessoas-comunidades-grupos-organizações.

As imagens que sucedem são exemplos de recursos culturais, materiais e imateriais, em abundância nos municípios de médio e pequeno porte estudados, podendo serem transformados em políticas de desenvolvimento regional, desde que tratadas

com as mesmas preocupações das políticas de desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação aplicadas ao processo industrial.

A figura 1 mostra as dimensões estética, simbólica e religiosa das festas populares de *Corpus Christi*. A foto da esquerda foi tirada em Paraisópolis (2016) e a da direita em Gonçalves (2016).

Figura 1 - Tapetes Artesanais de *Corpus Christi*.



Fonte: Acervo NEID (<https://nucleoneid.wixsite.com/neid/quem-somos>).

A primeira imagem, figura 2, refere-se à escadaria em mosaico, cujo patrimônio lembra a *Casa da Flor*, esculpida por décadas pelo artista Gabriel Joaquim dos Santos. A segunda mostra a antiga estação de trem em Brazópolis (2016). A terceira imagem é da Capela de São Benedito, Bairro Balaio, de Santa Rita do Sapucaí (2016).

Figura 2 – Arquitetura e monumentos históricos locais



Fonte: Acervo NEID.

A imagem da esquerda (figura 3) mostra o processo do fazer do cartucho de doce em elaboração no Ateliê de Artesãs de Pedralva (2016). A imagem da direita ressalta as atividades do 9º Festival Café com Música de Cristina (2017).

Figura 3 – Artefatos, artesanatos e Festas Locais



Fonte: Acervo NEID.

A imagem do pôr-do-sol (figura 4) foi tirada no Observatório do Laboratório Nacional de Astrofísica de Brazópolis (2015) durante um evento que ocorre anualmente, aberto para receber a comunidade nas dependências do LNA. O encontro tem caráter educativo e contemplativo. A imagem central apresenta uma dentre as setes quedas da Cachoeira dos Padres, de Marmelópolis (2017), localizada em uma fazenda do município. A imagem da direita é da Cachoeira da Usina, em Conceição das Pedras (2016). O

lugar tem uma beleza natural que se mistura aos resquícios de uma usina hidrelétrica e que torna a paisagem ainda mais atraente.

Figura 4 - Recursos Naturais



Fonte: Acervo NEID, a partir de Pimenta (2020).

A figura 5 apresenta “A Queijaria”, loja da fábrica laticínios Milknata, em Delfim Moreira (2018); o engenho de produção da Cachaça Deliciosa, em São José do Alegre (2016); o caldo de cana e pastel de milho do Mercado Municipal de Itajubá (2016); parte do processo de fabricação do doce de pé de moleque de Piranguinho (2019).

Figura 4 - As Comidas e Bebidas



Fonte: Acervo NEID, (PEREIRA, 2016).

As imagens selecionadas referenciam algumas, dentre as muitas coisas existentes no Sul de Minas (coisa, aqui, traduzida como resultados das falas de pessoas entrevistadas nas nossas pesquisas quando se referiam as lembranças, saudosas, dos elementos culturais de Minas Gerais). Muitas delas não são de interesse das políticas de desenvolvimento, pois são consideradas “coisa menor”.

Ressalta-se que não foi inserido ao texto imagens capturadas de inúmeras pesquisas realizadas no PPG-DTECS que são subsídios para fundamentar uma proposta de economia da cultura, nos termos aqui consignado, tais como: artefatos da fibra da banana de Maria da Fé (MG); artefatos de cabaça de Conceição dos Ouros (MG); artefatos da borra do Café de Conceição das Pedras (MG); artesanato de imagens sacras de barros de Piranguçu (MG); artefatos da lá de carneiro da Serra da Mantiqueira (MG, SP e RJ); os tambores de Maracatu de São Bento do Sapucaí (SP); as bordadeiras de Pouso Alegre (MG); os moinhos de cachaça artesanal de São José do Alegre (MG), dentre muitos outros que compõem um terreno fértil para uma economia da cultura.

Do ponto de vista das estratégias do desenvolvimento local, há a necessidade da implantação de planos municipais de cultura que enxerguem, dinamizem e deem suporte normativo para políticas que permitam o emergir dos recursos potentes do lugar.

Considerações Finais

Buscou-se explicitar os elementos da cultura existente em alguns dos municípios do sul de Minas Gerais, extensivos ao sul do Rio de Janeiro e à Região Metropolitana do Vale do Paraíba paulista, para dar forma ao que estamos chamando de economia da cultura, uma vez que, ao longo desses anos, a reflexão sobre cultura instigou a um conjunto de pesquisas que se traduziram em uma riqueza de dados, teorias, metodologias e informações, implicada com as tecnologias e o desenvolvimento regional, para além da compreensão aqui posta.

A interfaces da cultura trouxe a ideia de que a economia não é só crescimento econômico e saúde financeira dos mercados. É, sobretudo, desenvolvimento, cuidado, sustentabilidade, troca, dom e dignidade. Por intermédio de registros de campo (histórias, lembranças, imagens, pessoas, fatos, causos) realizamos uma leitura da rede de conexões que a polifonia da cultura estabelece.

Estas conexões se apresentam isoladas (comidas, bebidas, estilo de vidas, bens naturais, materiais e imateriais), mas, enquanto recurso, tem significados múltiplos que ultrapassam a mera definição político-administrativa de território ou lugar ou região. Em isolamento vê-se uma o apagamento constante dos recursos culturais, pela justificativa do progresso e da modernização dos municípios.

A dinâmica da política e da economia do lugar não viabiliza o desenvolvimento fora dos contornos do crescimento econômico ou da lógica empresarial. Desse modo, a riqueza dos recursos culturais não é pensada dentro de outra plataforma de desenvolvimento, como por exemplo aquelas apontadas nas reflexões de Turino (2010; 2020).

Aposta-se que os parâmetros da economia da cultura possam promover um desenvolvimento que supere uma escala de medição de sucesso ou fracasso, de concorrência, competição ou exploração de uns sobre muitos.

Para esse movimento, a cultura passa a ser central no planejamento do desenvolvimento regional, um desafio para os agentes do desenvolvimento. Sobretudo, também, um privilégio para dar na ênfase ao Dom e às trocas nas dinâmicas da circulação de bens e de consumo da produção cultural. Trata-se de uma disputa político-econômica no campo cultura, com base em princípios do coletivismo, da solidariedade e das trocas e com a pretensão da promoção de geração renda e empregos, pautadas em práticas “sustentadas” (Sachs, 2008) e na dignidade da pessoa.

Em outros termos, a economia da cultura (solidária, criativa ou social) não está ligada ou aprisionada em orientações empresarias ou da exploração de um sobre muitos, uma vez que é constituída em valores da troca e do Dom (nenhum trabalhador deve ser dono do trabalho de outro trabalhador), sem a ingenuidade de que as relações culturais não são pacíficas ou estáveis, uma vez que a cultura é viva, dinâmica e seus atores criam estratégias de sobrevivência, pertença e manutenção da vida, constantemente.

Do anunciado, a cultura segue um caminho promissor de alavancagem de políticas de desenvolvimento em simetria com as questões de ciência, tecnologias e inovações nas proposições industriais e tecnológicas. Desse lugar, as nossas futuras pesquisas caminham no sentido de definir (teoria e empirismo) o que denominamos de economia da cultura, em perspectivas da antropologia política.

Assim sendo, buscar-se-á diálogos com pesquisadores iniciantes e experientes do design, da geografia, da história, da engenharia, da saúde, das ciências jurídicas, da educação, da psicologia, entre outros, para novas inserções no universo da cultura do Sul de Minas Gerais, Sul fluminense e Vale do Paraíba paulista (Litoral Norte e Cone Leste), resultando em números expressivos, cartografias, fatos e dados que fundamentem uma leitura rigorosa que subsidie as rupturas necessárias na economia hegemônica, no sentido de imaginarmos outros desenvolvimentos.

Referências

- Alfa Djau, M.; Roldan, V. P. S.; Cabral, A. C. A.; Santos, S. M.; Pessoa, M. N. M.; Melo, V. S.; Melo, S. R. S. 2012. Artesanato de Renda de Bilro e Desenvolvimento Local: uma análise do Processo de institucionalização da atividade no Município de Aquiraz, Ceará, Brasil. *DELOS – Revista Desarrollo Local Sostenible*, 05(15): 1-22.
- Almeida, M. I. M. 2009. “Prefácio”. In *Economia da cultura: ideias e vivências*, Ed. Reis, A. C. F & Marco, K., 19-20. Rio de Janeiro: Publit.
- BARASIL (2010). *Plano Nacional de Cultura*. Brasília/DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 20ago. 2019.
- Bauman, Z. 2008. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P. 1998. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

BRASIL (2012). Sistema Nacional de Cultura. Estatísticas. Estados e Municípios integrados ao SNC. Municípios integrados ao SNC (versão completa). 2017. Disponível em <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2020/02/2020.2-Planilha-geral-atualizada.xlsx-Plan1.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2020.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasileiro, M. D. S.; Medina, J. C. C.; Coriolano, L. N. (Eds.). 2012. *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB.

BUSTAMANTE, M. S. de S. **Entre Tramas e Fios: As controvérsias das transformações de significados e usos da lã de carneiro na Serra da Mantiqueira**. Itajubá: UNIFEI, 2022. [Dissertação de Mestrado].

CARNIELLO, M.F.; SANTOS, M.J.; PIMENTA, C.A.M. (2022). A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 18(1). <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6517>

Carvalho, A. L. P. de; Nóbrega, Z. S. 2012. "Um Caminho Possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura". In *Cultura, Turismo e Desenvolvimento*, Ed. Reis, A. C. F & Marco, K., 125-150. Campina Grande: EDUEPB.

Carvalho, E. A. 2013. "Cultura e Complexidade: um trajeto antropológico". In *Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*, Ed. Pimenta, C.A.M. & Mello, A.S., 49-69. Taubaté: Cabral Editora.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005. pp.133-168. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. 1 ed. [Reimp.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Laville, J-L. 2018. *A Economia Social e Solidária: Práticas, teorias e debates*. Coimbra: CES (Série Políticas Sociais, Edições Almedina).

Lévi-Strauss, C. 1976. "Raça e história". In *Antropologia Estrutural*, Lévi-Strauss, C., 329-365. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Lima, L. C. (Org.). 2011. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In.: **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, A. S. Análise e identificação da produção associada ao turismo: um estudo de caso no município de Delfim Moreira/MG. **Revista Ciências Humanas UNITAU (RCH)**, v. 7, n. 2, p. 189-204, 2014.

PEREIRA, S.B. **Proposta de Procedimento para Elaboração De Roteiro Turístico Temático: os atrativos do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas**. Itajubá: UNIFEI, 2016. [Dissertação de Mestrado]. <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/631>

Pimenta, C. A. M. 2020. *Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FAPEMIG.

PIMENTA, C. A. M. As "coisas de minas": questões sobre Desenvolvimento e Turismo. In: PIMENTA, C. A. P.; PEREIRA, S. B. P. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento: outros caminhos**. Porto Alegre: CirKula, 2017, v. 1, p. 153-180.

PIMENTA, C. A. M. Desenvolvimento, Conhecimento e Cultura: limites e entradas à relação ciência e prática. **Ângulo** (FATEA. Impresso), v. 1, p. 90-106, 2015.

PIMENTA, C. A. M. TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade, In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, UNITAU, 2014. <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471>

PIMENTA, C. A. M., & PEREIRA, S. B. (2021). História, Sociabilidades e Ressignificações: dimensões do cartucho de doces do Sul de Minas (MG, Brasil). **Interações (Campo Grande)**, 22(3), 773-788. <https://doi.org/10.20435/inter.v22i3.2899>

Pimenta, C. A. M., Remoaldo, P. C., Ribeiro, J. C., & Pereira, S. B. 2022. “Desenvolvimento, economia e turismo: diálogos entre o Sul de Minas Gerais (Brasil) e o Minho (Portugal)”. *Gestão & Regionalidade*, 38(115): 337-355.

PIMENTA, C. A. M.; MELLO, A. S. Entre Doces, Palhas e Fibras: experiências populares de geração de renda em cidades de pequeno porte no sul de Minas Gerais. **Estudos de Sociologia** (Recife), v. 1, p. [1]-[18], 2014. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235507>

PIMENTA, C. A. M.; SOUZA, N. L.; LIMA, L. P.; FERREIRA, S. M.; OLIVEIRA, S. D. Cultura, políticas e desenvolvimento: as correlações entre o local, o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, MG, e geração de renda. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 4 (edição especial), p. 6-44, jul/2018.

PIMENTA, C. A. M; MELLO, A. S. Para falarmos de cultura. In: PIMENTA, C. A. M; MELLO, A. S (Org). **Encruzilhadas da Cultura**. Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Taubaté (SP): Cabral Editora e Livraria Universitária, 2013b., p. 9–24.

PIMENTA, C.A.M.; LÁZARO JÚNIOR, F.; BUSTAMANTE, M.S.S.; MELLO, A.S. Turismo, economia da cultura e desenvolvimento local: em debate o território da Serra da Mantiqueira, Sul de Minas Gerais-Brasil. In.: **II Colóquio Internacional - Ciências Sociais e disruptões globais**: desafios, reposicionamentos e possibilidades de novas respostas. Cabo Verde, Universidade de Cabo Verde, 2021.

PIMENTA, C.A.M.; TEIXEIRA, C.C.; LÁZARO JÚNIOR, F. Cultura, Turismo e Políticas: as potencialidades da Serra da Mantiqueira para o Desenvolvimento Local. In: **45º Encontro Anual da ANPOCS**, GT02 - As Ciências Sociais e os estudos de território, ambiente e turismo: desafios, limites e possibilidades. 2021. [ARTIGO- 1 VERSÃO ANPOCS.Desenvolvimento e cultura.v2\(2\).pdf](https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/2188)

PIMENTA, C.A.M.; TEIXEIRA, C.C.; PEREIRA, C.C.P. Relato de Experiência de Pesquisa: as “Coisas de Minas” e as Interfaces entre Desenvolvimento e Cultura. In: **Anais do V SEDRES**: Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Inovação, sociedade e desenvolvimento regional: repercussões e contradições nos territórios. Taubaté, SP: EdUnitau, 2021, p. 1185-1199. <https://editora.unitau.br/index.php/edunitau/catalog/view/44/37/171-1>

PINTO, M.E.L. **As estratégias de geração de renda na comunidade da Serra Negra**: um estudo sobre cultura e desenvolvimento local. Itajubá: UNIFEI, 2020. [Dissertação de Mestrado]. <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/2188>

Prestes Filho, L. C. 2009. “Fluxos Econômicos e Cadeias Setoriais”. In *Economia da cultura: ideias e vivências*, Ed. Reis, A. C. F & Marco, K., 71-86. Rio de Janeiro: Publit.

Reis, A. C. F. 2009. “Economia da Cultura e Desenvolvimento: Estratégias nacionais e panorama global”. In *Economia da cultura: ideias e vivências*, Ed. Reis, A. C. F & Marco, K., 23-34. Rio de Janeiro: Publit.

RODRIGUES, L.I. **Desenvolvimento, cultura e território**: o doce pé de moleque em Piranguinho/MG - entre os saberes e o artefato. Itajubá: UNIFEI, 2021. [Dissertação de Mestrado]. <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/2503>

- Sachs, I. 2008. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garmond.
- Schumpeter, J. 1934. *Theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Singer, P. 2002. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SOUZA, N.L. **Desenvolvimento e Cultura**: implicações das políticas culturais públicas na dimensão socioprodutiva da microrregião de Itajubá (MG). Itajubá: UNIFEI, 2018. [Dissertação de Mestrado]. <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/1836>
- Turino, C. (2010). *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2.ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2010. ISBN 978-85-7277-095-8
- Turino, C. (2020). *Por todos os caminhos: pontos de cultura na América Latina*. São Paulo: Edições Sesc. ISBN 978-65-86111-06-4
- Williams, R. 1992. *Cultura*. Rio De Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- YÚDICE, G. (2004). **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Ed. UFMG.

LIMITES DO DESENVOLVIMENTO: DO CAMPO DE PESQUISA ÀS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL

Moacir José dos Santos²²

Introdução

O crescimento da produção científica nas últimas décadas gerou benefícios para diversas áreas do saber, situação singular quanto à trajetória histórica do desenvolvimento científico. A expansão quantitativa e qualitativa da ciência impactou diversos campos do saber. Os pesquisadores passaram a compartilhar o desafio de superar os limites disciplinares das respectivas formações em razão do acesso a novos conceitos, abordagens, metodologias e informações, cujo conjunto implica a premissa de projetar criticamente as condições do desenvolvimento social, ambiental e econômico sustentável (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

A expectativa de inversão do progresso científico em favor da constituição de sociedades equânimes e inclusivas permeia o ideal presente de desenvolvimento, ao menos nas projeções acerca do futuro midiaticamente difundidas. Esse desafio é inerente ao avanço material da ciência e de duas condições associadas ao acúmulo de saber: a interdisciplinaridade e a ampliação dos suportes de armazenamento e difusão do conhecimento.

A emergência da interdisciplinaridade como alicerce para a constituição da ciência regional destaca o desenvolvimento enquanto um dos campos mais suscetíveis à renovação das abordagens científicas pautadas na diversidade das disciplinas subjacentes à sua constituição. Denota-se que a interdisciplinaridade é favorecida com as alterações das condições de armazenamento e difusão do conhecimento.

Desde a segunda metade do século XX, a interdisciplinaridade e o avanço científico estão associados à expansão dos suportes de armazenamento e difusão da informação, o que acentua a expectativa de aceleração do desenvolvimento e dos benefícios que esse processo pode produzir. Esse cenário é realçado mediante a existência de condições associadas como a elevação dos recursos de comunicação científica, ampliada em escala mundial em razão dos meios disponibilizados pelas mídias digitais, potencializadora da comunicação global; o crescimento do acesso ao ensino superior; e a ampliação e fortalecimento das sociedades científicas e grupos de pesquisa (SANTOS; CARNIELLO, 2014).

As condições relacionadas ao avanço científico estão associadas ao que coloquialmente é percebido enquanto desenvolvimento. A expansão do acesso ao ensino su-

²² Doutor em História. Professor e pesquisador do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU).

perior, por exemplo, resulta de investimentos públicos e privados no setor, o que, simultaneamente, ampliou o leque de atividades relacionadas à formação universitária. Entretanto, faz-se necessário indagar quais são os limites teóricos e metodológicos para a compreensão do desenvolvimento e, concomitantemente, as limitações econômicas e sociais à sua consecução. Tal questionamento ampara-se na necessária correspondência entre a realidade material e os mecanismos aplicados para a compreensão e interpretação do desenvolvimento.

A análise histórica do século XX e das primeiras décadas do século XXI possibilita afirmar que o desenvolvimento é um dos temas centrais das disputas sociais, políticas e econômicas contemporâneas, especialmente quanto à competição por recursos escassos, mas necessários à reprodução social (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Entre os séculos XIX e XX, o desenvolvimento foi relacionado ao progresso enquanto processo linear e constante, especialmente com as contribuições derivadas do Iluminismo do século XVIII. Assim, a ideia de progresso foi subjacente às políticas econômicas utilizadas para favorecer a expansão da riqueza e da tecnologia no século XX. Mas, a manutenção da desigualdade social e econômica permeia a história contemporânea, o que provocou o exame crítico da ideia de progresso e por consequência do próprio ideal de desenvolvimento (CARNIELLO; SANTOS, 2015).

As condições contemporâneas de discussão acerca do desenvolvimento incorporam essa trajetória histórica marcada por um exame crítico quanto à concepção de que o acúmulo de recursos econômicos e de conhecimento seria o suficiente para o encetar de condições mais adequadas de vida para a maioria das sociedades. Inclusive, a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável resulta desse exame crítico (SACHS, 2002).

Sem dúvida, é oportuno conceber o desenvolvimento enquanto processo complexo e contraditório, o que implica incorporar uma perspectiva crítica em relação ao modelo econômico e social, necessária à compreensão da sustentabilidade, para se evitar o reducionismo de conceber o desenvolvimento sustentável como mera questão de ajuste das condições de produção e consumo contemporâneas (VEIGA, 2008). Essa constatação ampara-se na impossibilidade de delinear o conceito desenvolvimento sustentável enquanto imparcial e objetivo, pois há aspectos ideológicos e econômicos associados à sua constituição e disseminação, além da própria crise ambiental contemporânea.

O cuidado crítico com o uso do termo desenvolvimento ou desenvolvimento sustentável justifica-se na medida em que é necessário perceber que circulação de ideias e valores se inscreve no âmbito das relações sociais e dissensões políticas relacionadas à competição entre frações de classe e classes sociais (ARRIGHI, 1997). Nesse contexto, há dois eixos de discussão abordados neste trabalho. O primeiro refere-se à articulação entre a ciência do desenvolvimento regional e o contexto econômico e político contemporâneo, delineador das condições de desenvolvimento, o que implica situar a produção de conhecimento em relação aos limites históricos que o conformam. O segundo eixo

está articulado ao exame das contradições do capital e de como se faz necessário reconhecer esses limites como delimitadores das investigações sobre o desenvolvimento.

Tempo e Espaço

A investigação sobre o desenvolvimento corresponde à necessidade de situá-lo em relação ao contexto histórico que o delinea e as razões associadas à sua emergência enquanto campo de conhecimento. Desde as primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento tornou-se central para a constituição de políticas públicas dedicadas ao estímulo do crescimento econômico, com o objetivo de promover a redução das assimetrias sociais e econômicas (FURTADO, 1983). Mais recentemente, o ideal de sustentabilidade social, econômica e ambiental foi incorporado ao ideal de desenvolvimento (VEIGA, 2008). Denota-se a elevação do desenvolvimento à condição simultânea de meta e justificativa para as ações dos governos. Esse discurso também foi adotado por empresas do setor privado interessadas em apresentar a responsabilidade social como definidora das suas ações (RANGEL; GALVÃO JÚNIOR; SANTOS, 2019).

A continua atualização do significado do desenvolvimento ultrapassa os limites dos programas de pesquisa *stricto sensu*, mediante a sua incorporação ao debate acerca das políticas públicas. Entretanto, é preciso questionar em que medida a constante busca de uma definição assertiva de desenvolvimento, apta a mobilizar ações promotoras de melhora da qualidade de vida da população, alcança profundidade e capacidade transformadora da realidade (CARNIELLO; SANTOS, 2020).

Postular que o significado do desenvolvimento corresponde à efetivação de ações aptas ao combate das assimetrias sociais, com a observação da sustentabilidade econômica, social e ambiental, é de certo modo, uma obviedade. Nota-se, a atual conjuntura histórica tem como valor socialmente difuso o ideal da preservação ambiental e a eliminação da miséria humana.

O olhar mais acurado quanto ao ideal de desenvolvimento implica o recurso a uma perspectiva pautada no questionamento histórico, especialmente para ultrapassar as referências estabelecidas a partir do senso comum (SANTOS; CARNIELLO, 2014). Faz-se necessário compreender o desenvolvimento enquanto um ideal historicamente estabelecido (SANTOS; CARNIELLO, 2011). Esse posicionamento possibilita o entendimento do desenvolvimento em seus limites e do seu potencial de referencial delineador da constituição e implementação de políticas públicas, e também das ações derivadas da sociedade civil.

O desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade de classificá-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a ex-

plicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade, embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados, acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma, o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade. (VIEIRA; SANTOS, 2012. p. 347-348)

A problematização do ideal de desenvolvimento e das suas implicações possibilita perceber como a sua formulação corresponde às dinâmicas sociais, econômicas e políticas presentes em cada sociedade. A definição do desenvolvimento, enquanto diverso do mero acúmulo de tecnologias e de recursos materiais, o delinea como referência para concepções contra hegemônicas em relação às estruturas econômicas e sociais contemporâneas (VIEIRA; SANTOS, 2013).

No século XIX, a emergência do ideal de progresso resultou da materialização da modernidade em seu processo aparente: a modernização. A modernidade substanciou relações sociais e de reprodução econômica pautadas na constante elevação da produtividade, o que correspondeu à concepção do progresso como infinito e linear, cuja materialidade seria assegurada por um processo de modernização infindável (HARVEY, 2010). A modernidade capitalista constituiu novos significados para as relações sociais e econômicas, em uma dimensão inédita em comparação a outros períodos históricos. A transformação permanente é a única certeza e tradição na modernidade (BERMAN, 2007). Emergência de novas formas de sociabilidade, centralidade da experiência urbana e industrialização, definem a transformação das sociedades no tempo e no espaço.

A historicidade do desenvolvimento evidencia a sua inserção no fluxo do tempo e do espaço, bem como sua peculiar relação com a emergência da modernidade capitalista e dos processos de modernização correspondentes a esse período histórico. Depreende-se, desse modo, a relação intrínseca entre o ideal de desenvolvimento e o deslocamento temporal e espacial das crises do capital.

Harvey (2006) identifica a associação entre a industrialização e a urbanização como fator responsável pela dinâmica do capitalismo, com destaque para a acumulação e circulação do capital. Reside aí a chave para a compreensão da centralidade do ideal de desenvolvimento nas sociedades contemporâneas. Tal miragem estabelece uma meta, o desenvolvimento, para a busca da superação das contradições do capital, materializadas no deslocamento temporal e geográfico do capital. Para o geógrafo, a compreensão das fases de expansão e crise do capitalismo vincula-se à pesquisa acerca das relações entre a urbanização e à dinâmica da reprodução do capital. A permanente

criação e destruição dos espaços urbanos e desse modo das relações econômicas, sociais e políticas espacialmente localizadas, vincula-se à lógica da reprodução do capital, estruturada e estruturante do desenvolvimento.

Nesse sentido, o ideal de desenvolvimento e os debates acadêmicos e políticos em torno da sua consecução refletem a busca por alternativas consistentes frente à principal característica do capitalismo: a permanência da crise, inerente a dinâmica capitalista em sua busca pela reprodução constante e eficiente do capital. Tal paradoxo implica os limites históricos do desenvolvimento, resultado contraditório do capital em sua busca por reduzir os custos de produção e expandir, consequentemente, a acumulação capitalista (SANTOS; CARNIELLO, 2014). Assim, o desenvolvimento enquanto materialização de uma sociedade mais equânime somente pode realizar suas premissas se for contra-hegemônico.

A expansão global do capital resulta na conexão entre as diversas regiões do planeta e sua cada vez mais estreita conexão. Como aponta Harvey (2006), no passado as contradições do capital eram deslocadas para novos espaços econômicos mediante a incorporação de novas regiões e populações. Essa alternativa está a se esgotar, pois há a contradição de um movimento econômico de lógica infinita em um mundo finito. Assim, o debate acerca do desenvolvimento adquire urgência frente aos limites naturais e econômicos para a expansão capitalista. Porém, faz-se necessário indagar qual modelo de desenvolvimento emergirá das disputas por recursos escassos, restritos.

A globalização, ao integrar as diferentes regiões do mundo contribuiu para a constituição de conexões culturais, sociais e econômicas correspondentes a uma transversalidade comum à maioria das sociedades (ORTIZ, 1994). Tal condição está bastante distante de uma homogeneização global, mas indica a constituição de elementos cada vez mais comuns às diversas sociedades. Histórica e geograficamente, o debate sobre o desenvolvimento é resultado da expansão do capital e das suas contradições locais, regionais e globais. Essas contradições inscrevem-se no âmbito da economia política e na lógica da divisão internacional do trabalho, especialmente quando se examina as funções de cada Estado e a respectiva inserção na economia mundial.

A complexidade desse cenário desafia os pesquisadores dedicados à investigação e ao debate sobre o desenvolvimento. Compreendê-lo enquanto resultado da dinâmica capitalista e da aspiração para a resolução das suas contradições é o primeiro passo para a compreensão da sua complexidade e, portanto, dos limites que lhe são inerentes. Por exemplo, a distribuição dos processos produtivos em escala global, possibilitada com a compressão do tempo e do espaço, resultante da modernização dos modais de transporte e tecnologias da comunicação, favoreceu a conexão entre regiões distintas, com a produção, no mesmo espaço nacional, de territórios integrados aos circuitos econômicos avançados enquanto outros, no mesmo país, experimentam dificuldades para a integração produtiva e social (VIEIRA; CARNIELLO; SANTOS, 2018).

Nesse cenário, faz-se necessário considerar, no debate sobre o desenvolvimento, a premência de compreender os limites decorrentes da atual divisão internacional do

trabalho em comparação às condições endógenas de cada região. A ciência desses limites, combinada com o olhar sobre como se configuram as regiões, possibilita conceber o desenvolvimento em uma perspectiva adequada às condições locais e regionais. Assim, torna-se possível identificar os bloqueios para o desenvolvimento em escala regional e local, considerando-o em perspectiva histórica e alternativa a modelos econômicos, sociais e ambientais que não contribuem para a inclusão produtiva e social.

A Ciência Regional e as Contradições do Capital

A ciência regional configura-se como campo de conhecimento adequado ao debate acerca das condições inerentes ao desenvolvimento e aos seus limites. Esse potencial decorre da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade presente na constituição da ciência regional. Diversas disciplinas como a História, a Geografia, a Comunicação Social, Antropologia, Economia, Direito, Sociologia, entre outras, contribuem com a estruturação da ciência regional, o que salienta sua interdisciplinaridade. Porém, a ciência regional supera a soma das colaborações entre as disciplinas distintas presentes em sua constituição. O conhecimento produzido é transdisciplinar por possibilitar a produção de um saber transversal às diversas disciplinas inerentes à ciência regional, cujo produto transcende a soma das perspectivas disciplinares presentes em sua constituição (CARNIELLO; SANTOS, 2021).

Um ponto de conexão entre a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade da ciência regional é a multidimensionalidade do desenvolvimento (SANTOS, et al 2012). Enquanto processo multidimensional, o desenvolvimento requer uma abordagem pautada no reconhecimento da sua complexidade e na necessidade de aplicação de uma metodologia apta a captar essa condição. Daí que a premência de envolver diversas disciplinas na constituição da ciência regional seja inerente à investigação do desenvolvimento.

O desafio da ciência regional é a elaboração de uma epistemologia própria. Por resultar de contribuições disciplinares sob a perspectiva teórica e metodológica, simultaneamente interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, a ciência regional requer a constituição de uma epistemologia específica, ainda que originalmente derivada de contribuições de outras áreas do conhecimento (SANTOS; GALVÃO JÚNIOR, CARNIELLO, 2020).

Superar esse desafio com a elaboração de uma epistemologia da ciência regional é fundamental para se estabelecer um eixo norteador de conceitos e métodos concernentes à multidimensionalidade do desenvolvimento. Desse modo, a mensuração do desenvolvimento poderá ser sustentada teórica e metodologicamente. Evidentemente, as investigações realizadas até o momento acerca do desenvolvimento possuem méritos e contribuíram decisivamente para a sua compreensão. Mas, avançar para a consolidação de um corpus teórico e metodológico próprio à ciência regional é estratégico para a sua consolidação enquanto campo do conhecimento. É um limite a ser transposto.

A constituição de uma epistemologia do desenvolvimento, a articular teoria e método da ciência regional condiz com a necessidade de superar a tendência a fragmentação disciplinar, presente nas relações com as demais ciências partícipes da constituição do campo de pesquisa. Apesar da multidimensionalidade do desenvolvimento ter a função de aproximar as disciplinas que contribuem para com a ciência regional, a própria origem disciplinar pode gerar um movimento oposto, de fragmentação, em direção a uma compreensão disciplinar do desenvolvimento (DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2022).

Nesse cenário, a articulação entre teoria e método, a partir de uma epistemologia da ciência regional, torna-se imprescindível. As bases de uma epistemologia da ciência regional estão presentes na compreensão do desenvolvimento enquanto multidimensional. Tal condição implica uma compreensão articulada entre os pesquisadores do desenvolvimento, que possibilite uma perspectiva a pautar a epistemologia da ciência regional na multidimensionalidade, mas que ainda requer investigação e elaboração por parte dos pesquisadores. Especialmente, para reafirmar o refutar da compreensão do desenvolvimento enquanto processo linear, derivado da perspectiva hegemônica presente na globalização capitalista.

O desenvolvimento, enquanto processo multidimensional, possibilita delinear alternativas de inclusão produtiva e social em relação às contradições produzidas com os ciclos do capital. Economia solidária, economia criativa, agricultura ecológica são exemplos de possibilidade de inclusão produtiva e social em relação às contradições geradas com a globalização, mas requerem a busca por políticas públicas e formas de mobilização social que ensejem avaliações do processo de desenvolvimento pautadas em uma epistemologia da ciência regional, apta a considerar as especificidades locais e regionais.

Os limites do desenvolvimento, enquanto campo de pesquisa, estão relacionados à constituição da epistemologia da ciência regional, mas se faz necessário considerar que essa elaboração ocorre em meio às contradições do capital, associadas à própria urgência da produção de saber necessário para o enfrentamento das assimetrias regionais e locais. A globalização inclui fatores econômicos, sociais e culturais. Encerrar a globalização nos limites da produção e reprodução do capital em sua esfera produtiva é insuficiente para caracterizar a integração mundial das últimas décadas (HARVEY, 2007).

O circuito gerado com a consolidação da globalização inclui a integração política, social e cultural com efeitos sobre diversas dimensões como a ambiental e a sanitária. Porém, distante de qualquer homogeneização cultural ou social. Inclusive, as contradições desse processo produzem as resistências políticas e sociais aos aspectos da globalização que contradizem frações de classe em cada realidade nacional.

A complexidade desse fenômeno pode ser percebida em diversos exemplos, desde os regimes iliberais que emergem na Europa aos regimes abertamente autoritários que, apesar da integração econômica à globalização, rejeitam a adoção de práticas culturais e sociais associadas ao ocidente, notadamente a Europa Ocidental e aos Estados Unidos. Mesmo nos países centrais do capitalismo, há contradições resultantes da

globalização, dados os efeitos diversos no território e no tecido social da atual divisão internacional do trabalho. O BREXIT no Reino Unido e a ascensão do trumpismo nos Estados Unidos derivam de insatisfações com a estrutura econômica e social constituída nesses países, nas últimas décadas, a partir dos efeitos da globalização (CARNIELLO; SANTOS, 2021).

Desconsiderar o cenário contemporâneo como fator relacionado aos limites do desenvolvimento regional, enquanto campo de pesquisa, implicaria deixar de incorporar os fatores que impulsionam as investigações sobre os efeitos dos fatores endógenos e exógenos para as questões regionais e locais. Trata-se de considerar que a ciência regional se constitui enquanto analisa os fatores econômicos, sociais e políticos que lhe são subjacentes. Não se trata de um paradoxo, e sim de uma condição inerente às ciências humanas e sociais, com as quais a ciência regional dialoga para o delineamento do desenvolvimento e dos limites desse campo de pesquisa. As contradições do capital permeiam e condicionam o desenvolvimento, enquanto processo e campo de pesquisa.

A investigação sobre o desenvolvimento implica a consideração das articulações entre o internacional, o nacional, o regional e o local. A ciência regional, como base para as pesquisas sobre o desenvolvimento, fortalece-se na medida em que incorpora como fundamento a compreensão da historicidade da elaboração do saber (SANTOS; CARNIELLO, 2014). O desenvolvimento, enquanto campo de pesquisa, resulta da contemporaneidade capitalista e suas contradições. Como as investigações sobre o desenvolvimento adotam a escala local e/ou regional para a sua consecução, há o risco de negligenciar as conexões com os mecanismos relacionados à divisão internacional do trabalho e à globalização. Esse risco decorre do possível seccionar das relações entre os fatores endógenos e exógenos relacionados ao desenvolvimento.

Entre às contradições do capital, articuladoras das relações relacionadas às diversas escalas inerentes à divisão internacional do trabalho, estão a redução da tributação sobre o capital, a crise ambiental e social contemporânea, a concentração de renda e a redução da participação do trabalho na produção (PIKETTY, 2014). Os efeitos locais e regionais de cada contradição do capital são distintos em cada região, mas sua consideração é fundamental para o entendimento de como os limites do desenvolvimento enquanto campo de pesquisa se materializam.

A redução da tributação sobre o capital é dos efeitos mais perceptíveis da globalização nas últimas décadas (PIKETTY, 2014). Contemporaneamente, a mobilidade do capital decorre de dois fatores. O primeiro é a facilidade de circulação do capital em razão da adoção de tecnologias da comunicação digitais que favoreceram a alocação rápida do capital em escala internacional. O segundo fator é a própria competição entre os estados nacionais para atração de capital. A redução da tributação tornou-se um elemento nessa disputa, ampliada com a atuação dos paraísos fiscais. A renúncia à tributação do capital fortalece as corporações transnacionais e reduz a capacidade de investimento e atuação dos estados nacionais. Esse cenário incide sobre as condições de inserção das regiões na divisão internacional do trabalho, pois aspectos como localização,

capital humano, infraestrutura de transporte e produção, entre outros, podem ser potencializados ou fragilizados em razão da redução da tributação sobre o capital, especialmente para países emergentes ou em desenvolvimento.

Outro fator a ser considerado é a crise ambiental e social contemporânea. Desassociar a crise ambiental e social das múltiplas escalas a ela relacionadas seria um equívoco (BELLEN, 2005). Embora haja a preocupação internacional com as questões ambientais, suas repercussões ocorrem de modo substancial em escala local e regional. E a fragilidade econômica, política e institucional favorece a degradação ambiental. Apesar das iniciativas relacionadas à sociedade civil e aos estados nacionais quanto à sustentabilidade associada à preservação dos recursos naturais para as próximas gerações, o cenário atual indica a continuidade da degradação ambiental.

A crise social está relacionada ao modelo econômico predominante, pautado na concentração da renda, mas também na resistência aos processos de democratização das oportunidades e da participação política. A ampliação da capacidade de comunicação não produziu a formação de uma esfera pública promotora dos valores democráticos e inclusivos.

A ascensão de regimes políticos iliberais e o uso de fake news para a concorrência política evidenciam os riscos contemporâneos, pois a insatisfação com os efeitos excludentes da globalização potencializou a capacidade de mobilização antidemocrática. A constituição de governos iliberais em países como a Hungria e a Polônia e outros ancorados na radicalização da extrema direita nos EUA e Brasil, pauta-se no intenso uso das fake news e da pós-verdade para fundamentar a recusa da democracia liberal e da social-democracia (CARNIELLO; SANTOS, 2021).

Castells (1999) destacou a heterogeneidade e as relações estabelecidas em sociedades que passaram a se estruturar em redes de comunicação. Essa condição produziu, no passado, a perspectiva de consolidação de condições mais adequadas à experiência democrática, pautada na experiência digital (LÉVY, 2002). Entretanto, observa-se a emergência de outro cenário, com destaque para as *fake news* e a denominada pós-verdade. A pós-verdade solapa as bases da experiência democrática por possibilitar a interdição do debate público, pois a seleção das narrativas mais convenientes a cada espectro ideológico possibilita optar por versões da realidade social que justificam as opções políticas feitas sem o diálogo com concepções divergentes, especialmente em um ambiente marcado por farta oferta de informação (D'ANCONA, 2018). Observa-se que o contínuo aprimoramento da tecnologia da comunicação não resulta em qualificação democrática das relações políticas sob a perspectiva da democracia.

Entre as contradições que impactam o desenvolvimento e demandam consideração da ciência regional está a concentração espacial e funcional da renda (VIEIRA; SANTOS, 2022). Apesar do destacado crescimento econômico da China e Índia, por exemplo, a desigualdade da distribuição dos recursos econômicos prevalece de modo generalizado. Esse cenário não é exclusivo dos países emergentes ou em desenvolvimento. A complexidade desse processo decorre da heterogeneidade presente em cada

espaço nacional. A integração à divisão internacional do trabalho contemporânea ocorre de modo desigual para distintas regiões de cada espaço nacional. Tal condição pode ser percebida inclusive nos países centrais do capitalismo. O BREXIT, a saída do Reino Unido da União Europeia, resultou da insatisfação de setores da sociedade britânica com os resultados econômicos e sociais da integração econômica e financeira das últimas décadas. A ascensão do trumpismo nos Estados Unidos também pode ser atribuída às contradições internalizadas no país, especialmente nas regiões com recuo da atividade industrial às transformações do setor produtivo, relacionadas ao avanço da globalização e da própria tecnologia produtiva.

A desigualdade entre a renda do trabalho e a renda do capital, presente na trajetória histórica de países como o Brasil, cresce nos países centrais do capitalismo. Para Piketty (2014), os países capitalistas desenvolvidos lograram forte redução da diferença entre a renda do capital e a renda do trabalho, durante o século XX, em razão da combinação de contingências como as guerras mundiais e a da aplicação de políticas públicas que favoreceram, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, uma melhor distribuição da renda nacional. Porém, nas últimas décadas do século passado e no século XXI, cresceu a diferença entre a renda do capital e a renda do trabalho, bem como foi ampliada a desigualdade na distribuição da riqueza entre os diferentes extratos de renda nos países desenvolvidos. Esse cenário evidencia o recrudescimento das contradições do capital, em um cenário de fragmentação e renovação das relações de produção possibilitadas com a compressão do tempo e do espaço. Os efeitos desse cenário, em escala regional e local, são diversos, o que implica o desafio de considerar como as contradições do capital impactam o desenvolvimento enquanto processo histórico e, em última instância, sua elaboração conceitual e das concernentes metodologias de investigação.

A desigualdade espacial e funcional da distribuição da riqueza é agravada com o impacto da renovação dos processos produtivos em razão do impacto da tecnologia. A modernidade capitalista tem, entre suas características, a mudança constante. A assertiva de Marx e Engels (2011) quanto à única permanência da dinâmica capitalista ser a mudança persistente, define estruturalmente o capitalismo. A crise, presença constante na história do capitalismo, é de certo modo, o motor do capitalismo. Evidentemente, para os capitalistas, a segurança quanto à realização de investimentos e o seu retorno sob a forma de lucros, é a condição ideal. Porém, como Marx e Engels identificaram, a renovação constante das condições de produção e a redução do tempo de rotação do capital são fundamentais para a elevação dos ganhos de produtividade e a consequente expansão do capital. No capitalismo a constante modernização das condições de produção e consumo determina a sobrevivência a crises, que são cíclicas e ensejam a incorporação de novos consumidores e trabalhadores junto à renovação das estruturas de produção para a perenidade do sistema. Historicamente a modernidade capitalista é sustentada com a modernização permanente.

Porém, contemporaneamente, há uma distinção entre o atual ciclo de elevação da produtividade capitalista e os ciclos do passado. Historicamente, cada etapa da história do capitalismo industrial foi caracterizada pela incorporação de novos mercados consumidores e de trabalhadores, o que ensejava novas possibilidades econômicas e políticas na expansão capitalista. Assim, o crescimento da produtividade, com a adoção de tecnologias que ampliavam os efeitos da mecanização em relação à produção, gerava novas possibilidades de incorporação produtiva dos trabalhadores. A atual etapa da expansão capitalista está submetida a condições diversas. Inexistem novas populações e mercados para a incorporação à divisão internacional do trabalho.

As tecnologias adotadas no processo de produção têm como característica a redução da participação do trabalho humano em um cenário em que a incorporação de novos mercados não é mais possível. Assim, cristaliza-se uma contradição fundamental, a redução do trabalho humano no processo produtivo e, portanto, da possibilidade de consumo, motor da expansão capitalista. A precarização do trabalho, popularmente denominada uberização, é a face mais visível desse processo, com a acelerada expansão do precariado (SOUZA, 2012). A emergência de um contingente notável de trabalhadores excluídos das relações formais de trabalho, em um cenário de crescente concentração da riqueza e acelerados ganhos de produtividade, exemplifica como o processo de desenvolvimento depende da dinâmica da divisão internacional do trabalho e da sua complexidade.

O Brasil é um exemplo notável dos efeitos da modernização das relações de produção e da constituição de um precariado expressivo, com a tendência em ser o maior contingente da força de trabalho nacional. Os efeitos sobre as condições de desenvolvimento nacional e em cada região são significativos. Para compreender o que esse cenário significa no país, faz-se necessário recuperar objetivamente a trajetória histórica da industrialização brasileira. No Brasil a expansão da atividade industrial foi alcançada mediante a dependência de tecnologia e de capital externo, no século passado. Entre os efeitos da industrialização brasileira está o crescimento da oferta de bens e serviços. Entretanto, a concentração espacial e funcional da renda impediu o desenvolvimento econômico nacional. Entre os resultados da expansão industrial nacional está a expressiva assimetria entre as regiões brasileiras (CANO, 2007).

Denota-se, que a produção do atual precariado brasileiro não resulta diretamente da industrialização nacional, mas das decisões relacionadas a sua trajetória e a forma como o país está inserido, contemporaneamente, na divisão internacional do trabalho. O Brasil é um exemplo de modernização conservadora (ORTIZ, 1988). A efetivação da industrialização brasileira está relacionada à preservação das estruturas reprodutoras das desigualdades nacionais, sustentadas nas relações políticas e econômicas historicamente predominantes, daí a sua vinculação a um processo de modernização conservadora. Apesar de concebida como o caminho para a autonomia social, econô-

mica e política, a industrialização foi efetivada sem a necessária superação das estruturas relacionadas à desigualdade predominante no Brasil, em especial as assimetrias regionais (VIEIRA;SANTOS, 2013).

O período da Ditadura Militar (1964-1985) exemplifica a materialização da modernização conservadora de forma avassaladora, pois apesar do crescimento da riqueza, ocorreu a expansão da desigualdade. As decisões políticas dos militares e civis no controle do Estado não se pautavam no enfrentamento das condições que impediam a redistribuição da riqueza. As desigualdades econômicas e sociais impediram, mesmo com o período denominado “milagre econômico” (1968-1973), a elevação da qualidade de vida da população. O desenvolvimento econômico apresentou resultados restritos em comparação ao crescimento econômico. Essa disparidade manteve a fragilidade social brasileira, apesar da expansão da riqueza nacional, agravada estruturalmente com a desindustrialização contemporânea da economia nacional.

A desindustrialização brasileira é um processo que deriva da estagnação econômica da década de 1980 e da abertura econômica realizada sob o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), com continuidade até o presente. Para Morceiro (2012), a desindustrialização corresponde a queda do PIB industrial em relação ao PIB nacional. Essa condição caracteriza a economia nacional e a reduz a uma condição precária em relação ao impacto das tecnologias que reduzem a participação do trabalho nas atividades produtivas, especialmente na indústria. Na última década, a redução de postos de trabalho na indústria brasileira correspondeu a um milhão de empregos (IBGE, 2022). Esse cenário é agravado com a trajetória histórica da industrialização nacional, caracterizada pela dependência de tecnologia e capital externo, com produtividade comprometida em razão da reduzida qualificação dos trabalhadores em comparação ao cenário externo. Assim, configura-se um quadro favorável à expansão do precariado, sustentado pelo crescimento do trabalho informal (POCHMANN, 2005).

A ausência de uma política industrial com incentivo à elevação da produção nacional tem correlação direta com a integração subordinada do país à divisão internacional do trabalho, pois favoreceu a fragilização do Estado nacional nas últimas décadas. A integração subordinada impossibilitou a resistência à abertura econômica associada ao atendimento dos interesses das corporações transnacionais, em detrimento das necessidades da população brasileira (VIEIRA e SANTOS, p. 216, 2022).

A expansão do precariado brasileiro ocorre em conjunto e com a desindustrialização e a reprimarização da economia nacional. O desempenho do agronegócio brasileiro e os efeitos da desindustrialização geram efeitos diversos nas regiões brasileiras, com impactos associados às condições históricas de desenvolvimento peculiares a cada localidade e região. Destarte, a concepção de uma ciência regional é inseparável da

mensuração da articulação das diferentes escalas espaciais à dinâmica capitalista contemporânea e seus efeitos distintos em cada região.

Considerações Finais

A ciência regional é um campo em expansão no Brasil, quicá em consolidação. Sua constituição dialoga e pauta-se no conceito desenvolvimento, por sua vez multidimensional e suscetível a debates acerca dos seus limites epistemológicos, metodológicos e históricos. O fortalecimento da ciência regional relaciona-se ao modo como a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade relacionadas a sua constituição serão trabalhadas pelos pesquisadores, especialmente quanto à superação das limitações relacionadas à formação disciplinar em comparação à atuação em um campo de pesquisa que exige a superação dessa condição. Necessariamente, os resultados obtidos devem transcender a soma das perspectivas disciplinares para a consecução de um novo campo do saber, pautado no desenvolvimento sob a ótica regional.

Contemporaneamente, a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade foram ampliadas com as possibilidades geradas mediante a maior difusão e circulação do conhecimento nas últimas décadas. As mídias digitais favoreceram a difusão do saber e a conexão mais estreita da comunidade científica, particularmente com a comunicação global, a expansão do acesso ao ensino superior. Desse modo, a constituição de um campo de conhecimento pautado na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade foi potencializado.

Tal condição possibilitou o debate acerca do desenvolvimento, eixo das disputas sociais, políticas e econômicas contemporâneas. A emergência das democracias modernas e a disputa ideológica relacionada a qual sistema econômico e social seria capaz de garantir o bem-estar da população, desde o século XX, potencializou a discussão sobre o que é o desenvolvimento e como efetivá-lo, principalmente em razão da competição por recursos escassos, porém fundamentais para a reprodução social.

A partir desse cenário, dois eixos de discussão foram abordados nesse capítulo. O primeiro apresentou a associação entre a ciência do desenvolvimento regional e o panorama econômico e político presente, organizador das condições de desenvolvimento. Esse eixo conforma a relação entre a produção de conhecimento e os limites históricos que o delineiam, especialmente quanto à caracterização do desenvolvimento.

A compreensão histórica e social do ideal de desenvolvimento estabelecido em cada conjuntura histórica possibilita problematizar as suas implicações. Tal operação é fundamental para se enfatizar como a concepção de desenvolvimento resulta das dinâmicas sociais, econômicas e políticas próprias a cada sociedade. Daí a premência de se compreender que a definição de desenvolvimento corresponde a uma opção política, correspondente ao modelo de sociedade que se almeja estabelecer. Assim, é insuficiente pensar o desenvolvimento como distinto do acúmulo de tecnologias e de recursos materiais. Faz-se necessário situá-lo como contra-hegemônico em relação às estruturas

econômicas e sociais contemporâneas.

Essa opção decorre do fato que a ideia vulgarizada acerca do desenvolvimento enquanto expansão econômica e tecnológica linear e constante, corresponde aos limites estabelecidos no contexto histórico da divisão internacional do trabalho contemporânea. A função da ciência regional e de seu norte, pautado na complexidade e multidimensionalidade do desenvolvimento, corresponde a considerar as condições endógenas de cada região, para daí conceber o desenvolvimento em uma perspectiva adequada às condições locais e regionais. Desse modo, possibilita-se a compreensão dos bloqueios que dificultam o desenvolvimento em escala regional e local, situando-o em uma ótica histórica e diversa dos modelos econômicos, sociais e ambientais correspondentes à reiteração da exclusão social e econômica.

O segundo eixo pautou-se no reconhecimento das contradições do capital. Identificar essas contradições é fundamental para se examinar os limites do desenvolvimento, enquanto concepção e prática econômica e social associada à atual divisão internacional do trabalho. A compreensão dos efeitos da dinâmica capitalista contemporânea sobre as regiões e localidades é fundamental para o delineamento das condições concretas de desenvolvimento.

Excluir o contexto contemporâneo enquanto condição associada às balizas do desenvolvimento, como campo de pesquisa, ensejaria a desconsideração das condições estimulantes das pesquisas acerca dos efeitos dos fatores endógenos e exógenos para as lides regionais e locais. A emergência da ciência regional relaciona-se à avaliação dos fatores econômicos, sociais e políticos que lhe são pertinentes. O diálogo com a história contemporânea é uma condição relativa às ciências humanas e sociais, parceiras da ciência regional no empreendimento de caracterizar o desenvolvimento. O desenvolvimento é condicionado e perpassado pelas contradições do capital.

A elaboração de conhecimento pertinente à ciência regional e, portanto, ao desenvolvimento corresponde a examinar as relações entre o internacional, o nacional, o regional e o local. A complexidade da investigação sobre o desenvolvimento decorre da sua historicidade e das contradições do capitalismo contemporâneo. Situar-lo em relação à emergência da ciência regional e à sua contemporaneidade é fundamental para conhecer e caracterizar os seus limites epistemológicos e históricos. Essa operação permite aos pesquisadores tratar do desenvolvimento como tema e campo de pesquisa, mas sem negligenciar sua dimensão política. A dimensão política do desenvolvimento é o norte para as pesquisas, por destacar que o desenvolvimento é uma construção histórica, uma opção de modelo de sociedade, apta a reiterar as assimetrias sociais, econômicas, políticas e ambientais ou contribuir para a sua redução em direção às condições sociais sustentáveis e equânimes.

Referências

- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração regional no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: UNESP, 2007.
- CARNIELLO, M. F.; DOS SANTOS, M. J. Comunicação para o desenvolvimento territorial: análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **REDES** (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), v. 26, p. 1-18, 2021.
- CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Comunicação para o desenvolvimento regional. In: Cidival Moraes de SOUZA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Org.). **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2020, v. 3, p. 375-393.
- CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Limite de acesso ao consumo como estratégia de desenvolvimento no Brasil. **Ângulo** (FATEA. Impresso), v. 8, p. 145-166, 2015.
- D'ANCONA, M. **Pós-verdade**. Barueri: Faro editorial, 2018.
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- IBGE. Pesquisa Industrial Anual 2020.
- LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 2002.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. [Edição Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.
- POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RANGEL, L. J.; GALVAO JUNIOR, L. C.; SANTOS, M. J. As parcerias entre a administração pública e associações da área da saúde. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 9, p. 47-63, 2019.
- DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. YouTube, 8 de junho de 2022. Disponível em <https://youtu.be/uxkDGM665vw>. Acesso em: 8 de junho de 2022.
- SANTOS, M. J.; GALVAO JUNIOR, L. C.; CARNIELLO, M. F. A agenda de pesquisa em desenvolvimento regional: interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. In: XV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 2020, Medellín. **Memorias XV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación**, 2020. p. 58.

- SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. História do desenvolvimento: limites de um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, p. 67-88, 2014.
- SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. Por uma história do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 7, p. 279-295, 2011.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: a nova classe média ou os novos trabalhadores. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Brazilian deindustrialization: the precarious insertion of Brazil in the globalization process. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, p. 183-200, 2022.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- VIEIRA, E. T.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Economia criativa como alternativa a redução do emprego da indústria automobilística em Taubaté/SP. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, p. 247-271, 2018.
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000. **Diálogos** (Maringá), v. 17, p. 279-307, 2013.
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional - uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, p. 344-369, 2012.

ENVOLVIMENTO: ALTERNATIVA PARA UM DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIALMENTE JUSTO²³

Suzana Lopes Salgado Ribeiro²⁴

Resumo

Este artigo propõe a reflexão sobre noções de desenvolvimento e seu questionamento, a partir de referenciais decoloniais. Nesta direção, propõe-se a noção de envolvimento como mais ampla e sobre uma nova perspectiva, posto que o desenvolvimento não é visto como um lugar pronto ao qual se chega, mas como processo de encontro e tradução de diferentes preocupações. Assim, nos afastamos de uma supervalorização de aspectos econômicos - suas métricas e índices -, e abraçamos noções mais amplas, dinâmicas e plurais, como possibilidades de leitura e compreensão de um desenvolvimento para a humanidade de forma democrática, em que pesem valores como equidade e bem-viver, pensada a partir de sua complexidade e pluralidade. Para tanto são conceitos centrais o “terceiro espaço” (BHABHA, 2001), a “transdisciplinaridade” (MALDONADO-TORRES, 2016) e “brechas” (WALSH, 2016).

Palavras-chave: Desenvolvimento, envolvimento, decolonialidade, transdisciplinaridade, terceiro espaço, brecha.

Introdução

O presente texto propõe um diálogo estabelecido entre dois significantes: desenvolvimento e envolvimento. Gostaríamos, aqui, de explorar um contraponto, e questionar uma estética, uma cosmogonia, uma cosmologia baseada, e porque não dizer circunscrita, em epistemologias e perspectivas do mundo colonial. Neste texto, indicamos uma outra possibilidade de leitura. Esta leitura se coloca na interface, ou na contraposição entre a ideia de um desenvolvimento baseado no isolamento e na individualidade e propõe a possibilidade de construção de redes de envolvimento. Esta estratégia pensa a conexão, o estar junto e a coletividade como motores poderosos do bem-estar comum e da justiça. A proposta é ver o desenvolvimento não de forma isolada.

²³ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no ENECULT 18, em 2022, na mesa Diversidade Cultural, Políticas e Desenvolvimento.

²⁴ Historiadora, Professora do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté - DCSL-UNITAU e dos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Desenvolvimento Humano, Mestrado Profissional em Educação, ambos da UNITAU e Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Sul de Minas- Unis. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4781281757036528>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-0694>. E-mail: suzana.ribeiro@falaescrita.com.br.

Questiona-se a verdade estabelecida de que cada ser humano de forma independente e autônoma, sem relação com outros possa crescer e se desenvolver cultural e socialmente. A proposta é pensar uma possibilidade de envolvimento que se estabeleça em meio a tramas de uma rede, em que nossas relações sejam nós, amarrações nessa tessitura, e que dentro de um sistema complexo, no qual estão todos os seres vivos, possamos nos pensar como parte de um todo, sem hierarquias, e, com isso, valorizar as relações que se estabelecem com o meio-ambiente e com a sociedade em geral. Emanando um bem viver a partir dessas conexões culturais.

Assim, é objetivo deste texto, refletir sobre noções de desenvolvimento a partir de referenciais, que pensando a ação humana – a interação de seres humanos – promovem o envolvimento e a criação de algo novo a partir desse encontro. Assim, o desenvolvimento não está sendo visto como um lugar pronto ao qual se chega após um processo evolutivo, passos estruturados, um desenrolar de ações pré-definidas que progressivamente alcançam crescimento, aumento ou expansão. A noção de desenvolvimento fortalecida ao longo da escrita deste artigo tem mais relação com elaboração, com o caminho trilhado, que com continuidade de aumento, mais com processo do que com resultado. Entendendo que a partir de um andamento diferenciado, também poderemos alcançar resultados significativos, pois construídos coletivamente, um novo surgido por meio da tradução entre diferenças culturais.

Neste sentido, tentamos nos afastar de posicionamentos que marcam uma supervalorização de aspectos econômicos, de métricas e índices, e abraçar noções mais amplas e dinâmicas, como possibilidades de leitura e compreensão de um desenvolvimento para a humanidade de forma democrática, pensada a partir de sua complexidade e pluralidade.

Isso pois, entendemos hoje os danos causados e ainda em curso na busca de métricas, para a vida da humanidade. Desta forma, o objetivo da reflexão que se apresenta é refletir sobre alternativas que se desenham para o alargamento do significado do conceito de desenvolvimento. Procuraremos, ainda, discutir a possibilidade de ler o desenvolvimento como o encontro entre diferenças que compõe um “terceiro espaço” (BHABHA, 2001), no qual podem acontecer traduções e trocas fundamentais para uma outra experiência de (des) envolvimento humano, que não desagregue, mas que reuma, componha, conecte e agregue.

Busca por índices e métricas: hegemonia sob rasura

Nesta parte do texto traremos um histórico, construído na tentativa de desenhar um caminho desta noção de desenvolvimento e de seu uso dentro da historiografia brasileira e de nossa história contemporânea. Os pontos levantados colocam o termo mobilizado sob rasura. Conceito de rasura, está sendo acionado aqui a partir da leitura de

Derrida que indica “como a fluidez é estancada quando a estrutura descentrada é momentaneamente fixada em torno de um centro provisório e um texto específico é construído” (DERRIDA, 2004, p. 11).

A definição de desenvolvimento, é colocada no jogo político e aberta a significações diferentes das constituídas historicamente. Intencionamos assim indicar os limites dos sentidos atribuídos ao conceito e a possibilidade de mudanças da compreensão de seus significados.

A noção de desenvolvimento esteve relacionada a questões econômicas, desde os anos de 1930, com a criação do termo PIB – Produto Interno Bruto. A criação de uma fórmula para medir a saúde financeira dos países, usando demografia e dados estatísticos para entender impactos do crescimento da população sobre produtividade de uma determinada região, foi métrica que norteou a organização de políticas públicas.

Assim, podemos indicar que desde esse primeiro momento uma percepção relacionada ao estabelecimento de índices e de métricas, e hegemonizaram uma concepção de que o desenvolvimento poderia ser medido em números. Mais que isso, que se poderia por meio do crescimento econômico demonstrar o próprio desenvolvimento de nossa sociedade.

Entre as décadas de 1940 e 1970 a história do Brasil foi marcada por uma escalada do nacional desenvolvimentismo. Nesses tempos, parecia estar definido que a busca por uma industrialização e por uma supremacia do que foi chamado “desenvolvimento econômico” era o único caminho. Importa pontuar que neste momento predominou no culto ao desenvolvimento, lógicas eurocêntricas e economicistas. Esse processo, levou muitos países a se concentrarem na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida de suas populações, ou mesmo a possibilidade de vida futura no planeta, em segundo plano.

A política desenvolvimentista propunha promover o crescimento econômico como meio e fim para o desenvolvimento. Mas as críticas a esse modelo de desenvolvimento se acumularam. A década de 1970 foi marcada pela inserção de novos temas na agenda mundial. No Brasil, o economista Celso Furtado chegou a afirmar que:

... a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p.75).

Para Vasconcelos e Garcia o desenvolvimento:

...em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Mesmo com as críticas apontadas pelos intelectuais, na política destas quatro décadas pudemos observar que o avanço do nacional desenvolvimentismo trouxe números significativos para o crescimento da economia, entretanto indicamos que tais políticas não se relacionaram ao estabelecimento de possibilidades de bem viver ou de justiça social. Instituiu-se uma noção de desenvolvimento que não pensava a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a preservação do meio ambiente, ou mesmo condições de equidade entre os diferentes. Tal política naturalizou a importância da economia e a desimportância das questões socioculturais que foram relegadas a segundo plano. Na esteira dessa construção grupos sociais e culturais precisariam de uma intervenção para que a partir de uma ação homogeneizadora externa, pudessem suprir escalas de progresso para chegar a se desenvolver. Hegemonizou-se um pensamento de que o crescimento dos números bastava, posto que se acreditava que o crescimento social cultural seria sua consequência natural. E isso não ocorreu.

Destaca-se que a década de 1970, com o momento que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, viveu um crescimento bastante significativo que na contramão do que teria sido prometido aumentou desigualdades e instituiu diferenças como questões de exclusão e subalternização. Na análise de economistas, os argumentos da “teoria do bolo”, defendidas por Langoni (1973), justificava o processo concentrador de renda vivido naqueles anos.

A formulação da chamada teoria do bolo repousava basicamente na suposição de que a concentração da renda nos altos estratos da pirâmide distributiva viabilizaria um aumento da taxa de investimentos na economia, pois estes segmentos da população tenderiam a poupar parcelas mais expressivas de sua renda do que os estratos de rendas mais baixas (os quais, alternativamente, tendem a consumir toda sua renda) e, assim, essa maior taxa de poupança reverter-se-ia em expansão das taxas de investimento, gerando, no momento seguinte, aceleração da economia e expansão do emprego e do bem estar para o conjunto da população. Portanto, além de ser tido como “inevitável” (pelas razões expostas pelo autor e amplamente debatidas neste artigo), o processo de concentração da renda era interpretado pela

tese “oficial” como portador de importante funcionalidade para a promoção do crescimento de longo prazo – que, ainda segundo os postulados em que se constrói a teoria, traria benefícios a todos. (BARONE, BASTOS, MATTOS, 2015, p.18).

Esta teoria mostrou seu fracasso frente aos dados de ampliação do consumo das faixas mais ricas da população, que foi responsável por dinamizar o mercado e fazer crescer a economia, ao menos momentaneamente, sem que esse processo resultasse em uma distribuição de renda, ou uma possibilidade de aumento do consumo de todos. O que pode ser observado, de maneira geral, foi que populações e culturas foram reduzidas a ausências, deficiências, faltas. As pessoas que não enriqueceram, ou enriquecem são tidas como exemplos de fracasso e de inadequação.

Na década de 1990, debates sobre desenvolvimento sustentável ganham representatividade, e preocupações com o meio ambiente pareciam ganhar ainda mais peso. “As nações passam a preocupar-se finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2002, p.38).

A partir de 1992, apresenta-se a corrente do “pós-desenvolvimento” que propunha o “fim da era do desenvolvimento [...] dominado por intenções geo-estratégicas de natureza capitalista, colonialista e patriarcal” (AMARO, 2017, p.82). A corrente de pensamento conhecida como “pós-desenvolvimento” teve como meta a uma crítica sobre textos que contrapunham representações de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Neste cenário ganhou centralidade organizações como o Banco Mundial e Bancos de desenvolvimento. Em decorrência dessas críticas, e de movimentações sociais abriram-se algumas brechas e estudos fizeram a crítica aos homogeneizantes indicadores, índices e metas estabelecidos para o desenvolvimento, e/ou governança global. Nesta esteira, estudiosos começaram a olhar para a questão do desenvolvimento sob a ótica do discurso e de sua significação. Ganharam centralidade os estudos que mostravam as representações discursivas do signifiicante desenvolvimento. E a compreensão de que a palavra desenvolvimento acaba por abarcar uma herança de uma epistemologia colonial e colonizadora, que marca um determinado sistema de poder e de dominação. De maneira que as naturalizações criadas fazem com que nossa noção de realidade seja colonizada pelo discurso hegemônico de desenvolvimento.

Ou seja, certa visão economicista vem mudando, novos conceitos de desenvolvimento, como contraponto ao PIB foi criado outro indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Criado em 1998, esse indicador trouxe um questionamento a respeito da supremacia da economia sobre a vida humana e ao apresentar os aspectos da saúde (expectativa de vida), da educação (anos de escolarização) e da renda (poder de compra, em dólar) como relevantes, apontou também outras possibilidades de leituras para a questão do desenvolvimento. Ou seja, não bastava um país ser economicamente forte para ser desenvolvido. Sua população precisava, de alguma forma, ter acesso a direitos elementares da vida em sociedade, como educação e saúde.

O destaque aqui, é que o marco desse contraponto, abre brechas para que questionemos e coloquemos outras necessidades para o cálculo de um índice para o desenvolvimento, que mostra a incompletude das medidas e sínteses que temos até o momento:

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. (PNUD, site oficial).

Mas, embora possamos entender que há uma percepção sobre os limites dos índices criados, o que se desenha como resposta é a criação de novos índices e métricas que tentam quantificar a experiência humana. Há uma ansiedade em medir, aferir, calcular, como se com isso fosse possível avaliar de forma efetiva a “evolução” humana.

Frente a imprecisão desses dados, acumulam-se críticas, na atualidade, a forma com que esses índices são calculados e as manobras que gestões governamentais traçam para que eles ocultem realidades da vivência de populações inteiras. Entretanto, os índices continuam sendo criados, inclusive para medir o acesso à educação e à saúde. Esse é o caso, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado em 2007, que toma como base o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações de larga escala. Nosso posicionamento é que tais índices e métricas quantificam questões a partir de uma lógica neoliberal, que se basta na organização dos próprios números e não na solução de problemas e reorganização de políticas sociais.

Para além dos limites e críticas apontados ao IDH, o não estabelecimento de relações do desenvolvimento com questões fundamentais da vida humana, coloca em risco a própria ideia de democracia, da participação de todos na vida pública, da ampliação do espaço público, da equidade e da sustentabilidade. Então, se por um lado, há ampliação, podemos dizer que ela ainda é limitada, posto que o conceito ainda não é abrangente o suficiente. A felicidade, a justiça sociocultural e o bem viver estão fora desta conta, e, portanto, é possível afirmar que não temos um desenvolvimento realmente humano.

Dessa maneira, é preciso pensar espaços para a criação de novos conceitos. Espaços de (re) existências (WALSH, 2016), de possibilidades de refazer a nossa intervenção, nosso estar no mundo.

Nessa direção apontamos nos estudos pós-coloniais ou no que foi chamado pela academia de “estudos étnicos” a noção de “envolvimento” como alternativa para a compreensão e organização de novas relações de promoção da vida em plenitude.

Um futuro para além de índices

Nesta seção do texto, estipulamos uma conversa com a produção teórica de referencial pós-colonial, estudos étnicos, ou decoloniais. Cabe definir o referencial teórico

no qual está baseada a leitura e o posicionamento que ora se apresenta. As bases das reflexões delineadas estão na leitura de textos do indiano Homi Bhabha, do porto riquenho Nelson Maldonado-Torres e da estadunidense Catherine Walsh (que é professora em uma universidade no Equador).

Para esses autores, alcançaremos metas se nos envolvermos e nos importarmos com o diferente, e criarmos possibilidades de participação e de escuta ampliadas. Para tanto é preciso estabelecer relações próximas e um fazer conjunto e compartilhado, um fazer “com”, “a partir de” e não “para” (WALSH, 2016). Tais pensamentos se caracterizam como espaços interdisciplinares, emancipatórios. Surgidos na academia estadunidense nos anos de 1960, se caracterizaram como “estudos étnicos”, incluindo estudos afro-americanos, indígenas, ázio-americanos, diaspóricos e latino-americanos. Para Maldonado-Torres:

O termo étnico, a bem dizer, expressa o ponto de vista que considera alguns sujeitos como nacionais ou com todo direito de reivindicar cidadania e participação na ordem moderno-ocidental, enquanto relega outros a uma condição na qual sua existência nacional ou sua existência na ordem moderno-ocidental é constantemente questionada. [...] Em outras palavras, os sujeitos normativos de sociedades tipicamente modernas não se veem como étnicos, senão somente como sujeitos ou sujeitos nacionais. Os étnicos são os outros, e estes outros não estão representados de forma equitativa nem na administração das instituições de poder, nem na cultura ou na produção do conhecimento, entre muitas outras áreas. (MALDONADO-TORRES, 2016, p.77).

A abordagem para ler o desenvolvimento, que vamos indicar aqui, é da “tradução cultural” assumida por Bhabha, da criação de um “Terceiro Espaço” que repleto de contradições e ambiguidades faz surgir o novo, o híbrido. Para ele no exercício de tradução cultural:

O sentido do enunciado não é, literalmente, nem um nem outro. Esta ambivalência é enfatizada quando percebemos que não há como o conteúdo da proposição revelar a estrutura de uma posicionalidade, não há como deduzir esse contexto mimeticamente do conteúdo. (BHABHA, 2001, p.66).

Cultura como constructo de percepções e dimensões opostas, dualidade que apresenta uma cisão na identidade do “outro”. Aqui no caso, tomamos o conceito de “outro” como o resistente ao modo de vida que se quer hegemônico, da lógica capitalista neoliberal. Este é um ser híbrido, pois formado de sua identidade cultural e da identidade cultural do meio que o cerca.

É nesse diálogo que o conceito de complementabilidade ganha importância, pois como num vaso que se quebra e tentamos recompor, os pedaços por serem complementares e únicos, e nunca iguais, permitem mesmo que não de forma total, a montagem do objeto. Assim, surge o conceito de Terceiro Espaço como figura de distinção - suplementação. E por ser assim, é “intersticialmente produtivo”.

É o Terceiro Espaço, que embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo. (BHABHA, 2001, p. 68).

Re-historicizar e ler de outro modo é o exercício realizado neste texto com o signifi-
ficante desenvolvimento.

O Terceiro Espaço de enunciações é considerado por Bhabha “a condição prévia para articulação da diferença cultural” (BHABHA, 2001, p.69) acompanha a “assimilação de contrários que cria a instabilidade oculta que pressagia poderosas mudanças culturais”. (BHABHA, 2001, p.69). As poderosas mudanças que propomos tem relação com os significados atribuídos aos significantes desenvolvimento e envolvimento.

Com o estabelecimento desse espaço de diálogo, de traduções entre mundos que são diferentes, pode-se definir condições de articulação da diferença cultural. Entendendo, que nossas diferenças culturais são parte do que somos, do que nos constitui. E que, portanto, não é possível renunciar a nenhuma dessas partes. É preciso estabelecer relações dialógicas que reconheçam as condições discursivas e anunciações que garantam o significado e a importância dos signos da cultura. Signos estes que questionam a fixidez de hegemonias criadas e naturalizadas. Estes signos precisam ser re-historicizados e ressignificados frente à produção de um conhecimento (outro) mais plural.

Nesta direção, vale a pena pensar que o Terceiro Espaço é um “entre” que articula o hibridismo da cultura.

[...] deveríamos lembrar que é o “inter” o fio cortante [...] da negociação, o entre-lugar o que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionalistas, do “povo”. E, ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos. (BHABHA, 2001, p.69).

Ao nos depararmos com essa questão do “entre”, gostaríamos de retomar, e colocar em diálogo, o conceito de transdisciplinaridade de Maldonado-Torres que anuncia a necessidade de uma atitude decolonial no projeto incompleto da decolonização. Retomando Franz Fanon: “Deixaremos os métodos para os botânicos e os matemáticos.

Existe um ponto em que os métodos se dissolvem” (2009, p. 11). Maldonado-Torres apresenta que:

Com base no exercício da decolonização como projeto e atitude é que qualquer uso de disciplinas e métodos tem sentido. Do contrário, as disciplinas e os métodos tendem a ser orientados pelo projeto e pela atitude moderno-coloniais. Transdisciplinaridade, neste contexto, significa, em primeiro lugar, a necessidade de reconhecer imperativos e lógicas mais amplas do que as disciplinas que encontram sua orientação própria e em relação às quais elas mesmas e seus métodos podem se destruir e se reconstruir de forma distinta. [...] Desta posição é que podemos falar de uma atitude decolonial que suspende os métodos e propõe um manejo de um método sem métodos. (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 93).

O autor complementa definindo transdisciplinaridade decolonial “como orientação e suspensão de métodos e disciplinas a partir da decolonização como projeto e como atitude” (MALDONADO-TORRES, 2016, p.93). Para ele isto é parte do que se pode chamar de “consciência decolonial” (decolonial consciousness), em contraposição à “consciência moderna” (modern consciousness). O compartilhar dessa atitude é tomar consciência de que as bases das linhas seculares “moderno-coloniais” promoveram de certa maneira o des-envolvimento, e que, portanto, é preciso reagrupar. Nas palavras do autor “des-segregar” e “e des-generar” (MALDONADO-TORRES, 2007).

Para Maldonado-Torres esse é caminho para encontrar e colocar em diálogo saberes muito diferentes entre si e indica trilhas para uma nova construção de conhecimento em que “novos” sujeitos, “outras” lógicas se colocam e orientam novas epistemologias que reconheçam signos culturais diversos e que correspondam a alternativas de maior agregação e envolvimento, ou de uma ressignificação de desenvolvimento que leve em conta questões de justiça sociocultural.

É nesta chave de entendimento, que assumindo uma atitude decolonial propomos que para haver desenvolvimento, no sentido de progresso e crescimento, é preciso haver espaços de hibridação, de encontro cultural que vejam a diferença como parte integrante do que somos e que faça disso motivo para maior envolvimento e partilha de experiências (BENJAMIM, 1996).

Tais espaços de hibridação comportam a tradução do encontro cultural, de onde nasce um terceiro.

Ou seja, esse projeto, busca fissuras/brechas na ordem estabelecida (WALSH, 2016) que possam instaurar práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver (WALSH, 2013), espaços de questionamento de hegemonias criadas a partir do poder econômico, bélico, opressor. Pois como afirmou Bhabha, uma cultura ao se constituir

como hegemônica, passa a admitir ou sofrer “traduções” e, neste momento, perder a sua força opressora. Essas traduções apresentam possibilidades de movimentações que causam fissuras, que contribuem para o enfraquecimento de sua própria hegemonia, que se modifica e transforma.

Além disso, é possível dizer que a força da vida, da beleza, do encantamento e da natureza é maior que as construções que se querem hegemônicas. E assim, podemos ver fissuras a nossa volta e fazer brotar a vida dentro delas, desfazendo silenciamentos e apagamentos (POLLAK, 1989) constituídos ao longo de nossa história. Mas é também possível produzir outras brechas com nossos movimentos. Pois quanto mais nos movimentamos, balançamos, mas fissuras causamos nas estruturas de nossa sociedade. Neste sentido destacamos a importância e protagonismo de movimentos sociais e populares como grandes articuladores de mudanças e criadores de fissuras.

Assim, entendemos que este processo de um (outro) desenvolvimento, passa por um fazer coletivo que constrói e se constrói de forma ativa, na qual a formação das potencialidades de cada ser humano acontece a partir das relações com o mundo social, com seu envolvimento com outros seres humanos. Esse processo interacional entre sujeitos, sociedade e meio ambiente, transforma e resulta em novos níveis de (des) envolvimento.

Como foi apontado por Amaro (2016, 90-91) as propostas de “desenvolvimento alternativo” se desenharam em uma tentativa de salvar o conceito e inovações, quanto a: perspectiva multidimensional e interdisciplinar; realização das capacidades; instauração de dinâmicas participativas e promoção de cidadania e de democracia; surgimento de novos níveis territoriais de ação, para além do tradicional “Estado-nação”; o protagonismo, lógicas de co-responsabilização e de parcerias; valorização da diversidade, e oposição à lógica do “one best way” (ou “one size fits all”); relação do desenvolvimento com a Natureza, marcada pelo princípio da sustentabilidade. A questão aqui é que se reformava a palavra, mas não se modificava seu significado, a medida em que não se trazia nada radicalmente novo. Dessa maneira, em um processo de interculturalidade funcional (WALSH, 2013), foi possível ver inserido nas agendas dos bancos e das mineradoras expressões como “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento humano”, misturados com “basic needs”, “desenvolvimento local”, “desenvolvimento social”. De maneira que o “desenvolvimento alternativo” se tornava hegemônico e pouco mudava.

Assim, cabe pensar, em caminhos que apontam não um “desenvolvimento alternativo”, mas conceitos alternativos ao desenvolvimento, tomando como base experiências e valores vindos de espaços, de povos e comunidades do “Sul global”, norteadas por epistemologias decoloniais, que propõe o “bem viver”, a “felicidade”, o “florescimento humano” que já acontece em meio às brechas. Tais saberes se posicionam como anti-economicistas, anti-etnocêntricos, anti-antropocêntricos, anti-androcêntricos e anti-uniformistas.

Posicionam-se também de forma propositiva afirmando a importância de um ouvir ativo, aprendente com a diferença, preocupado com diferentes posições de enunciação. Um ouvir, não condescendente, que não “dá voz”, mas que assume e entende profundamente o sentido da democracia e a condição de criação do novo, passando a ser levado como uma alternativa da compreensão e da organização de novas relações humanas que possam promover a vida de todos, todas e todes em sua plenitude.

Apontando caminhos

Retomamos o conceito de Bhabha, sobre “being unprepared”. Assim, é este texto. Inacabada é também a reflexão que ora se esboça. Mas, não seria coerente neste momento escrever qualquer conclusão, para um processo que está longe de chegar ao fim, se é que terá um final. O chamado que esperamos que fique é de iniciar uma jornada de deslocamento: epistêmico, metodológico e cosmológico. De entender que o que importa é o encontro, o movimento que ele exige de cada um de nós e as fissuras que ele gera no deslocamento.

Apoiamo-nos na leitura de textos, e a partir da denúncia feita por Furtado, sobre o mito do desenvolvimento econômico nos propusemos a pensar as ideias de pós-desenvolvimento apresentadas por Amaro. Adensaram a reflexão o conceito de Terceiro Espaço e a noção do reconhecimento do local da cultura apresentados por Bhabha. Os conceitos de colonialidade e de transdisciplinaridade trazidos por Maldonado-Torres estabeleceram elos para a criação deste novo lugar de diálogo, como proposta para pensar o desenvolvimento sobre novas bases. E as brechas apontadas por Catherine Walsh e suas pedagogias decoloniais são ponto de apoio para o reconhecimento do que vem sendo feito e para a ação futura. É nesse conjunto de referenciais e leituras que se delinha as articulações aqui apresentadas.

Esperamos, com isso, que o encontro com as reflexões presentes neste texto indique a fragilidade de políticas públicas que apontam a população como problema, ou tentam mascarar índices para manipular o direcionamento de verbas. Os limites de tais políticas baseadas em tais métricas são fissuras que estão dando dimensão dos caminhos para a criação de aparatos legais e éticos que atendam as diferentes/plurais/complexas demandas de populações também diferentes/plurais/complexas. Essa atitude transgressora dessacraliza pressuposições transparentes de supremacia cultural e, exige diferenciação histórica propondo um desenvolvimento com envolvimento, cultural e socialmente mais justo.

Referências

- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 75-111, Jul-Dez 2017.
- BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro**: um balanço da controvérsia. Texto para discussão. Instituto de Economia da Unicamp, 2015.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- DERRIDA, Jacques. Papel-máquina. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- LANGONI, C. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, Jan/Abr 2016.
- _____. On the colonality of being: contributions to the development of a concept”. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Site oficial, ver-bete: **O que é IDH?** Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>, acessado em: 22 abr 2022.
- VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- WALSH, C. (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.
- _____. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. In: CANDAU, V. M. (org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação outra? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

AS IDENTIDADES TRANSNACIONAIS E TRANSCULTURAIS. A ‘PORTUGALIDADE’ COMO OPOSTO DAS LUSOFONIAS ENQUANTO POSSIBILIDADE INTERCULTURAL²⁵

Vítor de Sousa²⁶

Introdução

A adoção do lusotropicalismo - ideário que o sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, cunhou e desenvolveu -, por parte do Estado Novo português - regime fascista português que vigorou durante 48 anos, só sendo derrubado com a Revolução do 25 de Abril de 1974 -, serviu para justificar a retórica do regime em relação aos seus territórios ultramarinos. Primeiro, enquanto colónias, e, já nos anos 50 do século XX, com a designação de províncias. Era como se os territórios ultramarinos pertencessem a Portugal, sendo cada um deles uma província do país. Uma dinâmica tendente a sublinhar o *slogan* então em vigor, “Portugal não é um país pequeno”, para além de marcar posição junto da Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de que os movimentos independentistas que emergiam nas então “províncias ultramarinas” vissem inviabilizada a sua pretensão de autodeterminação, uma vez que pertenciam a Portugal, por via do seu “destino histórico”.

Foi assim, entre as décadas 40 e 50 do século XX, no quadro do lusotropicalismo, que foi cunhada a ‘portugalidade’ que serviu de sustentáculo a toda a retórica do regime em relação aos seus territórios ultramarinos, uma espécie de Portugal em excesso e longe, talvez demasiadamente longe, como observou Thomas Richards (1993) em relação aos impérios coloniais.

Nem com o fim da ditadura o ideário luso tropical caiu por terra embora, numa primeira fase, houvesse o cuidado de ter um distanciamento em relação, por exemplo, à ‘portugalidade’ que, só em 1994, entrou na dicionarização *mainstream* ainda estando ausente da dicionarização de referência.

O facto de os militares que derrubaram a ditadura terem sido protagonistas na guerra colonial (1961-1974) fez com que uma espécie de cortina de fumo se levantasse sobre esta temática estando, só agora e de forma mais veemente, a sociedade portuguesa a discutir esses assuntos, numa lógica pós-colonial desconstrutora mas que, pelo que é dado a observar, continua a não ser pacífica. Ainda hoje o lusotropicalismo e as ideias de Gilberto Freyre – pelo menos aquelas que o Estado Novo se apropriou -, ecoam

²⁵ Texto escrito com base na seguinte referência:

- Sousa, V. (2021). Identidades transnacionais e transculturais. Pós-colonialidade, lusofonias e interculturalidade. O caso do Museu Virtual da Lusofonia. *Chasqui*. Revista Latinoamericana de Comunicación. Núm. 147, agosto-noviembre 2021 (Sección Monográfico, pp. 103-120). 10.16921/chasqui.v1i147.4450

²⁶ vitorsousa@utad.pt; Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD)/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS/Universidade do Minho) [ORCID: 0000-0002-6051-0980]

no atual discurso político e cultural português. E, embora já não estejam ligadas diretamente ao colonialismo, ele está sempre subjacente, com o português encarado como aquele que promoveu uma colonização doce, tendo uma forma particular de estar no mundo, mais benigna do que os outros povos.

Daí que, falar em lusofonia seja também problemático, já que o caldo de cultura em que o conceito emergiu, não obstante seja marcadamente pós-colonial, foi o mesmo do lusotropicalismo, com uma visão unívoca de cultura da lógica então vigente a tolher-lhe os movimentos em direção à diversidade, não obstante ter sido alavancado na retórica da alegada mistura racial. As lusofonias, um plural mais consentâneo com as dinâmicas diversas em que navegam as relações dos países que constituem este espaço cultural intangível - para além de Portugal, o Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor Leste, ainda a Galiza, Macau e Goa – estão estribadas em identidades transnacionais e transculturais, decorrentes da alteração conceptual de cultura, já declinada no plural, e em oposição à globalização uniformizadora.

A problemática em torno do conceito “identidade”, tentando substituí-lo por “identificação” é, em si mesmo, a constatação de que toda a retórica moderna em torno de determinadas questões, que se prendiam com a malha “identitária”, mais parece ter saído de uma cartilha de um qualquer país. O estilhaçar de conceitos tidos como adquiridos e que, dessa forma, desestabilizaram o “arrumado” mundo social, veio provocar a desestabilização institucional de toda a retórica identitária. Se bem que ainda grasse em muitas partes do globo, trata-se de uma narrativa mais política do que outra coisa, que é sublinhada em momentos de crise (como o decurso de uma guerra, por exemplo) ou decorrente de uma gestão populista, que utiliza o nacionalismo para se alimentar.

É neste quadro que o Museu Virtual da Lusofonia, que existe desde 2016, pode ter uma importância fundamental na concretização das lusofonias enquanto possibilidade intercultural e que assenta na transculturalidade e transnacionalidade identitárias decorrentes da diversidade em que navega aquela estrutura cultural, que decorre de uma visão já descolonizada do conhecimento.

Este estudo decorre de uma metodologia qualitativa, numa proposta metodológica assente na hermenêutica, em que foi promovida a reflexão através da leitura de textos e de fontes primárias, bem como a sua comparação, para além da utilização de alguma análise de conteúdo.

Metodologia

Nesta investigação é apresentada uma proposta metodológica assente na hermenêutica, o que configura um caminho que foge à regra geral da maior parte dos cientistas sociais que são mais adeptos das “ferramentas-fetiche” da profissão. O que acontece, devido ao processo hermenêutico viver da tentação que explicar e compreender estabelecem entre si que, como explica Paul Ricœur (2013), a hermenêutica constitui uma

teoria da interpretação dos discursos, assumindo-se como dialética entre explicação e compreensão.

Gonçalo M. Tavares (2016) assinala que a metodologia serve para alcançar o início, mesmo que evidencie que, mediante determinada metodologia, não se chegue a um resultado, mas, exatamente a uma metodologia. O que colide com as denominadas ciências aplicadas, já que se desvia de critérios lineares, compostos pelas tradicionais “etapas”, presentes nos diversos locais de produção de conhecimento. O que pode desvirtuar o que esteve na base do nascimento das Ciências Sociais e Humanas (CSH) sendo que, hoje, ao nível científico, não se promove tanto a reflexividade, uma vez que se aposta na construção e não na desconstrução. E, tendo presente que a sociedade não é reificada, a ciência, através dos métodos e das técnicas, está a converter a contingência da vida em eternidade, numa lógica em que o interesse social se mede pela quantidade de tecnologia e de “ciência” aplicadas, como assinala Moisés de Lemos Martins (Coelho & Carvalho, 2013). E, sendo o discurso ação, é o investigador quem deve ser o protagonista dessa mesma ação, uma vez que o discurso é performativo, sendo que os métodos e as técnicas devem estar disponíveis para serem utilizados sempre que se justifiquem, como se estivessem numa caixa de ferramentas (Foucault, 2010/1975). O que quer dizer que as metodologias terão que ser, necessariamente, sempre compósitas, complementando-se à medida que são utilizadas, ajudando a definir um olhar menos equívoco de determinada investigação, em determinado momento. Nesse sentido, este estudo decorre de uma metodologia qualitativa, numa proposta metodológica assente na hermenêutica, em que foi promovida a reflexão através da leitura de textos e de fontes primárias, bem como a sua comparação, para além da utilização de alguma análise de conteúdo.

Nesse quadro, no que concerne à utilização de metodologias qualitativas, a investigação só terá a ganhar se o tema em estudo for muito complexo, exigindo que se desenvolvam leituras várias para consubstanciar uma hermenêutica interpretativa que possa mostrar a teia de mecanismos que compõem determinados conceitos, permitindo olhar para as problemáticas, nomeadamente para as suas origens, complementando com um contexto que permita a interpretação na contemporaneidade. Para se saber do que se fala quando se utilizam determinados conceitos, sublinhando uma componente ideológica que, de outra forma, seria de mais difícil deteção.

O ponto de partida é o de uma perspetiva pós-colonial, cuja dinâmica imprimiu mudanças no que toca à teoria e à metodologia do pensamento relativo, nomeadamente, às CSH.

Identidades, culturas...

O significado de cultura é impossível de ser fixado de um modo único, o mesmo acontecendo com o de identidade. Não será por acaso que ambos são declinados no plural. Para Stuart Hall (1992), foi graças à homogeneização cultural decorrente

da globalização que as teorias da identidade se estilhaçaram, colocando em causa o essencialismo de categorias (Bhabha, 1994), nomeadamente na definição do espaço da cultura, enquanto detalhe periférico e secundarizado que faz reconsiderar todo o sistema. Como acontece no quadro *Paisagem Com a Queda de Ícaro* (cerca de 1558), de Pieter Bruegel, em que as pernas do filho de Dédalo, quando por fim se dá por elas, evidenciam uma morte por afogamento, sem que ninguém sequer note a tragédia em curso. O que faz com que Homi Bhabha questione sobre quem é hoje a testemunha moral do sofrimento humano, sendo essa uma das perguntas que a cultura pode lançar ao mundo (Rato, 2015). Este artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre identidade e cultura, observando de que forma as identidades culturais se situam num mundo globalizado, olhando para a lusofonia enquanto pos-sibilidade intercultural, transcultural, crítica e inclusiva, por oposição à globalização cosmopolita.

Para se falar sobre a existência de uma eventual centralidade da cultura, torna-se necessário deixar para trás a ideia de verdade absoluta (Hall, 1997). O conceito de cultura tem várias aceções, sendo problematizado e reformulado constantemente, tornando a palavra complexa e impossível de ser fixada de modo único. O mesmo acontece com a identidade, declinando-se, não por acaso, esta, também, no plural. Na atual crise de paradigmas, o plano identitário integra um processo mais amplo de mudança que abalou os quadros de referência que antes pareciam dar aos indivíduos uma certa estabilidade. As teorias da identidade foram estilhaçadas, estando estas em processo de desintegração por via da homogeneização cultural decorrente do processo de globalização. A “globalização intercultural e transcultural” pode, no entanto, contrariar a “globalização cosmopolita”, por via de uma globalização do que é diverso, do que é diferente, como acontece no caso da lusofonia (Martins, 2017). A memória deve, assim, ser preservada de forma equilibrada, evitando que a eventual amnésia e a indiferença não se tornem perigosos ingredientes de uma qualquer barbárie, e para que o ressentimento (Ferro, 2009) não ocupe o lugar da humanidade. É a aceitação do “Outro”, de resto, que há de determinar o começo de uma dimensão ética (Eco, 1997). Tratar-se-á de um “Outro” onnipresente que já não será abstrato nem distante, o que não significa que seja mais familiar ou compreensível (Wolton, 2004). Será um “Outro”, entendido como uma realidade sociológica, que integre todos os elementos resultantes da diversidade cultural, mas também aqueles que estabelecem laços à escala das sociedades. O que tem um cariz marcadamente pós-colonial, já que se afasta da ideia em que olhar para o “Outro”, significa um espelho em que o próprio se possa ver, criando uma espécie de continuidade. O que quer dizer que a identidade do “Eu” está sujeita à presença de um “Outro”, não de forma a apagar os seus próprios valores, mas a permitir a expansão das suas visões de mundo (Dubar, 2011).

O que, na prática, pode não ser tão linear, Basta atentar no livro “A expulsão do outro”, de Byung-Chul Han (2018), em que se sublinha a uniformização da globalização e o esbatimento do ‘outro’, seja ele qual for. Não se vislumbra coisas positivas na disseminação daquilo que é igual e que reage aos estímulos que o capitalismo determina

da mesma maneira. Refere Han que os tempos em que existia o outro estão a passar, estando a ser substituídos pelo igual. E a proliferação do igual, apresentada como crescimento, faz com que o corpo social se torne patológico.

Este estudo propõe uma reflexão sobre a relação entre identidade e cultura, observando de que forma as identidades culturais se situam num mundo globalizado, olhando para a lusofonia enquanto possibilidade crítica e inclusiva que não passe pelo apagamento ou negação de partes da história (Martins, 2015, 2017; Sousa, 2013, 2015, 2017).

As identidades transnacionais e transculturais

Wolfgang Welsh (1999) apresenta a transculturalidade como um conceito de culturas, deixando desde logo para trás a ideia de culturas únicas, em voga no século XVIII, e que era pontuada por uma lógica de homogeneização social, consolidação étnica e delimitação intercultural.

Basta efetuar uma busca na Internet pela palavra “transculturalidade” para que esta seja associada de imediato a uma significação que vai “para além de” ou, de forma mais aberta, à interculturalidade. O que não deixa de ser interessante e se desvia do olhar de Welsh, que liga o conceito ao de multiculturalidade, não vislumbrando grandes diferenças entre ambos. O que, a nosso ver, não será totalmente verdade, bastando atentar em Cabecinhas e Cunha (2008) que tipificam a interculturalidade enquanto processo, o que significa que nele participam várias pessoas com desigualdades várias, transcendendo assim qualquer retórica multicultural. A interculturalidade está, assim, relacionada com os conceitos de aculturação e de sincretismo, mas distingue-se claramente da multiculturalidade, que pressupõe apenas o convívio de duas culturas estratificadas e hierarquizadas (Lacerda, 2016).

Nesse sentido, muito embora o conceito de interculturalidade possa ser pouco consensual – havendo quem o associe ao tempo das descobertas portuguesas, numa inspiração claramente luso-tropical –, a verdade é que, durante o período colonial português, vigorava uma espécie de interculturalidade invertida (Stoer e Cortesão, 1999), tutelada pelo colonizador, com o acento tónico na ideia de “portugalidade”. Ou seja: a interculturalidade é uma pluralidade distante da diversidade exótica propalada pela propaganda do Estado Novo.

Segundo Welsh (1999), a transculturalidade é, em primeiro lugar, uma consequência da diferenciação interna da complexidade das culturas modernas, que englobam uma série de modos de vida e de culturas, que também se interpenetram ou emergem umas das outras. A velha ideia homogeneizadora e separatista de culturas foi ultrapassada através de redes externas de culturas, estando hoje extremamente interconectadas e emaranhadas umas com as outras. As novas formas de emaranhamento são consequência de processos migratórios, bem como das comunicações materiais e imateriais, sistemas mundiais e interdependências e dependências económicas. O que quer dizer que

os mesmos problemas básicos e estados de consciência aparecem hoje em culturas antes consideradas fundamentalmente diferentes.

As culturas hoje são em geral caracterizadas por hibridação sendo que, para cada cultura, todas as outras culturas tendencialmente passaram a ser conteúdos internos ou satélites. Consequentemente, também não há mais nada exclusivamente "próprio". A autenticidade tornou-se folclore, e é a própria propriedade simulada para os outros, a quem pertence o próprio indígena. Ainda há, no entanto, uma retórica da cultura regional, mas é amplamente simulatória e estética pelo que, na substância, tudo é determinado transculturalmente (Welsh, 1999).

O conceito de transculturalidade visa uma multifacetada, inclusiva, não separatista e compreensão exclusiva da cultura. Pretende uma cultura e uma sociedade cujas proezas pragmáticas existam não na delimitação, mas na capacidade de vincular e passar pela transição. A transculturalidade às vezes exige coisas que podem parecer irracionais para os nossos hábitos, mas também contém o potencial para transcender a nossa monocultura herdada e supostamente determinante para a existência de pontos de vista diversos.

O que é vantajoso no conceito de transculturalidade em relação aos conceitos correntes de globalização e particularização, já que esboça um quadro diferente da relação entre culturas: não de isolamento e de conflito, mas de emaranhamento, mistura e vulgaridade. Promove não a separação, mas a troca e a interação.

É deste o enquadramento que Moisés Martins (2018, p. 1) parte para tipificar a lusofonia enquanto “comunidade imaginada”, de carácter transcultural e transnacional. E, mesmo tratando-se de um conceito pós-colonial, como vimos, decorre de um “projeto com um passado de cinco séculos, assente no denominador comum que a língua portuguesa constitui”, sendo ao mesmo tempo “um projeto disperso por vários espaços geograficamente distantes nos quais habitam cidadãos de diversas etnias e com diferentes culturas”. É por isso que perspetivar o seu futuro, para além de saber dos constrangimentos em que navega, será mais interessante saber quais os desafios que enfrenta.

De forma lapidar, José Eduardo Agualusa consubstancia toda esta lógica, num artigo que assinou no semanário *Expresso* e em que, não obstante se refira à polémica da palavra “lusofonia”, sustenta que a língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam, sendo que isso acontece há muitos séculos, pelo que aprisioná-la às fronteiras de Portugal (ou de Angola ou do Brasil) seria mutilá-la, roubar-lhe memória e destino. Mais a mais, como refere, “com o colapso do Império, o português libertou-se. É nessa língua livre que eu me reconheço, e é por ela que luto” (Agualusa, 2019, p. 3).

Mesmo que refira que o português “já foi língua de extermínio no Brasil, onde em cinco séculos se perderam muitas centenas de idiomas indígenas, alguns absolutamente originais, isto é, sem parentesco com outros”, e que, em Angola, “as línguas nacionais resistiram ao colonialismo, mas enfrentam agora a enorme pressão do português, que teve um crescimento assombroso nos últimos anos” (Agualusa, 2019, p. 3). Observa, no entanto, que antes da independência, “o português era falado em Angola, enquanto

língua materna, por uma percentagem muito reduzida de angolanos — no máximo cinco por cento”. Só que hoje, mais de metade dos jovens e crianças já só fala português, não existindo em África “nenhum outro exemplo de um idioma colonial que se tenha enraizado com tanto sucesso” (Aqualusa, 2019, p. 3).

Mia Couto segue o mesmo trilho, lembrando existir uma dinâmica de trocas a acontecer a todo o momento, que “enriquece reciprocamente as línguas e os seus falantes. A língua portuguesa experimenta todos dias os seus próprios limites nesse convívio com palavras e conceitos que pareciam estranhos”; Porque, “como entidade viva ela não pode ser encaixada num “arrumário”. Mesmo que seja improvisariamente” (Couto, 2018). Independentemente da vontade dos políticos.

Voltando a José Eduardo Aqualusa, o escritor descreveu no livro *Os Vivos e os outros*, de forma simples e única, o conceito de transculturalidade e, com ele, o de transnacionalidade, sublinhando a pertença a um espaço não geograficamente circunscrito:

Certa ocasião, durante uma entrevista, [a Ofélia, uma escritora] irritou-se com uma pergunta do entrevistador ("A senhora nasceu no Sul de Angola, cresceu em Lisboa e vive no Rio de Janeiro. Afinal, sente-se mais angolana, portuguesa ou brasileira?") e, como a indignação é uma espécie de embriaguez, perdeu a compostura, assustando o jornalista com um grito que figura agora em centenas de sites literários, bons, maus e péssimos: "Eu sou é das palmeiras — foda-se! Nem angolana, nem brasileira, nem portuguesa! Onde há uma palmeira, eu sou de lá! Sou do mar e das florestas e das savanas. Venho de um mundo que ainda não chegou: sem deus, sem reis, sem fronteiras e sem exércitos. (Aqualusa, 2020, p. 16)

O que não constitui tarefa fácil de concretizar (Sousa, 2021a). Apesar de toda a retórica desenvolvida, nomeadamente em termos políticos. Apesar de Bruxelas pretender criar listas pan-europeias com candidatos de vários países, fazendo a eleição direta do presidente da Comissão e ter toda a União Europeia (UE) a votar nas eleições europeias, a Assembleia da República portuguesa quer Portugal a votar contra essa pretensão. O Parlamento português "recusa adoptar orientações europeias", o que significa que Portugal recusa listas de candidatos transnacionais nas eleições europeias" (Lopes, 2022, p. 8).

O lusotropicalismo: a apropriação do ideário do sociólogo gilberto Freyre

Na origem da ‘portugalidade’ está o lusotropicalismo. E, tratando-se de um termo hiperidentitário, tal como a lusofonia, as águas devem estar bem separadas entre ambos, já que o lusotropicalismo sustentou toda a retórica do Estado Novo em relação

a uma alegada excepcionalidade portuguesa e a um alegado “colonialismo doce”, enquanto a lusofonia emergiu já em democracia, expurgada de lógicas de subjugação, mesmo que seja apontada por muitos como uma forma de neocolonialismo. Não é, no entanto, assim que a entendemos, mas enquanto possibilidade intercultural.

O lusotropicalismo foi sustentado em alguns pressupostos históricos, na tradição e no alegado “carácter dos portugueses”, traçado através de lugares-comuns, servindo de suporte científico, através da “mística luso-cristã de integração” propalada pelo seu criador, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1953; 1961), para o desenvolvimento da política do Estado Novo (a ditadura fascista que governou Portugal, depois do golpe militar de 28 de maio 1926, que derrubou a I República, e que durou até 24 de abril de 1974, tendo cessado com a Revolução do 25 de Abril) -, em relação aos então territórios ultramarinos (eufemismo utilizado para nomear as então colónias, também conhecidas como províncias ultramarinas), assumindo-se como a verdadeira evidência de uma pretensa particular maneira portuguesa de estar no mundo.

As ideias de Gilberto Freyre tiveram, no entanto, de esperar pela década de 1950 até que o regime salazarista as aceitasse. É que, nos anos 30 e 40 do século XX, segundo Cláudia Castelo (2013), historiadora que se especializou nesta temática, a ditadura portuguesa ignorara ou rejeitara a tese do sociólogo, por razões que estariam na base, exatamente da sua posterior adoção. Ou seja, por conferir importância à mestiçagem, à interpenetração de culturas, e à génese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa.

Foi já na sequência do novo quadro político saído da II Guerra Mundial e da necessidade de o Governo português sublinhar que o seu território se estendia “Do Minho a Timor” – como ficou fixado no *slogan* então adotado, “Portugal do Minho a Timor” (sendo que Timor e os territórios que ficavam no então ultramar português, seriam províncias do país, tal como as que existiam dentro das suas fronteiras), tentando garantir que as colónias não eram territórios autónomos, pelo que não fazia sentido a sua autodeterminação - que, a partir da década de 1950, o regime adotou uma versão simplificada e nacionalista do lusotropicalismo como discurso oficial, para ser utilizado através da propaganda, na sua política externa.

A alegada especificidade do carácter português, com a sua predisposição para a aventura ultramarina ou tropical, miscigenação, interpenetração de valores e culturas; influência do contacto com árabes e judeus desde os primórdios da nacionalidade; e o papel do cristianismo português na colonização híbrida dos trópicos são as características em que é sustentada a teoria de Freyre. Mas, como evidencia Cláudia Castelo (2010), em Portugal, *o lusotropicalismo é sobretudo glosado em segunda ou terceira mão, apropriando, por conseguinte o ideário do sociólogo*. O que não é de estranhar, pois durante o Estado Novo procurou-se incutir nos portugueses a ideia do modo português de estar no mundo, assente numa alegada benignidade da colonização lusa. Um desiderato substanciado através da propaganda do regime, liderada por António Ferro, ainda hoje considerada um verdadeiro *case study*.

Tudo, afinal, características psicoculturais que o sociólogo brasileiro atribui ao português que lhe seriam inatas e estariam presentes em qualquer tempo e lugar, o que provoca hoje muitas reticências, já que não há identidades reificadas e fazer referências a um alegado perfil do português, não permite generalizações. No livro *O mundo que o português criou* (1953), Freyre alarga o seu campo de pesquisa do Brasil a todas as áreas de colonização portuguesa, que considera formarem uma unidade de sentimento e cultura, sublinhando a presença do mestiço em todo o “mundo português”, cujos progenitores portugueses viam com bons olhos e seria uma atitude única no que respeitava ao povo europeu moderno.

O livro coloca a comunidade luso-tropical acima dos nacionalismos, inclusive do nacionalismo português, encarando mesmo a soberania portuguesa sobre as colónias como dispensável e transitória. Freyre sustentava que essa comunidade existia independentemente do império português, justificando com esse facto ter assegurado a sua continuidade independentemente da colonização. Para se perceber esse *modus operandi*, basta atentar nos discursos, principalmente nos discursos políticos, em relação aos projetos de uma *comunidade lusófona* imaginada e em processo de formação/reconfiguração no quadro dos países de língua oficial portuguesa e das respetivas sociedades civis (Castelo, 2010).

Cláudia Castelo refere que a adoção do lusotropicalismo pelo Estado Novo português fez com que fosse entrando no imaginário nacional “uma versão simplificada do lusotropicalismo”, que contribuiu para que a imagem dos portugueses sobre si próprios fosse consolidada, enquanto “povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica” (Castelo, 2013, s. p.). O que, desde sempre, foi muito problemático, ou não fosse esse o discurso vigente da ditadura fascista. Basta atentar na lógica de colonização, em que um povo coloniza outro, pelo que a existência de uma alegada “colonização doce”, como era preconizado pelo lusotropicalismo, não deixa de configurar uma mentira. Se, mesmo assim, a ideia não for percebida, basta ter em conta os massacres das tropas portuguesas sobre vários locais dos seus então territórios ultramarinos, para entender o seu alcance, bastando referir, a título de exemplo, o caso de Wiriamu, em Moçambique, em dezembro de 1972 (Dhada, 2015).

Foi nas décadas de 50 e 60 do século XX, de resto, que foi cunhado o conceito de ‘portugalidade’ como veremos a seguir, numa estratégia que ia no sentido de combater os movimentos independentistas que emergiam nas antigas colónias, defendendo a pertença desses territórios a Portugal, por via do seu “destino histórico” (na historiografia de Fernando Oliveira, no século XVI, a ideia de Portugal teve como corolário a “formulação de uma utopia de um destino histórico de Portugal, assente numa profissão de fé na sua perenidade para efeitos de realização de uma missão sagrada de pendor universalizante”, anunciando “as grandes utopias e mitogenias sobre Portugal, que se afirmam no século seguinte” (Franco, 2000, p. 22). Esse facto seria sublinhado no discurso político da ‘portugalidade’, com a assunção de Portugal, como um país uno e indivisível, através do *slogan* já referido: “Portugal do Minho a Timor” (Sousa, 2017).

A este propósito, Cláudia Castelo refere que o estudo de receção do lusotropicalismo em Portugal dá uma ajuda na percepção de como as ideias de Gilberto Freyre “ainda ecoam no atual discurso político e cultural”. E, muito embora já não estejam ligadas diretamente ao colonialismo, servem “para justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria de política externa” (Castelo, 2011, p. 140). O risco atual reside, então, no facto de o conceito continuar a ser usado de forma acrítica e imobilista, sendo hoje utilizado para dar corpo ao “mito da tolerância racial dos portugueses e até de um nacionalismo português integrador e universalista, em contraponto aos ‘maus’ nacionalismos, fechados, etnocêntricos e xenófobos” (Castelo, 2013, s. p.).

É por isso que a ‘portugalidade’, cunhada durante o Estado Novo e decorrente do lusotropicalismo é, recorrentemente, utilizada no discurso político português, como veremos a seguir (Sousa, 2021).

Lusotropicalismo, ‘portugalidade’ e lusofonias

O conceito de transculturalidade (Welsch, 1999), sublinha a ideia de que as culturas estão em processo constante de interação e de mistura. Este artigo, dedicado à problemática das identidades transnacionais e transculturais, deixa para trás o lusotropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e o conceito ancestral e unívoco de cultura, que pontuou o discurso da ditadura portuguesa do Estado Novo, voltando-se para a diversidade das lusofonias, cujo futuro vai para além de saber dos constrangimentos em que navega, relevando quais os desafios que enfrenta (Martins, 2018). Neste quadro, o Museu Virtual da Lusofonia pode ter uma importância fundamental enquanto possibilidade intercultural (Sousa, 2021).

A lusofonia é uma palavra que surge na dicionarização em 1950, sendo que Cármen Maciel (2010) - que mapeou o campo interpretativo da lusofonia, estudando 51 dicionários de língua portuguesa e três enciclopédias luso-brasileiras editadas em Portugal e no Brasil desde o início do século XX até 2009 -, concluiu que a palavra “lusofonia” só aparece nas obras de referência a partir de 1972. É em 1969, no entanto, que eu encontro a palavra escrita pela primeira vez num manual sobre ‘portugalidade’, da autoria de António Ferronha, em que lhe era associada a ideia de uma língua única e um ideário, sem os quais não haveria promessa de continuidade entre Portugal e as suas então províncias ultramarinas. Pode, no entanto, afirmar-se que a lusofonia é um conceito pós-colonial, tendo sido utilizado pela primeira vez no Parlamento português já depois da Revolução do 25 de Abril, que libertou Portugal e as então províncias ultramarinas, do jugo da ditadura (Sousa, 2017).

Ao contrário, o conceito ‘portugalidade’ é sublinhadamente colonial, decorrendo de uma lógica estado-novista que visava que as ex-colónias fossem vistas pela ONU não como territórios autónomos, mas como parte integrante do território português (pro-

víncias ultramarinas). Esta lógica foi corroborada pelo discurso parlamentar da Assembleia Nacional, a partir de 1951 (data da revogação do Ato Colonial), pela introdução da palavra nos discursos dos deputados.

Toda essa estratégia ia no sentido de combater os movimentos independentistas que emergiam nas antigas colónias, defendendo a pertença desses territórios a Portugal, por via do seu “destino histórico”. Esse facto seria sublinhado no discurso político da ‘portugalidade’, com a assunção de Portugal como um país uno e indivisível: “Portugal do Minho a Timor”.

Ao contrário de ‘portugalidade’, que é marcadamente colonial, a lusofonia é um conceito pós-colonial. É por isso que ligar um termo ao outro constitui um contrassenso (Sousa, 2013, 2017), já que a lusofonia não pode ser encarada, sob qualquer circunstância, com qualquer ‘portugalidade’.

A lusofonia encerra, no entanto, algumas clivagens e, não obstante se afirmar que já tudo foi escrito, faltando apenas colocá-la em prática, o termo não é consensual. Moisés de Lemos Martins (2014) enumera quatro equívocos que podem explicar esse estado de coisas: olhar a lusofonia como ranço colonial (a partir da centralidade portuguesa); através da reconstrução das narrativas do antigo império; pela via do lusotropicalismo e da ideia de colonização doce; e através da narrativa de uma história do ressentimento.

Não terá sido por acaso que o acordo de formalização da CPLP (1996) tenha deixado de fora a palavra lusofonia, devido à sua etimologia remeter para “lusu” (português), que decorre de “lusitanidade” e pode invocar uma ‘portugalidade’ encapotada, termo que serviu de bandeira ao Estado Novo português (Sousa, 2013; 2017). Nem é, assim, de estranhar que as opiniões sobre o assunto estejam longe de ser convergentes, como são os casos de Alfredo Margarido (em que a lusofonia é “apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua”, sendo que o conceito está ligado a uma “certa carga messiânica”, 2000, p. 11-12); Eduardo Lourenço (tipificando a lusofonia como não sendo “nenhum reino, mesmo encartadamente folclórico” (...) a ela está subjacente “a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural”, 2004, p. 174); Dominique Wolton (que apelou aos políticos para que não desistam da lusofonia, por se tratar de “uma batalha fundamental” num contexto de globalização, acrescentando que “Portugal deve abandonar a culpabilidade em relação ao passado colonial e assumir a igualdade” com o mundo lusófono, Público, 2016, p. 27); Moisés Martins (em que refere que a lusofonia vai para além de uma significação meramente gramatical; termo na área cultural e de construção simbólica num mundo cada vez mais globalizado e que se inscreve no presente e com o destino do ‘continente imaterial’ dos países que a integram, 2006, p. 17); Mia Couto (“A lusofonia, essa que se quer que venha a ser nossa, não pode ser olhada como qualquer coisa em função de Portugal, ou de interesses de grupos portugueses. Engrandecer o lugar do antigo colonizador pode ser, afinal, uma posição de colonizado”, 2009, p. 192); António Pinto Ribeiro (em que sublinha que

a lusofonia tem sido “alimentada pela esquerda mais retrógrada e pela direita mais nacionalista e nostálgica do império”. A lusofonia é um “logro”, uma “forma torpe de neo-colonialismo”, a “última marca de um império que já não existe”, 2013, pp. 38-39); Michel Cahen (2013), referindo ser preferível a expressão “lusotopia” (expressão atribuída a Louis Marrou, 1992) à de “lusofonia”, mesmo que no seu esforço de desconstrução não pretenda negar ou relativizar as heranças. Designa o conjunto de espaços e comunidades, qualquer que tivesse sido a sua língua do passado e atual, mais ou menos forjadas ou constituídas pela história da expansão portuguesa; ou José Eduardo Agualusa, 2019 que, não obstante se refira à polémica da palavra “lusofonia”, sustenta que a língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam, sendo que isso acontece há muitos séculos.

Deixar de considerar as diferenças entre histórias coloniais e processos de colonização pode levar a impor sobre um povo a narrativa pós-colonial de um outro tornando assim esse povo ainda mais invisível. O que significa, segundo Ana Paula Ferreira (2007) que o colonialismo pode estar a falar em nome de um pós-colonialismo crítico, descentrado e não-hegemónico. É por isso que falar de uma alegada narrativa lusófona pode configurar um vazio atestado pelo desinteresse dos próprios lusófonos, sejam eles quais forem. Nesse sentido, defendo que o conceito deva ser declinado no plural.

A lusofonia e o museu virtual da lusofonia como possibilidades interculturais

O período colonial é muitas vezes evocado nos museus por meio de preconceitos e visões estereotipadas, em que a lógica de exclusão era evidente, já que se partia do princípio de que “o primitivo” só estaria no museu como objeto de exibição e investigação, e nunca como visitante (Bennett, 2004). Mas, a atestar o facto de que a sociedade não é reificada, está a necessária mudança de que os próprios museus tiveram que fazer, muito embora a grande maioria ainda esteja em plena dinâmica colonialista, com uma clivagem evidente entre o “nosso” olhar e o olhar do “outro”, sem que haja contexto explicativo. É que, quando a população e os potenciais visitantes dos museus se tornaram mais heterogêneos e diversos, a ideia de uma história nacional comum compartilhada começa a ser contestada. As práticas museológicas foram submetidas a um maior escrutínio à luz destas transformações políticas e sociais, destacando-se a importância de incorporar a perspectiva das populações pós-coloniais nesses museus.

O processo de descolonização dos museus é inevitável (Hicks, 2020). Não terá sido por acaso que o ICOM-Conselho Internacional de Museus, a maior organização internacional de museus, debateu o assunto em 2019, tendo estado em cima da mesa a redefinição do próprio conceito de museu. Só que a questão é tão complexa e polémica que não se chegou a acordo.

Nos países de língua portuguesa, que também “partilharam” à força um passado colonial com o ex-colonizador, há uma lacuna quanto a estudos sobre os museus de

etnologia e etnografia lusófonos e os seus discursos, imagens e interpretações dos públicos sobre as suas dinâmicas, coleções e exposições. Urge, por isso, imaginar a lusofonia descolonizando as mentes dos seus protagonistas (Mbembe, 2017), sublinhando a ideia de que uniformidade não é o mesmo que homogeneidade (Bayly, 2004).

Como refere Moisés de Lemos Martins, na ideia de lusofonia joga-se uma luta simbólica pela divisão da comunidade internacional em áreas culturais. E sendo tecnológica a condição da época e o ciberespaço um novo contexto de comunicação, aventa a possibilidade de a lusofonia se construir, também, na Internet, “através de *web sites*, de portais eletrónicos, de redes sociais, de repositórios digitais e de museus virtuais” (Martins, 2018, 1).

É neste quadro que surge o Museu Virtual da Lusofonia (MVL) (<http://www.museuvirtualdalusofonia.com/>), que assenta na hipótese de que possa ser feita uma travessia tecnológica, transnacional e transcultural, com o objetivo de desenvolver o interconhecimento dos países que falam português enquanto espaços híbridos, marcados por um passado colonial coincidente, para além de promover o desenvolvimento da cooperação científica, cultural e artística entre os seus povos, partindo do pressuposto de que o conceito de cultura é uma ferramenta inestimável que tem sido largamente ignorada nas tentativas de reconfigurar as formas como os governos planeiam o futuro e avaliam o passado (Hawkes, 2001). O que se pode vislumbrar na problemática da museologia, em que os museus se afirmam como lugares de memória. E, se bem que todos os museus não deixem de ser virtuais (Giaccardi, 2004), esse recorte permite-lhes ir para além das suas próprias fronteiras (Henriques, 2018; Muchaco, 2005), numa espécie de museu imaginário (Malraux, 2000).

Surgido em 2016, o MVL, promovido pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho, Braga – Portugal), no quadro do seu projeto estratégico financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Governo de Portugal), aproveita o facto de a Língua Portuguesa ser a quarta língua mais falada no mundo, sendo utilizada por mais de 260 milhões de pessoas. De acordo com projeções da ONU, em 2050 haverá perto de 400 milhões de lusofalantes, número que crescerá para os 500 milhões no final do século (Reto, 2016). Por outro lado, o português é a terceira língua do mundo mais utilizada na internet, facto que valoriza a língua no contexto das novas tecnologias do presente e do futuro. São dados que pesaram no desenho do MVL enquanto plataforma virtual, aproveitando o lastro que a digitalização permite no encontro de culturas no quadro da lusofonia, desenvolvida com o olhar centrado na promoção da interculturalidade.

O MVL tem como missão promover o conhecimento por parte dos países lusófonos das suas inúmeras formas de expressão artística e cultural, que devem ser reunidas, preservadas e difundidas, quer dentro do contexto lusófono, quer a nível internacional. Trata-se de um espaço descolonizado que pretende ser um mecanismo que convida à participação ativa dos cidadãos, disponibilizando registos, comentando as obras preser-

vadas no museu e (re)construindo uma memória coletiva. O que passa pela problematização da forma como o passado colonial pesa nas relações interculturais nos dias de hoje, quer no lado do colonizador, quer do dos ex-colonizados, permitindo que os seus habitantes olhem para o passado como forma de construir dinâmicas de futuro.

A participação dos cidadãos no MVL começa, desde logo, na fase de construção das coleções do museu. Espera-se que a recolha de fotografias, registos sonoros, registos audiovisuais, textos, músicas, registos dos patrimónios arquitetónico e etnográfico, entre outros, seja feita junto das populações dos países lusófonos com a sua participação ativa. O registo de histórias e estilos de vida seja feito na maior aproximação possível a todos os grupos sociais dos países lusófonos e que todo o trabalho de levantamento e análise envolva ativamente profissionais da educação, políticos, agentes culturais e artísticos, jornalistas e outros profissionais dos média, historiadores, sociólogos e investigadores de comunicação.

Considerações finais

A reconfiguração das identidades veio desequilibrar, de certa forma, o mundo social. O que era tido como estável, consubstanciado num olhar ocidental do mundo, daquele mundo que os próprios ocidentais foram ‘descobrimo’ e, consequentemente, colonizando, foi-se esboroando. Tal como a sociedade, que não é reificada, as identidades também o não são. E é fácil de perceber porquê: se elas estão na sociedade e, se a sociedade não é imutável, logo as próprias identidades também não são imutáveis. Ao contrário, são dinâmicas e motivam uma troca permanente, sublinhando uma ideia de que não existe qualquer matriz que forjou o ser humano, pelo que o que existe é uma diversidade assente nas várias experiências e contextos. Não que não haja determinadas lógicas que nos convocam para determinados espaços, mas trata-se de espaços sempre relativos. O que faz ainda mais sentido quando nos referimos a lógicas não tangíveis, como é a da cultura.

É por isso que encarar o facto de os países que falam português se poderem (des)entender através dos mesmos códigos comunicativos, ou seja, percebendo as idiossincrasias de cada um, pode ser importante enquanto combate à globalização uniformizadora, que reduz ao mesmo o que é diverso.

Tal como a identidade e a lusofonia, a noção de cultura deve ser declinada no plural, sublinhando a sua diversidade e alcance, não remetendo para uma centralidade hegemónica, como quando o termo era convocado, no longínquo século XVIII. Nesse quadro, o MVL pode dar um contributo importante no desenvolvimento das identidades transnacionais e transculturais. Nascido já descolonizado, longe dos ideários coloniais que no caso concreto de Portugal, marcaram as suas relações com as suas ex-colónias/províncias, parte da noção de interculturalidade de todos os seus participantes, não encarando sequer a possibilidade de Portugal ter um papel mais sublinhado do que outro qualquer parceiro de relação. Mesmo que, na prática, as relações não sejam assim mensuráveis,

já que as dinâmicas de poder, de contexto e de desenvolvimento, podem pesar para um dos lados. Só que, o pressuposto da interculturalidade impede a homogeneidade e a uniformidade, promovendo a diversidade. No caso do MVL, ela assenta na transnacionalidade e na transculturalidade, num desafio de futuro pautado por uma dinâmica que se sabe não ser fácil, bastando atentar na constante clivagem ao longo dos séculos nas relações interpessoais, entre o “eu” e o “outro”, mormente quando do lado do “eu” se olha para o “outro” para que se veja a ele próprio ao espelho. O MVL está longe dessa lógica e vai mesmo em sentido contrário: nada tem que ver com a “portugalidade”, forjada em pleno desenvolvimento do lusotropicalismo do Estado Novo português, de que se desvia. José Eduardo Agualusa (2020, p. 16) define bem do que se trata: “Eu sou é das palmeiras — foda-se! Nem angolana, nem brasileira, nem portuguesa! Onde há uma palmeira, eu sou de lá! Sou do mar e das florestas e das savanas”.

O que, como vimos, não é tão simples nem linear na vida real, ao contrário do que é prognosticado no quadro da Literatura... Portugal, por exemplo, não obstante o discurso sobre transculturalidade/transculturalidade, não parece inclinado a validar a pretensão da União Europeia, como vimos, em ter candidatos transnacionais nas eleições europeias.

Referências

- AGUALUSA, J. E. (2019, 1 de junho). Por uma irmandade da língua. *Expresso*, p. 3.
- AGUALUSA, J. E. *Os Vivos e os outros*. Quetzal Editores. Lisboa, 2020.
- BAYLY, C. *The birth of the modern world, 1780-1914: Global connections and comparisons*. Blackwell, Oxford, 2004.
- BENNETT, T. *Past beyond memory: Evolution, museums, colonialism*. Routledge, London, 2004.
- BHABHA, H. *The local of culture*. Routledge, London, 1994.
- CABECINHAS, R.; Cunha, L. Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. CABECINHAS; L. CUNHA (Eds.), *Comunicação intercultural. Perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 7-12). Campo das Letras, Porto, 2008.
- CAHEN, M. ‘Portugal is in the Sky’: Conceptual considerations on communities, lusitanity, and lusophony. In E. MORIER-GENOUD; M. CAHEN (Eds.), *Imperial migrations. colonial communities and diaspora in the portuguese world* (pp. 297-315). Palgrave Macmillan, Hampshire, 2013.
- CASTELO, C. “Prefácio”. In G. FREYRE, *Um brasileiro em terras portuguesas* (pp. 11-29). É Realizações, São Paulo, 2010.
- CASTELO, C. *O Modo português de estar no mundo*. Edições Afrontamento, Porto, 2011.
- CASTELO, C. (2013, 5 de março). O lusotropicalismo e o colonialismo português tardio. *Buala*. [<https://tinyurl.com/p2kyd9r>]

- COELHO, Z. P. & CARVALHO, A. (2013). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Z. P. Coelho & A. Carvalho (Eds.), *Academics responding to discourses of crisis in higher education and research* (pp. 61-72). Braga: CECS.
- COUTO, M. Luso-afonias – a lusofonia entre viagens e crimes. In M. COUTO, *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções* (pp. 183-198). Caminho, Lisboa, 2009.
- COUTO, M. (2018, 2 de junho). Palavras que nos nascem. *Jornal de Notícias*, p. 84.
- DHADA, M. *The 1972 Wiriyamu massacre of Mozambique*. Bloomsbury Academic Press, London, 2015.
- DUBAR, C. (2011). Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. *PLURAL*, 18 (1), 175-184. DOI: 10.11606/ISSN.2176-8099.PCSO.2011.74528.
- ECO, U. *Cinco escritos morais*. Difel, Lisboa, 1998.
- FERREIRA, A. P. Specificity without exceptionalism: Towards a critical Lusophone postcoloniality. In P. de MEDEIROS (ed.), *Lusophones literatures and postcolonialism*, pp. 21-40. University of Utrecht, Utrecht, 2007.
- FERRO, M. *O ressentimento na história*. Teorema, Lisboa, 2009.
- FERRONHA, A. *Ideário de Portugalidade. Consciência da Luso/Tropicalidade*. Tipografia Marca/Angola-António Ferronha, Porto, 1969.
- FOUCAULT, M. (2010). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FRANCO, J. E. *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Roma Editora, Lisboa, 2000.
- FREYRE, G. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Livros do Brasil, Lisboa, 1953.
- FREYRE, G. *O Luso e o Trópico: Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961.
- GIACCARDI, E. (2004). Memory and territory: new forms of virtuality for the museum. *Archives & Museums Informatics*, March [<https://tinyurl.com/gpb9m>]
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- HALL, S. Pensando a diáspora (reflexões sobre a terra no exterior)', In L. Sovik, L. (org). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, pp. 25-50, 1997.
- HAN, B.-C. *A expulsão do outro*. Relógio d'Água, Lisboa, 2018.
- HAWKES, J. *The fourth pillar of sustainability: Culture's essential role in public planning*. Common Ground Publishing Pty Ltd in association with the Cultural Development, Victoria, 2001.
- HICKS, D. *The brutish museums. The Benin bronzes, colonial violence and cultural restitution*. Pluto Press, London, 2020.
- HENRIQUES, R. (2018). Os museus virtuais: conceito e configurações. *Cadernos de Sociomuseologia* (v. 55) nº12, 53-70.
- LACERDA, T. Interculturalidade. In F. C. DOMINGUES (Dir.), *Dicionário da expansão portuguesa (1415- 1600), Volume 2* (pp. 588-593). Círculo de Leitores, Lisboa, 2016.

- LOPES, M. (2022, 24 de agosto). Portugal recusa listas de candidatos transnacionais nas eleições europeias. *Público*, p. 8.
- LOURENÇO, E. *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Gradiva, Lisboa, 2004.
- MALRAUX, A. *O museu imaginário*. Edições 70, Lisboa, 2000.
- MARGARIDO, A. *A Lusofonia e os lusófonos: Novos mitos portugueses*. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2000.
- MELO, F. (2017). Onésimo o Nosso Primo da América. *LER*, Primavera 2017, 145, 27-41.
- MACIEL, C. *A Construção da Comunidade Lusófona a partir do antigo centro: Micro--comunidades e práticas da lusofonia*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2010.
- MARTINS, M. L. Continente imaterial. In M. L. MARTINS, H. SOUSA & R. CABECINHAS (Eds.), *Comunicação e Lusofonia – Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media* (pp. 15-18). Campo das Letras, Porto, 2006.
- MARTINS, M. L. Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. BASTOS (Org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). EDUC – IP-PUC, São Paulo, 2014.
- MARTINS, M. L. (Ed.). *Lusofonia e interculturalidade - promessa e travessia*. Húmus, Famalicão, 2015.
- MARTINS, M. L. Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia. In V. Sousa, *Da 'portugalidade' à lusofonia* (pp. 9–20). Famalicão, Húmus, 2017.
- MARTINS, M. L. (2018). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*. Porto Alegre, v. 11, n. 1, 3-11, janeiro-março. DOI: 10.15448/1984-4301.2018.1.30438
- MBEMBE, A. *Critique of black reason*. Duke University Press, Durham and London, 2017.
- MUCHACHO, R. Museus virtuais: A importância da usabilidade na mediação entre o público e o objecto museológico. Livro de Atas 4º SOPCOM, pp. 1540-1547, 2005.
- PÚBLICO, (2006, 2 de julho). Dominique Wolton apela a "batalha pela lusofonia", *Público*, p. 27.
- RATO, V. (2015, 18 de abril). A cultura, esse detalhe que nos faz repensar todo o sistema. *Público*. [<https://www.publico.pt/2015/04/18/culturaipsilon/noticia/a-cultura-esse-detalhe-que-nos-faz-repensar-to-do-o-sistema-1692787>]
- RIBEIRO, A. P. (2013, 18 de janeiro). Para Acabar de Vez com a Lusofonia. *Público-Ípsilon*, pp. 38-39.
- RICHARDS, T. *The imperial archive. Knowledge and the fantasy of empire*. Verso, London/New York, 1993.
- RICŒUR, P. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- RETO, L. et al (coord.). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2016.

- ROSENGARTEN, R. *Contrariar, esmagar, amar – A família e o Estado Novo na obra de Paula Rego*. Assírio & Alvim, Lisboa, 2009.
- SOUZA, V. (2013). O difícil percurso da lusofonia pelos trilhos da 'portugalidade'. *Configurações*, 12, 89–104. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.2027>
- SOUZA, V. Da 'portugalidade' à lusofonia [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositórioUM, 2016. [<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/38461>]
- SOUZA, V. *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Húmus/CECS, Famalicão/Braga, 2017.
- SOUZA, V. (2021). Identidades transnacionais e transculturais. Pós-colonialidade, lusofonias e interculturalidade. O caso do Museu Virtual da Lusofonia. *Chasqui*. Revista *Latinoamericana de Comunicación*, 147 (103-120). DOI: 10.16921/chasqui.v1i147.4450.
- SOUZA, V. (2021a). Identidade e cultura. As identidades culturais num mundo globalizado. A lusofonia enquanto possibilidade intercultural. In M. Martins & R. Silva (Eds.). *Culturas e Turismo: Reflexões sobre o património, as artes e a comunicação intercultural*, pp. 92-104. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.10>
- vitordesousa@ics.uminho.pt; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho [ORCID: 0000-0002-6051-0980]
- STOER, S. R.; CORTESÃO, L. *"Levantando a pedra" – da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*. Afrontamento, Porto, 1999.
- TAVARES, G. M. *Breves notas sobre ciência*. Relógio D'Água, Lisboa, 2006.
- TORGAL, L. R. *Estados Novos, Estado Novo*. Vol. 1. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.
- WELSCH, W. Transculturality - the puzzling form of cultures today. In M. FEATHERSTONE and S. LASH (ed.), *Spaces of culture: City, nation, world*, pp 194-213. Sage, London, 1999.
- WOLTON, D. *A outra globalização*. Difel, Lisboa, 2004.

Introdução

A cultura representa uma dimensão importante da vida social e da organização espacial, está relacionada as dimensões econômicas, políticas e ambientais nas diferentes paisagens e territórios. Os estudos culturais na ciência geográfica não são novos, entretanto, apresentam características distintas ao longo do percurso teórico-metodológico, de viés secundário na análise regional, a compreensão da morfologia da paisagem até os estudos que valorizam os aspectos simbólicos, imateriais e identitários no contexto individual e coletivo.

As identidades territoriais são construções que representam essa relação entre cultura e espaço, seja ele numa escala territorial do cotidiano, de um bairro, fazenda ou ampliado na escala do Estado-Nação. Considerando as transformações na sociedade contemporânea, com o crescimento das cidades, globalização em suas várias faces e as tecnologias que ampliam a relação campo-cidade, é importante compreender como a dimensão cultural nos espaços rurais pode ser analisada, bem como os elementos espaciais da ruralidade.

Nesse sentido, o obtivo desse texto é abordar reflexões sobre Geografia, Cultura e Ruralidade, além de compreender as definições da cultura e suas relações geográficas-territoriais. Outro objetivo é discorrer sobre o desenvolvimento dos estudos culturais na geografia, apontando para as transformações e possíveis linhas de pesquisa e tendências, e por fim, debater sobre o conceito da dimensão cultural da ruralidade e suas implicações espaciais.

Ressalta-se que essas reflexões teóricas são oriundas de pesquisas realizadas, em nível de graduação e pós graduação no Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – Minas Gerais, onde se busca compreender um pouco das ruralidades presentes no território sul-mineiro.

Cultura e sua definição polissêmica

Por ser considerado um conceito polissêmico, ou seja, de múltiplos significados, o termo cultura abrange múltiplas faces e interpretações, e no estudo da geografia esse conceito adquire concepções variadas de acordo com o posicionamento teórico-metodológico. Com um viés culturalista-humanista, a obra fundamental na geografia cultural de Paul Claval discorre sobre a importância da dimensão cultural no entendimento do

espaço, neste livro o autor coloca vários pontos a serem considerados pelo geógrafo cultural, e demarca algumas características da cultura:

A cultura é um campo comum para o conjunto das ciências humanas. Cada disciplina aborda este imenso domínio segundo pontos de vista diferentes. O olhar do geógrafo não dissocia os grupos dos territórios que organizaram e onde vivem; a estrutura e a extensão dos espaços de intercomunicação, a maneira como os grupos vencem o obstáculo da distância e algumas vezes o reforçam estão no cerne da reflexão. (CLAVAL, 2007, p.11)

Assim, a cultura tem múltiplas escalas que vão do indivíduo até as massas populares e coletivas, correspondendo variadas concepções de interpretação, sejam elas materiais ou imateriais, representações sociais, simbólicas ou identitárias. Em uma outra tentativa de definição da cultura, é exposta pela geógrafa britânica Linda McDowell onde discorre:

Cultura é um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço. (McDOWELL, 1996, p.161)

Ao discorrer sobre as possibilidades do estudo cultural pela geografia, o geógrafo francês Berdoulay (2012, p.119) define as tratativas da geografia e suas conexões com a abordagem cultural:

[...] o termo cultura tem múltiplos sentidos, que são também fonte para a reflexão e que podemos relacionar a dois grandes eixos: o da cultura como reunião de traços que caracterizam uma sociedade particular ou um grupo socioprofissional particular; e o da cultura como fenômeno individual, como o desenvolvimento pessoal do indivíduo em seu contexto.

Assim, o conceito de cultura é muito amplo e difícil de selecionar ou excluir tais aspectos, nosso entendimento a partir desses autores é de que a cultura representa a construção material e imaterial de grupos humanos que tem ao longo de sua história símbolos, signos, códigos e marcas na paisagem e que estes processos podem e são recriados a medida do tempo e em contato com outros grupos sociais e técnicas, demarcando territórios e sofrendo alterações nesse espaço.

Para análise da cultura remontamos aos princípios da espacialidade posta por Tuan (1980, 1983) quando destaca os conceitos-chave na interpretação dos fenômenos culturais como lugar, espaço e paisagem. Para Tuan, a principal mediação entre homem e o espaço se dá pela percepção, essas percepções são carregadas de valores, sentidos e experiências, que são marcadas pela cultura de cada indivíduo e grupo.

A respeito do estudo sobre espaço e cultura, a dinâmica é uma constante nessa relação conforme Berdoulay (2012) e “elas põem em questão fenômenos que são ao mesmo tempo materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, tradicionais e modernos, particulares e universais, coletivos e individuais” (2012, p.124-5), e ainda destaca que a cultura “revela uma percepção da diversidade dos modos de vida, dos costumes, dos símbolos ou das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva” (BERDOULAY, 2012, p.101).

Nesse conjunto de conceitos, Claval (2007) diz que um dos conceitos-chave para compreensão da cultura é a paisagem:

As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas a sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar. (CLAVAL, 2007, p.15)

Ainda na questão conceitual da cultura na geografia, Almeida (2011, p.248) agrega o conceito de território na análise das identidades culturais:

Os bens culturais constituem um componente atual do território e da paisagem e trazem, em seu bojo, razões de ordem espiritual, moral, motivos práticos das quais compartilham uma sociedade ou parte dela. [...] Uma identidade cultural possui componentes que formam um todo integrado, inter-relacionado e único como uma língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores e crenças e os elementos tangíveis, incluindo a tecnologia.

Na questão territorial e sua relação com o tempo, o homem vai produzindo e se identificando com a cultura, à medida que se interrelaciona em diferentes níveis territoriais. Gimenez (2000) propõe os territórios identitários e os territórios abstratos, de acordo com a vivência e proximidade espaço-tempo dos indivíduos com os lugares e

peças, onde “las identidades territoriales, las locales y las regionales- tendrán que definirse primariamente en términos de pertenencia socio-territorial”²⁷ (GIMENEZ, 2000, p.30).

Nesse sentido, a relação de proximidade e das vivências do cotidiano tendem a formar as identidades territoriais ou território identitários (Figura 1), e quanto mais distante e com poucas interações espaciais no dia a dia, as identidades tendem a ser mais fracas ou abstratas.

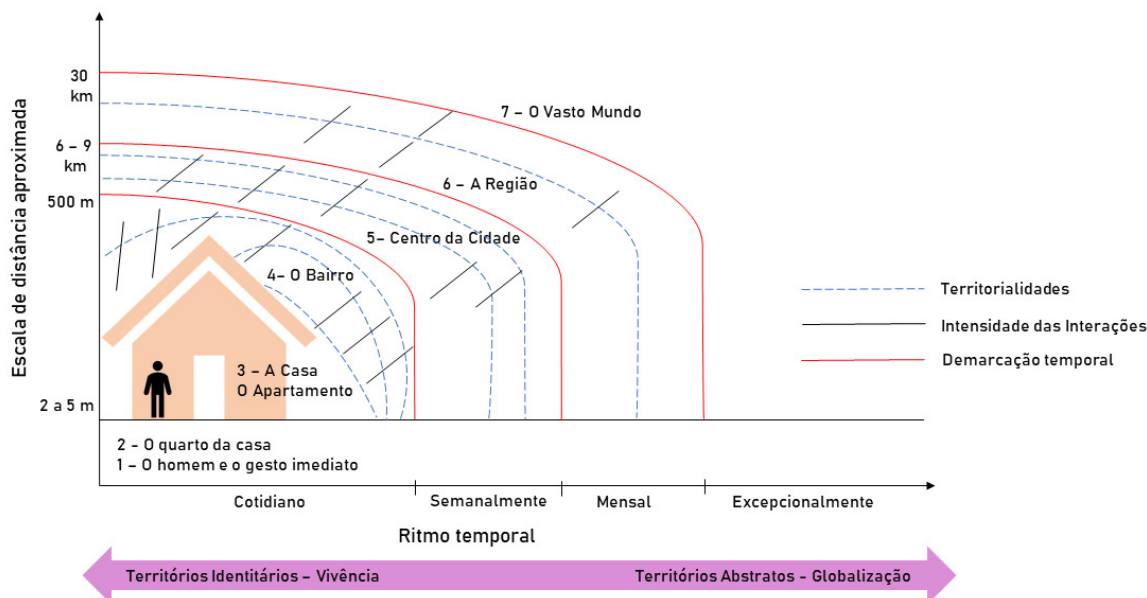


Figura 1 – Os níveis territoriais do homem.
Adaptado: Moles e Rohmer, 1972; Gimenez, 2000.
Elaborado: Flamarion Dutra Alves.

A figura 1 representa a relação do ritmo espaço-tempo de um indivíduo no seu cotidiano, e como essa dinâmica vai produzindo o espaço psicológico percebido, quanto aos aspectos culturais. De forma geral, as relações tendem a se situar numa escala espacial reduzida no seu cotidiano, com fluxos e interações periódicas, seja no trabalho, estudos e lazer, ou seja, sua construção cultural predomina na sua escala local através de suas vivências. Esses níveis territoriais se sobrepõem e se empilham, não sendo zonas estanques ou que não dialogam. Pode-se dizer que as tecnologias e o ritmo atual da globalização estão interferindo mais no cotidiano, entretanto, os territórios da vivência e territórios da globalização são distintos quanto as identidades, logo de suas relações socioespaciais.

Sobre os impactos da globalização nas identidades territoriais, Haesbaert (2013) vai dizer que as identidades mais estáveis, presentes no século passado, vão se fragmentar e dar lugar a microespaços de identidade, com a ativação e múltiplas identidades, pois as interações e fluxos tendem a ser mais velozes e mais complexos, dando espaço a identidades dinâmicas. Nesse quesito de múltiplas identidades, Joseli Silva (2003) traz

²⁷ Identidades territoriais, locais e regionais - terão de ser definidas principalmente em termos de pertencimento socioterritorial (Nossa tradução).

apontamentos da importância de novas metodologias nesse campo, no que tange a Nova Geografia Cultural, sobretudo, para pesquisas que tratem das questões de gênero e da geografia feminista.

Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político-institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. É a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos. (SILVA, 2003, p.33)

Portanto, a cultura envolve fatores da identidade na construção dos espaços, como comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, apresentam-se também nos estudos de gênero, juventude e educação, além dos processos híbridos de ruralidade e urbanidade.

Sob um panorama marxista da teoria cultural, Williams (2002) retoma os autores clássicos da teoria social para defender que a cultura está baseada numa superestrutura da sociedade que se reproduz num sistema capitalista:

De qualquer forma, o que tenho em mente é o sistema dominante eficaz e central de significados e valores, que não são meramente abstratos, mas organizados e vividos. É por essa razão que a hegemonia não deve ser entendida no nível de mera opinião ou manipulação. Trata-se de um conjunto de práticas e expectativas; nossos encargos que demandam energia, nosso entendimento comum da natureza do homem e de seu mundo. É um conjunto de significados e valores que, conforme são experimentados como práticas parecem confirmar uns aos outros. (WILLIAMS, 2002, p.13)

Ainda afirma que a hegemonia cultural estabelecida no sistema capitalista, não é estática e não compreende toda sociedade, pois apresenta contradições e práticas distintas entre as classes sociais. Ademais, as instituições são responsáveis pela manutenção e reprodução das lógicas culturais dominantes. Destaca então, que emergem as culturas residuais e emergentes (RAYMOND, 2011). Nesse sentido, podemos trazer ao debate como essas culturas se espacializam e territorializam, através das paisagens dominantes, alternativas, emergentes, residuais e excluídas (COSGROVE, 2012).

A cultura nesse aspecto é entendida como uma reprodução de relações e processos que estão entrelaçados numa estrutura superior que determina as ações no espaço. Nessa mesma análise, David Harvey explana no seu livro clássico, “Condição Pós-

Moderna”, acerca das transformações na sociedade no final do século XX decorrentes do avanço do capital:

A reprodução da ordem simbólica e social mediante a exploração da diferença e da “alteridade” é demasiado evidente no clima do pós-modernismo. A reprodução mecânica de sistemas de valores, crenças, preferências culturais e coisas semelhantes é impossível, não apesar, mas justamente por causa do fundamento especulativo da lógica interna do capitalismo. (HARVEY, 2002, p.308-309).

Para o autor, os elementos que compõem a dimensão cultural estão dominados pela circulação do capital, e essa terá desdobramentos e impactos na produção cultural, no consumo, nos valores estético, ou seja, o capital influencia diretamente na produção da cultura, sendo algo materialmente construído e coletivamente reproduzido.

Portanto, os aspectos definidores da cultura são muitos e suas possibilidades de aplicação na geografia também. Dessa forma, veremos como foi e como está sendo os estudos culturais na geografia.

A Cultura nos estudos geográficos: breve retrospectiva

Considerando o espaço como categoria central da ciência geográfica e que as dimensões econômicas, políticas, ambientais e culturais constituem um processo de constante produção e organização do espaço. Podemos dizer que a dimensão cultural sempre esteve, mesmo que indiretamente, nas análises geográficas.

Desde sua sistematização da ciência geográfica no século XIX, com Alexander von Humboldt e Karl Ritter, e posteriormente, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, a cultura perpassou em algumas teorias naturalistas sobre a relação do homem e natureza. Os aspectos associados ao determinismo, as questões de raça, natureza, possibilismo e gêneros de vida trataram a cultura aos elementos materiais na paisagem e no modo de vida das sociedades (CLAVAL, 2007).

Essa dimensão cultural ficou exposta na análise geográfica em edificações, artefatos, objetos, construções no campo e na cidade, ou seja, a materialidade da cultura na paisagem, as formas visíveis. Essa perspectiva da cultura material será objeto de estudo de Carl Sauer (1998) no primeiro quartel do século XX, onde a paisagem será uma relação do conjunto de objetos e formas culturais e naturais, modelando a morfologia da paisagem. Assim, as sociedades se diferem, a partir desse conjunto de relações culturais e naturais, que se edificam na paisagem, que traz consigo, aspectos simbólicos, porém, tratados de forma secundária.

Somente no final da década de 1960 e início da década de 1970, que haverá a renovação da geografia cultural, ampliando o espectro das análises, incluindo questões

como o simbolismo, imaterialidade, comportamentos, consciência e percepções (Quadro 1).

Quadro 1: Entendimentos do conceito de paisagem na Geografia Cultural.

GEOGRAFIA CULTURAL TRADICIONAL	NOVA GEOGRAFIA CULTURAL
• Conceito descritivo; • Investigação objetiva através dos elementos fixos (naturais) e móveis (antrópicos); • Compreensão a partir do visível; • A materialidade é mais relevante que a imaterialidade; • Objeto de estudo da Geografia.	• Conceito fluido; • Investigação dos aspectos objetivos e subjetivos presentes nas culturas; • Compreensão a partir dos diferentes sentidos; • A imaterialidade é tão relevante quanto a materialidade; • Categoria de estudo da Geografia.

Fonte: Vieira et al, 2021, p.47.

Conforme o quadro 1, identificamos as principais mudanças no aspecto da imaterialidade, percepção, simbolismo e como um campo de estudo da Geografia, não somente uma temática, como aponta Melo (2001):

A partir da década de 1970, os estudos incluídos na perspectiva da geografia humanista [...] o uso de leis para o comportamento humano cientificamente verificáveis, pois, na perspectiva humanista, as ações humanas só podem ser entendidas por meio de teorias que considerem seus significados, valores, propósitos, objetivos e aspectos subjetivos (MELO, 2001, p.31-32).

Em um texto publicado em 1989, Cosgrove (2012) aponta para três caminhos, que as abordagens culturais foram tomando até então na Geografia. São elas: Cultura e Consciência, Cultura e Natureza, Cultura e Poder.

A respeito da consciência, a cultura tende a ser reproduzida por práticas cotidianas, que movem o comportamento humano e são coletivas e individuais. Nessa perspectiva, podemos dialogar com Tuan (1980, 1983) que elegerá uma perspectiva humanista na geografia, calcada nas experiências e vivências dos indivíduos, e através dos sentidos e da percepção, vão modulando sua consciência e comportamento a respeito das questões do ambiente, espaço e valores.

Quanto a natureza, a cultura estará associada ao modo de fazer e produzir daquele espaço, as paisagens naturais se remetem às questões culturais e identitárias do lugar. A associação da paisagem às culturais regionais, a territorialidades intrínsecas as questões naturais ganharão importância.

Por fim, a questão de poder e cultura estará relacionada as hierarquias e conflitos existentes no âmago das diferentes sociedades, sejam questões de gênero, raça, classe, sexualidade, religião entre outras.

Quando Cosgrove (2012) nos diz que a geografia está em toda parte, nos remete aos significados da paisagem. A paisagem além de ser uma construção material, com viés e interesses econômicos, também apresenta suas manifestações simbólicas, pois são essas simbologias que unem grupos, pessoas, credo, classes e instituições, por isso, são elementos culturais. Assim, os aspectos simbólicos tem uma centralidade na cultura, manifestando-se em diferentes momentos do espaço-tempo (CORRÊA, 2012)

Claval (2001, 2007) salienta que as abordagens culturais na Geografia tiveram mudanças ao longo do século XIX e XX, tanto teórica, metodológica e temática. Nesse sentido, a figura 2, traz uma breve síntese dos principais temas e abordagens da geografia cultural.

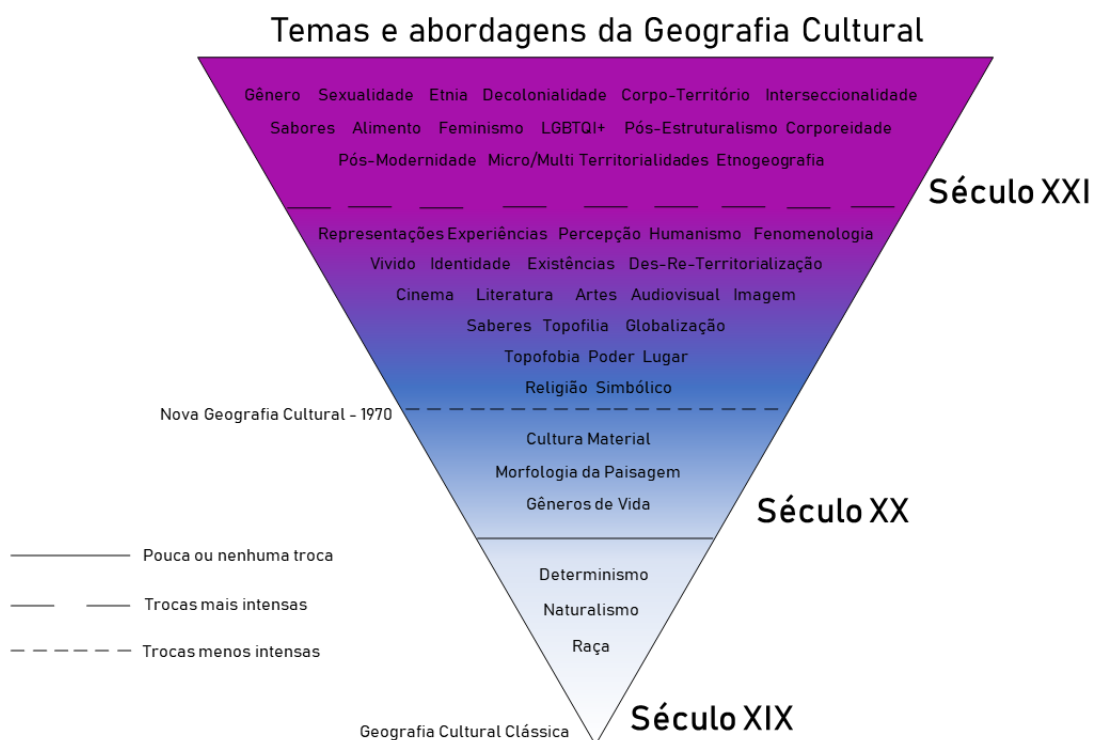


Figura 2 – Temas e abordagens da Geografia Cultural entre os séculos XIX e XXI.

Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A Geografia Cultural Clássica ou Tradicional que durou entre o final do século XIX até meados de 1970, privilegiou os aspectos materiais e observáveis da cultura, dando ênfase as formas da paisagem e as relações do homem/sociedade com a natureza, ou seja, de que forma a natureza influenciava nos modos de vida e comportamento, seja individual ou coletivamente. Destaca-se os estudos por Vidal de La Blache, com os gêneros de vida, a relação do possibilismo, e ainda Ratzel com os estudos sobre raça e determinismo, e por fim, Sauer com os estudos da morfologia da paisagem.

A Nova Geografia Cultural, trará os enfoques humanistas e fenomenológicos como principal abordagem para compreender os espaços simbólicos, sejam eles sagrados pela religião, topofílico ou topofóbicos quanto aos sentimentos e percepções individuais, ou ainda a inserção das artes nos estudos culturais, seja com os recursos audiovisuais, literatura, pintura entre outros.

Salienta-se as abordagens que miram o jogo de forças das culturas, com a questão do poder na criação e propagação cultural. Esses estudos vão trazer as múltiplas territorialidades presentes no território, ou ainda, como as identidades vão se manter e reproduzir num contexto de globalização.

Por fim, no século XXI, a geografia cultural trará para o debate temas emergentes, no sentido da necessidade de se pesquisar, haja vista a lacuna deixada no século XX. São temáticas ligadas ao gênero, relações étnico-raciais, movimentos LGBTQI+, num contexto de interseccionalidade. Ao mesmo tempo, discorre sobre teorias decoloniais, que valorizam comunidades tradicionais, povos originários e a escala de estudo passa o global até o corpo, ou seja, a corporeidade será uma abordagem geográfica, o local não será a escala mais reduzida de análise, mas sim, o corpo.

Ruralidade e a dimensão cultural

O tema da ruralidade tem sido amplamente debatido na sociologia e antropologia rural, acerca dos modos de vida e identidade rural no século XX. Na geografia rural, tem-se dilatado o número de pesquisas sobre a questão cultural, mostrando o interesse do geógrafo em discutir a espacialidade dos fenômenos culturais no campo, conforme aponta Alves (2013).

Há duas formas de interpretação predominantes da ruralidade na concepção cultural na geografia, pelo viés materialista de base dialética, ou pelo modo humanista de base fenomenológica, cabendo ao pesquisador adotar o método que contemple sua realidade e sua visão ideológica.

Numa visão dialética do processo campo-cidade, Wanderley (2004) aborda a questão da imaterialidade presente no território rural, que não se limita as definições político-administrativas do perímetro urbano:

Por um lado, um meio rural fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo rural; por outro lado e apesar da primeira face um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura, que dinamiza as relações sociais locais, e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados (WANDERLEY, 2004, p.90).

Nessa conjuntura, a ruralidade é marca presente em muitas cidades pequenas e médias, a territorialidade rural é expressa de diversas formas, desde os vínculos afetivos da população com a terra, a cultura tradicional que é carregada por gerações, a coesão dos indivíduos com o lugar que denota o processo de capital social e as relações indenitárias dos sujeitos com as práticas rurais.

Lembrando Alves (2012) ao analisar o desenvolvimento da relação campo-cidade na ciência geográfica, entendemos que:

A noção de ruralidade e urbanidade ganha destaque nas pesquisas em geografia, pois não trata somente da questão espacial (do espaço absoluto), mas o espaço vivido e imaterial, considerando os valores e o modo de vida que constituem o lugar. A ideia de estudar o espaço apenas pelos fixos, funções e formas, não responde a totalidade da relação campo-cidade, deve-se atentar aos processos da sociedade (ALVES, 2012, p.16).

Portanto, para o entendimento da ruralidade não podemos focar somente nas relações sociais existentes no espaço rural, temos que observar e interpretar as práticas e interações espaciais também na cidade, pois pode refletir a manutenção de vivências do rural ou seu processo de transformação.

Nessa mesma linha de pensamento, Wanderley (2001) entende que pequenos municípios são aqueles onde a população urbana não ultrapassa os 20.000 habitantes e acrescenta cinco dimensões na trama social das cidades pequenas:

- a) O exercício das funções propriamente urbanas atribuído a toda aglomeração, sede municipal, qualquer que seja o seu tamanho.
- b) Intensidade do processo de urbanização: o fato de ser pequeno frequentemente significa ser precário do ponto de vista dos recursos disponíveis.
- c) A presença do mundo rural. Esta influência pode ser percebida, por um lado, através de diversos indicadores socioeconômicos e demográficos, dentre os quais merecem especial menção: o peso da população rural no conjunto da população municipal; a proporção das pessoas que, vivendo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural.
- d) O modo de vida dominante, percebido tanto através de suas manifestações “concretas”, como das representações que dele faz a população local.
- e) A dinâmica da sociabilidade local: O espaço social assim construído se complementa, por um lado, com a referência às diferenciações sociais, os conflitos e as redes de alianças e associações, gerados especialmente pelas formas de uso e controle da propriedade da terra e do capital e pela estrutura do poder local; por outro lado, pela percepção deste espaço, tal qual reiterado pela memória coletiva, dos indivíduos, famílias e grupos sociais e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local. (WANDERLEY, 2001, p.8)

Dentro desse contexto, as cidades pequenas não são caracterizadas apenas por ter menos de 20.000 habitantes em sua área urbana, mas por apresentar uma dinâmica sociocultural, política e econômica peculiar e que une seu tecido social ao espaço vivido.

É importante destacar que ao tratarmos da ruralidade, não estamos mantendo o conceito a suas práticas tradicionais e do passado, mas como essas práticas vão se altetrando com o progresso da sociedade, ou seja, não sua exclusão ou reclusão, mas sua manutenção com o advento de novos processos no campo e na cidade, corroborando com isso Carneiro (1998, p.55) salienta:

[...] não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos (CARNEIRO, 1998, p.55).

A dimensão cultural da ruralidade ainda é destacada por Carneiro (1998, p.61):

[...] a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.

Enquanto regiões são mais urbanas do que rurais, há em vários estados e no interior do Brasil verdadeiras “cidades rurais”, ou seja, as funções econômicas urbanas são dependentes da dinâmica rural, fora a cultura rural que predomina no espaço urbano.

No espaço rural a cultura está impregnada na identidade, patrimônio, memória e em suas manifestações no campo, expressas pela ruralidade. Entre essas manifestações estão às festas, conforme Almeida (2011, p.255):

As festas rurais, pelos seus aspectos interativos e populares, são sempre um importante instrumento de consolidação das identidades coletivas. Realizando a festa, considerada tradicional, os “antigos” procuram manter a tradição e, para os “jovens”, é uma excelente ocasião de fazer novos conhecimentos e efetuarem a integração às

tradições religiosas.

A ruralidade está expressa material e imaterialmente na paisagem, lembrando Eric Dardel (1990) quando afirma que “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”, isso quer dizer, que os traços do mundo rural podem ser apreendidos na construção material, que ao longo do tempo foi deixando suas vivências no espaço. A materialidade expressa nas construções, objetos, estruturas e formas denotam o processo ali instaurado pelos atores do espaço.

Para entendermos a espacialidade da ruralidade, a paisagem pode ser um conceito importante para interpretação de como o fenômeno foi e está transformando o lugar, concordando com Claval (2007, p.15) que afirma:

As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas a sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar.

E em muitas cidades e regiões, a dinâmica rural se faz presente nas paisagens e nos lugares, no sul de Minas Gerais a tradição associada a cafeicultura é marca importante na paisagem e na identidade regional:

A ruralidade está presente no contexto socioespacial sul mineiro, tanto nos aspectos materiais como imateriais, fazendo parte da produção e organização do espaço. Esse processo é fortalecido pelas cidades pequenas que representam historicamente o desenvolvimento agrícola da região, sendo arraigadas na cafeicultura passando essa tradição de geração para geração. (ALVES, 2017, p.125)

Mesmo na cidade, há inúmeras formas e estruturas da ruralidade que permanecem presentes na paisagem e estão no cotidiano da sociedade. Essas paisagens marcam os elementos simbólicos da ruralidade que são produtos das condições sociais ao longo do tempo (ALVES, 2021).

Assim, a dimensão cultural da ruralidade pode ser manifestada pelo alimento e as formas de fazer, as festividades relacionadas a produção agropecuária e religiosidade, presença de feiras livres, cotidiano do lugar, paisagem e o espaço rural, simbolismo na paisagem, migrações rural-urbana entre outros.

Considerações Finais

A cultura deixou de ser uma temática secundária na análise geográfica e passou a ser importante instrumento para compreendermos o processo de organização espacial. As variações dos estudos culturais na geografia ao longo das últimas décadas, evidenciam a diversidade de possibilidades e temas que estão no bojo da sociedade contemporânea.

A ruralidade compreendida pelo viés da dimensão cultural, pode demonstrar a presença e a resignificação das identidades territoriais numa sociedade “urbana”, como é o caso do Brasil.

Os avanços no sentido de diversificar e ampliar as relações dos estudos geográficos, trazem a cultura para um caminho de destaque na geografia produzida no século XXI. A abordagem marxista mostrou suas limitações nos estudos culturais e que não dá conta das mudanças e ensejos para o século XXI que se avança, a incorporação de abordagens fenomenológicas e pós-estruturalistas trazem contribuições para essas temáticas e problemáticas. Sendo importante ao pesquisador, dialogar com essas diferentes abordagens, para compreender as várias influências na organização espacial.

Referências

- ALMEIDA, Maria Geralda de. O patrimônio festivo e a reinvenção da ruralidade e territórios emergentes de turismo no espaço rural. p.243-263. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. (Orgs.) **Turismo Rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na geografia brasileira: Apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 3, p.7-18, 2012.
- ALVES, Flamarion Dutra. A questão cultural na geografia agrária. In: **Anais... VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS**. João Pessoa: UFPB, 2013. p.1-13.
- ALVES, Flamarion Dutra. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. In: FERREIRA, M.M; VALE, A.R. (Org.). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2017.
- ALVES, Flamarion. Dutra. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 6, n. 1, p. 27-46, 2021.
- BERDOULAY, Vicent. Espaço e cultura. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.101-131.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CLAVAL, Paul. Champs et perspectives de la géographie culturelle dix ans après. **Géographie et cultures**, n. 40, 2001, p.5-28.
- CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- CORRÊA, Roberto L. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.133-153.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. p.219-237. *In*: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural: uma antologia**. vol.1. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

DARDEL, Eric. **L'homme et la terre** – nature de la réalité géographique. Paris: CTHS, 1990.

GIMENEZ, Gilberto. Territorio y Cultura. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, vol. II, núm. 4, diciembre, 1996, p. 9-30.

GIMENEZ, Gilberto. Territorio, cultura e identidades. *In*: ORTEGA, R.R (Org.). **Globalización y regiones em México**. Cidade do México: UNAM, 2000. p.19-33.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Zent; CORRÊA, Roberto L. **Geografia Cultural: uma antologia**. V.II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.233-244.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MELO, Vera M. Paisagem e simbolismo. *In*: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R.L (Orgs.) **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.29-48.

MOLES, Abraham A; ROHMER, Elisabeth. **Psychologie de l'espace**. Paris: Casterman, 1972.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa. v.8, n.1, 31-45, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, Felipe S. et. al. A história da geografia cultural e o conceito de paisagem. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte. v.31, n.2, 2021. p.30-51.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**. Campina Grande, v.23, n.1-2, p.82-98, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Brasília, NEAD/MAD, 2001.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Espaço & Cultura**. Rio de Janeiro. n.14, 2002. p.7-21.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

COMUNICAÇÃO E CULTURA COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO

Monica Franchi Carniello²⁸

O debate global sobre desenvolvimento ganha contornos na academia e em outros setores da sociedade em meados do século XX. Como todo conceito, relaciona-se às condições sócio-históricas e passa por mudanças que refletem a dinâmica das transformações sociais. Dentre os diversos aspectos que incidem sobre a compreensão dos processos de desenvolvimento, ao considerar uma leitura sistêmica do processo, intenta-se, na reflexão proposta neste texto, aproximar os conceitos de comunicação e desenvolvimento regional. Esta aproximação supera a somatória de duas variáveis para se chegar em uma abordagem que evidencia a indissociabilidade destas, chegando-se em uma abordagem da Comunicação para o desenvolvimento regional.

Adota-se como premissa a abordagem da sociedade mediatizada, na qual as relações sociais e práticas cotidianas são moldadas pelas tecnologias de mediação e empresas de mídia, como um metaprocessos. Chegou-se em um ponto em que não há separação entre mídia e sociedade. As instituições sociais são transformadas a partir de sua relação com as mídias. Muito além do que dispositivos tecnológicos, as mídias constituem o cotidiano, compõem o contexto da vida contemporânea, impactado na produção de sentido do mundo (LIVINGSTONE, 2010; HJARVARD, 2013).

Na sociedade contemporânea, os media tornaram-se ubíquos (os media e a tecnologia estão em todo o lado), invasivos (não podem ser totalmente ignorados ou evitados) e invisíveis (fundem-se com todos os aspectos da vida). A experiência quotidiana entrelaça-os na vida de todos os dias até os media se tornarem indistintos dela, levando o referido autor holandês a sugerir que vivemos a vida nos media e já não apenas com os media (FIGUEIRAS, 2017, p. 102-103).

A comunicação é elemento constitutivo e estrutural da sociedade, e, portanto, indissociável dos processos de desenvolvimento. A despeito dessa relação lógica e o caminho de investigação da comunicação para o desenvolvimento seja profícuo, faz-se

²⁸ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP) com pós-doutorado pela Universidade do Minho – Portugal e pela Universidade Metodista de São Paulo, professora-pesquisadora do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

necessário pontuar com mais ênfase que a comunicação precisa estar presente nos planos de desenvolvimento em uma sociedade mediatizada como elemento constituinte e estrutural, não se limitando ao entendimento da comunicação como mera ferramenta de apoio à divulgação de plano de desenvolvimento. Raramente a relação comunicação para o desenvolvimento (C4D, da sigla em inglês de Communication for Development) faz parte dos planos de desenvolvimento para além da questão de condições de estruturas físicas de telecomunicações, tal qual observado por Carniello e Santos (2021).

Acrescenta-se, para fins de contextualização, que a própria compreensão de desenvolvimento passou por transformações significativas desde que se tornou pauta do debate global, superando a sinonímia com crescimento econômico e ganhando contornos multidimensionais. Dentre as abordagens que se desdobraram, destaca-se a territorial (DALLABRIDA, 2020), adotada como referência teórica neste texto.

O objetivo geral da reflexão proposta neste texto é evidenciar as interfaces entre comunicação e a abordagem territorial do desenvolvimento. Espera-se contribuir para fortalecer a teoria referente à Comunicação para o Desenvolvimento (C4D), que depende das concepções que se tem de Desenvolvimento e de Comunicação, conceitos transformados conforme contextos sócio-históricos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma abordagem teórica, exploratória e qualitativa, com delineamento bibliográfico. O capítulo inicia com um percurso que visita as diversas concepções da relação entre comunicação e desenvolvimento, temporalmente situadas, até chegar na contemporaneidade. Em sequência, apresenta a concepção da abordagem territorial do desenvolvimento, marco teórico fundamental para demonstrar as dimensões da interface entre comunicação de desenvolvimento, que fecha o capítulo, seguido das considerações finais.

Percursos da comunicação para o desenvolvimento

A aproximação entre comunicação e desenvolvimento situa-se temporalmente em meados do século XX (SERVAES, 2008), quando o conceito de desenvolvimento emergia em um contexto global pós-guerra mundial, associado em um cenário comunicacional no qual a televisão vinha somar-se e fortalecer a comunicação de massa, até então protagonizada pela imprensa e pelo rádio.

A relação entre desenvolvimento comunicação depende das concepções que se tem de cada um dos conceitos. Ambos os conceitos passaram por transformações significativas desde que se iniciou o debate sobre comunicação para o desenvolvimento.

A abordagem difusionista predominou nas primeiras concepções da C4D, conforme Schramm (1970) e Lerner (1958) apresentaram à época. Tal perspectiva se formatou em um cenário comunicacional caracterizado pela comunicação de massa, que permitia a “[...] disseminação de idéias e informações a partir de uma única fonte” (PERLES, 2007, p. 07).

Na abordagem da modernização difusionista, quem assumia o protagonismo da disseminação das ideias por meio dos meios de comunicação de massa eram os ditos países desenvolvidos, evidenciando uma concepção de desenvolvimento diretamente relacionada a crescimento econômico, cujo principal meio de alcance seria a industrialização. Entendia-se que, por meio do acesso aos meios de comunicação de massa, seria possível transferir tecnologias e cultura dos países dominantes para as então chamadas culturas tradicionais ou subdesenvolvidas.

A partir dessa primeira abordagem, outras concepções se formaram com base na transformação do contexto sócio-histórico. Com o entendimento de desenvolvimento proposto por Furtado (1961; 2008), que identifica uma relação de dependência entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos (centro-periferia), forma-se uma vertente do pensamento comunicacional latino-americano que no campo da comunicação se reflete em uma perspectiva dialógica e de participação (GUMUCIO-DRAGON, 2011). Marques de Melo (1998) destaca que a pesquisa latino-americana sobre comunicação de massa privilegia historicamente a dimensão política como ingrediente estrutural dos processos comunicacionais. O fenômeno da politização da pesquisa comunicacional tem seu auge na década de 1970.

A ampliação da percepção do desenvolvimento para uma visão multidimensional que transcende a abordagem econômica é difundida globalmente, ainda que de forma heterogênea. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mesmo com limites (JANUZZI e GUIMARÃES, 2005) incorpora definitivamente a dimensão social ao debate do desenvolvimento.

Sen (2000) apresenta uma abordagem focada nas capacidades dos indivíduos (*capabilities approach*), que associa uma sociedade desenvolvida à eliminação das restrições sociais de os indivíduos fazerem suas escolhas. Para o autor, transparência e acesso à informação são liberdades constitutivas de uma sociedade desenvolvida. É possível estabelecer uma relação entre a concepção de Sen (2000) com a concepção de comunicação pública, que “[...] diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2007, p. 06).

Com o advento da comunicação digital, o cenário comunicacional transforma-se novamente, migrando da comunicação de massa para uma estrutura de comunicação global em rede, conforme diagnosticado por Castells (1999). A comunicação digital torna-se um eixo norteador das mais diversas atividades da sociedade. Conforme Braga (2006), uma das abordagens da mediatização da sociedade se refere aos processos sociais, que passam a se desenvolver em função das lógicas das mídias, nas esferas política, de entretenimento e aprendizagem. Em suma, as instituições sociais são transformadas a partir de sua articulação com as mídias, não havendo separação entre mídia e sociedade. É nesse contexto comunicacional que se situa o debate da C4D promovido nesta reflexão, que adota premissa que comunicação é elemento constitutivo e estrutural da sociedade, portanto indissociável dos processos de desenvolvimento.

Nesse contexto, uma das armadilhas que pode levar a um pensamento simplificados da relação C4D é pensar na comunicação em um único plano. Para evitar esta abordagem simplista, Carniello (2022) propõe a categorização da comunicação no processo de desenvolvimento em quatro dimensões, apresentadas a seguir.

- a) Dimensão estrutural: considera a estrutura de mídia de um território, tendo como parâmetro o nível de democratização dos meios de comunicação.
- b) Dimensão institucional: como as instituições se comunicam com seus públicos, a começar pelas instituições públicas, e o suporte legal à comunicação pública.
- c) Dimensão relacional: constituição e relação de grupos sociais, forma como se relacionam e se comunicam.
- d) Dimensão perceptual: diz respeito aos aspectos simbólicos do território, como ele é percebido pelos cidadãos e demais atores sociais que com ele interagem.

Observa-se que a relação comunicação e desenvolvimento é complexa, não se reduzindo a um único plano.

Abordagem territorial do desenvolvimento

No âmbito da concepção de desenvolvimento, formata-se uma abordagem na qual o território passa a ser adotado como unidade de análise e como centralidade para se pensar estratégias de que se fundamentam nas especificidades locais e regionais, conforme apresentam Saquet (2015), Raffestin (1993), Pecquer (2005), Dallabrida (2022). Esta abordagem é adotada como marco teórico para apresentar as interfaces entre comunicação e desenvolvimento, em suas diversas perspectivas.

Nesta abordagem do desenvolvimento, o território é compreendido como eixo central do desenvolvimento (ETGES, 2017). Conforme Magnaghi (2010) o território é resultado da relação dialética do homem com a natureza, como produto histórico que incide sobre a configuração espacial.

O território também é resultado das relações de poder, conforme aponta Raffestin (1993) e corrobora Brandão (2008, p.12).

O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

Ao adotar o território como centralidade dos processos de desenvolvimento, adota-se, também, a perspectiva endógena, na qual o local e o regional são o ponto de partida para desenhar projetos de desenvolvimento. Segundo Bourdin (2001) o local aparece como um meio de construir e tratar problemas de organização.

Nas últimas décadas, o enfoque no desenvolvimento regional ganhou força, e as regiões passaram a ser vistas como atores e agentes do desenvolvimento, revalorizando a dimensão espacial da economia, cultura e ambiente. Delineia-se a possibilidade de pensar e operar projetos de desenvolvimento a partir das regiões (bottom up) e não para as regiões (top down).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) valida essa perspectiva ao elevar a autonomia dos municípios enquanto unidades da federação. Isso se reflete, por exemplo, na aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2010), que visa difundir uma cultura de planejamento urbano entre os municípios, com base nas características locais.

A diferenciação ocorre quando manipulados os recursos específicos como ativos nas estratégias locais de desenvolvimento (FLORES, 2006).

Conforme Haesbaert e Limonad (2007), o território possui vários aspectos: jurídico político; espaço onde se exerce o poder; cultural, como produto da adaptação ou valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço; econômico, como proporção espacial das relações econômicas.

Já a relação dos atores sociais com seu território recebe são sintetizadas no conceito de territorialidade.

A noção de territorialidade procura evidenciar as interfaces entre as dimensões territorial e sociocultural. Territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado território (ALBAGLI; MACIEL, 2004, p.12).

A gestão do território é definida por Dallabrida (2020, p.13) como “um processo de concertação social e tomada de decisão, envolvendo atores sociais, econômicos e agentes governamentais de um determinado recorte territorial, com vistas à definição de seu futuro”.

Apresentados os conceitos relativos ao território, apresenta-se a definição de patrimônio territorial, essencial para a compreensão da abordagem territorial do desenvolvimento.

O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica

e cultural, na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (DALLABRIDA, 2020, p. 12).

O patrimônio é resultante da interação das seis dimensões que o compõem, conforme Dallabrida (2020).

- a) produtiva – envolve os recursos financeiros e infraestruturas;
- b) natural – as paisagens naturais e antrópicas, solos, minerais, fauna e flora;
- c) humana e intelectual – o saber-fazer, formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade;
- d) cultural – valores e códigos de conduta, bens culturais;
- e) social – valores sociais, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; e
- f) institucional – instituições públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo.

Um projeto de desenvolvimento de abordagem territorial visa a ativação das dimensões do patrimônio territorial, o que idealmente deve ser fruto de um processo de governança territorial, compreendida como processos colaborativos de articulação de atores de um território, incluindo os agentes estatais e representações dos setores sociais, produtivo e universitário de forma a buscar resolução de problemas de caráter público e o planejamento do futuro desejado territorialmente (DALLABRIDA, 2020).

A Figura 1 sistematiza a dinâmica territorial do desenvolvimento, fundamentada no tripé constitutivo do território - natureza, sociedade e cultura.

Figura 1- Território e a dinâmica territorial do desenvolvimento



Fonte: Dallabrida (2022, p. 11)

O Quadro 1 explicita as categorias de análise da dinâmica territorial do desenvolvimento,

Quadro 1 – Dinâmica territorial do desenvolvimento.

Categoria de análise	Definição
Categoria de partida	<i>território</i> , como estrutura socioterritorial localizada histórica e territorialmente, cujas partes se inter-relacionam
Categoria de intermediação	as práticas de <i>governança territorial</i> , como processo em que são confrontados diferentes interesses/intenções, com o propósito de construir convergências quanto ao futuro desejado territorialmente, partindo da compreensão de que a forma assumida historicamente por uma estrutura resulta de conversações societárias horizontais
Categoria resultante	o <i>patrimônio territorial</i> , como forma assumida pela estrutura socioterritorial, formatando o arranjo espacial com suas diferentes dimensões
Categoria de funcionalidade	o <i>desenvolvimento territorial</i> (ou local/regional), como função da forma, partindo do entendimento de que, do confronto entre diferentes projetos de futuro, resultam configurações espaciais demarcadas administrativamente (municípios, regiões, países) ou por relações de identidade, ancoragem e pertencimento a um lugar (territórios), fazendo parte da utopia desejada territorialmente e sua concretude momentânea como realidade possível

Fonte: Adaptado de (DALLABRIDA, 2020; 2022).

Com base na abordagem territorial do desenvolvimento, a seção subsequente apresenta a reflexão sobre como comunicação se apresenta como elemento constitutivo e estrutural do desenvolvimento.

A comunicação na abordagem territorial do desenvolvimento

Nesta seção, apresenta-se como as dimensões da comunicação para o desenvolvimento – estrutural, institucional, relacional e perceptual (CARNIELLO, 2022) – se apresentam em cada uma das categorias da dinâmica territorial apresentada na Figura 1, nas quais a comunicação está capilarizada, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Relação entre categorias da dinâmica territorial com as dimensões da comunicação para o desenvolvimento.

Categoria de análise	Dimensões da comunicação
Categoria de partida: território	Estrutural: como a estrutura de mídia se coloca no território em prol da pluralidade, transparência e acesso à informação.

	Institucional: como as instituições presentes no território se comunicam com a sociedade e atendem as premissas da comunicação pública. Relacional: inter-relação entre as partes, enquanto agentes de desenvolvimento. Perceptual: como o território é percebido pelos atores sociais, relacionado ao conceito de territorialidade.
Categoria de intermediação: governança territorial	Estrutural: existência de canais de comunicação estruturais e formalizados para viabilizar a conversação entre os setores da sociedade. Institucional: suporte legal e administrativo à governança territorial. Relacional: conversação entre grupos sociais, de forma equânime. Perceptual: representações simbólicas das disputas, negociações e conversações que permeiam o debate público.
Categoria resultante: patrimônio territorial	As dimensões estrutural, institucional, relacional, perceptual atuam de forma complexa em cada uma das dimensões, favorecendo ou colocando barreiras à ativação do patrimônio.
Categoria de funcionalidade: desenvolvimento territorial	Situação desejada em determinado território para a comunicação nas dimensões estrutural, institucional, relacional e perceptual.

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Categoria de partida: território

Quanto a dimensão estrutural, a forma como a mídia se coloca no território incide sobre os processos relacionados ao desenvolvimento. Quanto mais essa estrutura de mídia favorecer a pluralidade, mais favorável é para um ambiente no qual prevaleça a transparência e o acesso à informação, tal qual preconizado por Sen (2000) como condição para o desenvolvimento.

No âmbito da dimensão institucional, entende-se que se refere aos fluxos de comunicação das instituições presentes no território, a começar pelas instituições públicas, que detêm a responsabilidade de coordenar a gestão do território enquanto unidade política. O conceito norteador da dimensão institucional da comunicação para o desenvolvimento é a comunicação pública, compreendida como a comunicação formal que diz respeito à troca e à partilha de informações de utilidade pública para fortalecimento vínculos entre sociedade e instituições públicas (ZÉMOR, 2009).

Na categoria inicial, o território, como fruto das relações sociais e do homem com o ambiente, possui a comunicação como eixo viabilizador das relações humanas. Conforme Dallabrida (2020), o território é a categoria de partida dinâmica territorial do desenvolvimento, localizada histórica e territorialmente, cujas partes se inter-relacionam.

Essa inter-relação entre as partes, estas entendidas como agentes do desenvolvimento, ocorre por meio da dimensão relacional da comunicação para o desenvolvimento, conforme Carniello (2022), pois viabiliza a constituição e relação de grupos sociais, bem como diz respeito à forma como se relacionam e se comunicam.

Por fim, a dimensão perceptual da comunicação para o desenvolvimento relacionada à categoria de partida, o território, se refere à forma como ele é percebido pelos cidadãos e demais atores sociais que com ele interagem, remetendo ao conceito de territorialidade (ALBAGLI; MACIEL, 2004). Diz respeito aos aspectos simbólicos do território, visto que “a cidade é um espaço de troca intercultural, um espaço de trocas simbólicas entre as diferentes culturas que a compõem” (GHORRA-GOBIN, 2008) [tradução da autora].

Categoria de intermediação: governança territorial

Dallabrida (2020) identifica também a categoria de intermediação na dinâmica territorial do desenvolvimento, que se dá por meio da governança territorial, que se refere a “iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais” (DALLABRIDA, 2011, p.03). O conceito de governança demanda um processo de conversação social, cuja base comunicacional ancora-se nas premissas da comunicação pública, que segundo Matos (2009, p.06), [...] “deve ser pensada como um processo político de interação, no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo construídos em uma esfera pública inclusiva e participativa”.

A dimensão estrutural de desenvolvimento, no processo de governança territorial, diz respeito à existência de canais de comunicação estruturais e formalizados para viabilizar a conversação entre os setores da sociedade. Hallin e Mancini (2004) analisaram as estruturas e sistemas de mídia de diversos países e perceberam como se dá a correlação entre os movimentos de globalização da economia e de mudança estrutural dos sistemas de comunicação, processo que vai impactar na forma como a mídia age em relação aos processos de governança e desenvolvimento territorial.

A dimensão institucional se apresenta desde a gênese dos processos de governança de um território, que se dá por meio do suporte legal e administrativo. As premissas legais da própria Constituição de 1988, fundamentados em princípios democráticos, são o pilar da legitimação dos processos de governança que implicam conversação entre instituições, dentre as quais Governo, enquanto representantes do Estado, sociedade civil, atores institucionais privados e do terceiro setor, enquanto partícipes do processo

da dinâmica territorial. A operacionalização dessa conversação não é garantida a despeito do direito constitucional, conforme Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos, Artigo 5º, inciso XXXIII (BRASIL, 1988):

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Já a dimensão relacional também é evidenciada nessa fase da dinâmica territorial pois a governança implica conversação entre grupos sociais, situação na qual as relações de poder, interesses, acesso aos meios de comunicação serão variáveis que incidirão sobre o efeito do processo de conversação social. Quanto mais equânime essa relação, mais favorável ao desenvolvimento de um território.

A dimensão perceptual diz respeito às representações simbólicas das disputas, negociações e conversações que permeiam o debate público.

Categoria resultante: *patrimônio territorial*

A depender de como os processos de comunicação se constituem em um território, podem ser mais, ou menos, favoráveis para o desenvolvimento. Nessa categoria, as dimensões da comunicação para o desenvolvimento se articulam com as dimensões do patrimônio territorial, a saber: produtivo, humano e intelectual, social, cultural, natural e institucional.

As dimensões estrutural, institucional, relacional, perceptual atuam de forma complexa em cada uma das dimensões, favorecendo ou colocando barreiras à ativação do patrimônio.

Cabe um aprofundamento sobre como cada dimensão do patrimônio territorial pode ser potencializada ou ocultada em função das dinâmicas territoriais, mas é certo que há contradições nas relações entre comunicação e desenvolvimento na sociedade mediatizada. Toma-se como exemplo os processos político-governamentais, que permeiam o patrimônio social e institucional, predominantemente; se por um lado a comunicação oportuniza a ampliação do acesso à informação de interesse público, o que pode ampliar a transparência, o *accountability*, e a própria governança territorial, por outro lado é em função das redes sociais em ambiente digital que as *fake news* são disseminadas com finalidades eleitorais, impactando de forma predatória nos processos democrático (D'ANCONA, 2018).

Portanto, nessa categoria deve ser avaliada a contribuição dos processos de comunicação na ativação do patrimônio territorial em prol do desenvolvimento.

Categoria de funcionalidade: *desenvolvimento territorial*

Nesta categoria, busca-se traçar o paradigma do território desejado. Transpõe-se essa abordagem para as dimensões da comunicação, buscando definir os seguintes aspectos:

- estrutura de mídia desejada e favorável para os processos de desenvolvimento;
- comunicação das instituições desejada, pautada nas premissas da comunicação pública.
- comunicação relacional desejada, pautada na relação equânime entre os grupos sociais.
- imagem territorial desejada, de maneira a representar as especificidades locais e fomentar o sentimento de pertença ao território.

Tais desejos devem estar manifestos nos planos de desenvolvimento, considerando que a comunicação é elemento indissociável dos processos de desenvolvimento de um território.

Considerações finais

O objetivo geral da reflexão proposta neste texto foi evidenciar as interfaces entre comunicação e a abordagem territorial do desenvolvimento, com o intuito de contribuir para a formulação de uma teoria da comunicação para o desenvolvimento no contexto contemporâneo, levando em consideração as abordagens de comunicação e de desenvolvimento.

A superação de uma leitura da comunicação em um único plano para um modelo em quatro dimensões – estrutural, institucional, relacional e perceptual – permite superar a visão simplificadora e pontuar, com mais precisão, onde e como os fluxos de comunicação se situam a agem na dinâmica do desenvolvimento territorial.

Sugere-se, como estudos futuros, aplicar o modelo proposto na análise da comunicação para o desenvolvimento em um território.

Referências

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, [S. l.], v. 33, n. 3, 2005. DOI: 10.18225/ci.inf.v33i3.1028. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1028>. Acesso em: 9 out. 2022.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: Editora da UFBA, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/malgaldi/GEO_ECONOMICA_2019/Carlos%20Brandao%20paper42.pdf Acesso em: 29 ago. 2022.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito et al. Conceito de comunicação pública. *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*, v. 2, p. 01-33, 2007.

BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus*, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

Leia mais: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/estatuto-da-cidade>/CARNIELLO, M. F.; DOS SANTOS, M. J. Comunicação para o desenvolvimento territorial: análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Redes*, v. 26, n.15, p. 1-19, jan. 2021.

CARNIELLO, M. F. Dimensões da comunicação para o desenvolvimento: modelo analítico.. In: GARCÍA-CORREDOR, C.P.; CARNIELLO, M.F.; BELTRAMELLI, F. . **Comunicación, tecnología y desarrollo**: aportes epistémico-teóricos metodológicos en la investigación y las agendas de latinoamérica. Taubaté: EdUnitau, 2022. Disponível em: <https://editora.unitau.br/index.php/unitau/catalog/book/62> Acesso em: 02 jun. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DALLABRIDA, Valdir R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan-abr/2022.

DALLABRIDA, Valdir R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020.

D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade : a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, set. 2017. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11050>>. Acesso em: 28 ago. 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v10i3.11050>.

FIGUEIRAS, R. Estudos em mediatização: causalidades, centralidades, interdisciplinaridades. *Matrizes*, v.11, n. 1, p. 101-126, jan./abr. 2017.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/135006291/FLORES-M-a-Identidade-Cultural>. Acesso em: 3 jun. 2017.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GHORRA-GOBIN, C. Villes e communication interculturelle. *Geographie et Cultures*. N.26. Paris, 1998.

GUMUCIO-DRAGON, A. Comunicación para el cambio social: Clave del desarrollo participativo. *Signo y Pensamiento*, v. 30, n. 58, p. 26-39, 2011.

HAESBAERT, Rogério. O território: de categoria de análise à categoria da prática num olhar latino-americano e integrador. In: DENARDIN, Valdir. Frigo.; ALVEZ, A. R. **Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos**. Londrina: Editora Mecenaz, 2019. p. 51-60.

HALLIN, D. C. E MANCINI P. **Comparing Media Systems**. Three Models of Media and Politics. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2004.

HJARVARD, STIG. **The mediatization of culture and society**. Londres: Routledge, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino; GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 7, n. 1, maio 2005. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136>. Acesso em: 04 out. 2022.

LIVINGSTONE, S. On the mediation of everything: ICA Presidential Address 2008. **Journal of Communication**, Oxford, v. 59, n. 1, p. 1-18, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.01401.x>

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale: verso la coscienza di luogo**. Turim: Bollati Boringhieri, 2010.

MARQUES DE MELO, José. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes, 1998.

MATOS, Heloiza. A Comunicação Pública no Brasil e na França: desafios conceituais. In: **Congresso brasileiro de ciências da comunicação**. 2009. Disponível em: <http://www.inter-com.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3060-1.pdf> Acesso em: 24 ago. 2021.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 13 jun. 2005.

PERLES, João Batista. Comunicação: conceitos, fundamentos e história. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*, p. 1-17, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SERVAES, Jan. **Communication for Development and Social Change**. New Delhi: SAGE, 2007

ZÉMOR, Pierre. As formas de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 214-245.

Valdir Roque Dallabrida GOVERNANÇA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança CODE 2011, IPEA. <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>

CONCEITOS, ENSINO E PRÁTICA SOBRE INDÚSTRIAS CRIATIVAS: OPINIÃO DE MESTRES PROFISSIONAIS SOBRE JORNALISMO EMPREENDEDOR

Edson Capoano²⁹

Maria Elisabete Antonioli^{30 31}

Jonas Gonçalves

Daniela Ribeiro

Elly M. Bueno

Raul Galhardi

Introdução

A internet e as mídias sociais afetaram tanto a maneira pela qual o público consome notícias quanto a forma de obtenção de receitas pelas organizações de mídia, reduzindo o subsídio da publicidade e obrigando os veículos tradicionais da imprensa a buscar novas formas de transmitir seus conteúdos e financiar suas atividades. As ofertas digitais adaptaram as atitudes e as expectativas de ofertas de usuários no mundo digital em termos de usabilidade, preços e grau de interatividade (Grubenmann, 2016). A internet permite ter acesso a notícias de qualidade de graça, gerando uma mudança da relação entre o público e os serviços jornalísticos. O investimento provindo dos anunciantes persiste, embora tenha sido movido dos veículos impressos para os online. Entretanto, embora os *publishers* se beneficiem de tal deslocamento, competidores poderosos como Google e Facebook ficam com as maiores verbas.

Ao se moverem em direção ao espaço ocupado por seus titulares, os veículos jornalísticos nativos digitais passam a dividir não apenas os consumidores dos meios tradicionais, mas também os anunciantes, que certamente terão mais vantagem competitiva ao anunciar em ambientes com baixo custo e mais efetividade. Mediante esse cenário, é necessário enxergar oportunidades de adaptação aos novos modelos de negócios nas organizações jornalísticas, onde muitas iniciativas independentes da mídia tradicional tentam ocupar seu espaço no mercado. Assim, a ideia do jornalismo empreendedor (J.E.) vem ganhando força.

A proximidade que a Escola Superior de Propaganda e Marketing possui com o mercado de trabalho e a própria criação e desenvolvimento do Bacharelado em Jornalismo, que em 2021 completou 10 anos, motivaram o desenvolvimento de um projeto para a criação de um curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado profissional).

²⁹ Edson Capoano é doutor em Ciências/Comunicação e Cultura pelo PROLAM-USP. É investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade-CECS, da Universidade do Minho.

³⁰ Maria Elisabete Antonioli é doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo, com pós-doutorado na mesma Universidade. É coordenadora e professora do bacharelado de Jornalismo da ESPM-SP.

³¹ Jornalistas, Mestres formados pelo MPPJM, da Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM/SP.

Nessa perspectiva, a criação do Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado teve como escopo um curso voltado às práticas jornalísticas, ao mercado e aos novos modelos de negócio. O Mestrado iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2016 e, a partir de 2019, não foi mais oferecido, sendo que o último grupo de alunos defendeu as dissertações no ano de 2020. Ao todo foram defendidas vinte e nove dissertações.

O MPPJM foi composto por professores que já atuavam no curso de graduação em Jornalismo da instituição, mas, com o passar do tempo, novos docentes foram incluídos, tendo em vista algumas movimentações ocorridas. As disciplinas do curso foram divididas em aderência às duas linhas de pesquisa que estavam vinculadas à área de concentração denominada: Produção Jornalística e Mercado. A área compreendia as produções jornalísticas e os perfis de empreendimentos e de profissionais demandados pelo cenário comunicacional. Tanto as questões voltadas às produções jornalísticas, assim como, os empreendimentos e profissionais eram discutidos à luz de conceitos e aplicadas aos processos inovadores em jornalismo e às mudanças estruturais na produção e no mercado de trabalho. Para dar conta dos conteúdos previstos nessa área, duas linhas de pesquisa foram construídas. A primeira, Lógicas e Modelos de Gestão em Jornalismo – linha 1, com o objetivo de estudar e analisar as alterações no mercado, como novos modelos de negócios em jornalismo, tendo em vista a emergência de empreendimentos sustentáveis economicamente. Tinha o objetivo, também, de pesquisar as novas atribuições e atuações do profissional no cenário jornalístico em constante mutação. Já a segunda linha, Produção de Conteúdo – linha 2, era voltada à produção de conteúdos inovadores em jornalismo, alinhados ao cenário midiático e comunicacional contemporâneo. Ainda, compreendia a análise de métodos e práticas para a elaboração de produtos, considerando o complexo ecossistema informacional.

Por isso, este trabalho busca refletir sobre os conceitos que circulam o conceito de Indústrias Criativas, através de pesquisa com o corpo discente do então Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado (MPPJM) da ESPM-SP.

Referencial teórico

O conceito de Economia Criativa tem registro desde 2001, data do livro “The creative economy. How people make money from ideas”, de John Howkins. A Universidade de Harvard lançou no mesmo ano “Creative industries”, de Richard Caves e, no ano seguinte, “The rise of the creative class”, de Richard Florida.

O resultado da cultura da inovação criativa e do empreendedorismo aplicados nas Indústrias Criativas é o ambiente da Economia Criativa que representa de 8% a 10% do PIB mundial, totalizando cerca de US\$ 8 trilhões. No Brasil, gera 2.84% do PIB nacional e é responsável por 8.54% dos empregos formais do país. A renda salarial média gerada é 44% superior à média de remuneração dos outros setores da economia brasi-

leiros. Estudos afirmam que cada emprego da Indústria Criativa gera outros quatro empregos. A questão está na potencialidade desse mercado. Ícones das tecnologias de informação e comunicação mostram tendências para novos modelos de negócio e como se capacitaram para tal. O valor cultural e o valor econômico estão interligados na IC.

A Austrália foi o primeiro país a debater e aplicar os conceitos de Economia e Indústrias Criativas. Em 1994, o governo australiano promoveu o conceito de *Creative Nation*, visando desenvolver uma política pública que valorizasse produtos culturais e apoiasse processos criativos. Nos anos seguintes, o conceito foi aplicado no Reino Unido, sendo uma das principais bandeiras desenvolvimentistas do Partido Trabalhista do então candidato Tony Blair. Finalmente, em 2002, o Simpósio Internacional “*Economy, Creativity and Consumption Symposium*”, em Brisbane, estudiosos de centros como o Creative Industries Faculty (QUT), da London School of Economics, do Massachusetts Institute of Technology e da New York University, solidificaram os conceitos de Economia e Indústrias Criativas, afirmando as mudanças positivas nas sociedades que se dedicassem a uma agenda de implementação destes conceitos.

No Brasil, o conceito de Indústria e Economia Criativa é debatido largamente a partir da IX Conferência da UNCTAD, em São Paulo, em 1994. O objetivo era discutir Indústrias Criativas em países em desenvolvimento. Não à toa, o tema foi inserido na pauta de outras agências da ONU, como na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), da Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (SU/SSC) e, mais recentemente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Hoje, agências nacionais como o Sebrae e o MinC adotam os conceitos de Economia Criativa como essenciais para o desenvolvimento de negócios e aprovação de projetos culturais. Outra referência na área foi publicada por Oxford em 2005, com o livro “*Creative Industries*”, de John Hartley, reunindo diversos aspectos pertinentes da área.

Há muitas definições para o conceito de Indústria Criativa. Podemos considerar que todos os empreendimentos que tenham como atividade fim produzir bens intelectuais estão dentro desse escopo, sejam produtos materiais ou imateriais.

Atividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual [...] as indústrias criativas têm por base indivíduos com capacidades criativas e artísticas, em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais (ou intelectuais). (DCMS, 2001, p. 5)

As empresas jornalísticas têm tudo para se enquadrarem no melhor que há das Indústrias Criativas e, com isso, aproveitarem a crise para mudar seus paradigmas. Para isso, tais indústrias contam com estratégias de empreendedorismo e inovação. Hoje em dia, a digitalização dos processos jornalísticos gera interatividade e colaboração, fazendo da prática jornalística ainda mais coerente com o conceito de IC:

A idéia de indústrias criativas busca descrever a convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com as indústrias culturais (escala de massa), no contexto de novas tecnologias midiáticas (TIs) e no escopo de uma nova economia do conhecimento, tendo em vista seu uso por parte de novos consumidores-cidadãos interativos. (Hartley, 2005, p. 5)

Há definições de IC que aproximam ainda mais o jornalismo do conceito, já que destacam a produção e distribuição de conteúdo como requisito.

As atividades das indústrias criativas podem ser localizadas em um continuum que vai desde aquelas atividades totalmente dependentes do ato de levar o conteúdo à audiência (a maior parte das apresentações ao vivo e exibições, incluindo festivais) que tendem a ser trabalho-intensivas e, em geral, subsidiadas, até aquelas atividades informacionais orientadas mais comercialmente, baseadas na reprodução de conteúdo original e sua transmissão a audiências (em geral distantes) (publicação, música gravada, filme, broadcasting, nova mídia). (Cornford; Charles, 2001, p. 17)

O fenômeno do *infotainment*, que identifica a mistura de competências da indústria cultural com a informativa, também desemboca no que se entende como IC hoje:

As indústrias criativas são formadas a partir da convergência entre as indústrias de mídia e informação e o setor cultural e das artes, tornando-se uma importante (e contestada) arena de desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento [...] operando em importantes dimensões contemporâneas da produção e do consumo cultural [...] o setor das indústrias criativas apresenta uma grande variedade de atividades que, no entanto, possuem seu núcleo na criatividade. (Jeffcutt, 2000, p. 123-124)

A definição de Indústria Criativa também se refere a gerar empresas consonantes com as demandas de mercado, que se adaptem às mudanças tecnológicas e se desenvolvam seu empreendedorismo com inovação criativa. Por isso, entende-se necessário mencionar os dois conceitos anteriores.

Já o conceito de empreendedorismo deriva do latim *Imprehendere* e significa “empresa laboriosa e difícil” ou “pôr em execução”. Por sua vez, “empreendedor” vem da origem francesa *entrepreneur* e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo. Na língua portuguesa, empreendedorismo é traduzido como capacidade de projetar novos negócios ou de idealizar transformações inovadoras ou arriscadas em companhias ou empresas. Segundo Schumpeter (1942, in 1961), o empreendedor é a figura associada ao desenvolvimento econômico. É o agente que inova, que cria novos métodos de produção e novos mercados. Empreendedorismo, portanto, é um processo de destruição criativa, onde um produto ou algum método de produção existente podem ser totalmente destruídos e substituídos por outros produtos ou métodos novos. No Brasil, a prática do empreendedorismo ficou mais evidente ao final da década de 1980 e início da década de 1990. Com a abertura econômica e a entrada de produtos estrangeiros no país, as empresas brasileiras foram obrigadas a se adequar ao mercado a fim de tornar os seus produtos mais competitivos (Barros; Goldenstein, 1997).

Quanto ao empreendedorismo voltado para o jornalismo, o mesmo é fortemente associado ao trabalho *freelance*, que no dicionário da língua portuguesa significa “executar serviços profissionais por conta própria e sem vínculo empregatício”. Essa tendência ocorreu principalmente devido ao boom da internet ocorrido na década de 90, quando o modelo de negócios deste segmento foi completamente alterado. “A revolução das notícias é uma enorme mudança - saltamos de um ponto de escassez para um ponto de acesso quase universal e em grande medida gratuito” (Doctor, 2010, p. 32).

Deak e Foletto (2013) observaram a ascensão, em decorrência do advento da internet e do jornalismo digital, de novos perfis profissionais na área jornalística, entre os quais é destacado o jornalista empreendedor. A simplicidade e o baixo custo para se criar um veículo online foram constatados como principais atrativos para os jornalistas que optaram por “testar novos caminhos em vez de tentar construir carreiras dentro das empresas jornalísticas tradicionais” (Deak; Foletto, 2013, p. 24).

Carbasse (2015) identificou o exercício simultâneo dos papéis historicamente dissociados de “jornalista” (responsável pela coleta e difusão da informação) e de “empreendedor” (que atua sob o imperativo da busca de financiamento). Ao situar o “jornalismo empreendedor [*entrepreneurial journalism*] no âmbito de transformações das condições de trabalho dos jornalistas e da literatura voltada à categoria do jornalismo empreendedor” (2015, pp. 265-266), Carbasse enfatiza a proximidade existente entre as duas áreas (jornalismo e empreendedorismo), ainda que esta condição não seja suficiente para definir com precisão o conceito de jornalista empreendedor. Defende, no entanto, uma distinção entre as práticas do “jornalista empreendedor” e as do “jornalista *freelancer*”: (...) “o jornalista empreendedor não produz seus conteúdos para vendê-los a um terceiro para difusão, mas para ele mesmo divulgá-los e valorizá-los. Assim, ao contrário do trabalho *freelance*, as lógicas que guiam sua ação são, ao mesmo tempo, as do jornalista e a do empresário da mídia” (idem, p. 271).

De fato, o empreendedorismo é cogitado por jornalistas como alternativa para sobreviver em um contexto marcado por mudanças significativas no mundo do trabalho que, a rigor, induzem os jornalistas a buscar uma adaptação a tempos de convergência tecnológica, reestruturações produtivas e outras transformações geradoras de instabilidade (de Oliveira; Grohmann, 2016). Esse processo se baseia em uma narrativa que naturaliza a crescente exigência por uma “flexibilização” observada na contemporaneidade:

“Fazer sucesso é ter as competências ajustadas ao ‘novo espírito do capitalismo’ (Boltanski; Chiapello, 2009) em que a flexibilidade é um imperativo, ao lado do “espírito aventureiro”. Nesse zeitgeist, a noção de “carreira”, enquanto algo fixo e estável, se esvai, dando lugar a conceitos como “projetos”, “jobs”, “home-office” e “frilas” (de Oliveira; Grohmann, 2016, p. 125)

Em um cenário de reconfiguração da mídia com dificuldades, há o ensejo para a geração de novos espaços e formas de produção e distribuição de conteúdo noticioso. É nesse momento que empreender se configura em um caminho natural.

Nessas novas possibilidades - que incluem blogs, revistas online, sites de notícias, agências de conteúdo, profissionais freelancer – é possível perceber inovações narrativas e também a busca importante por novas formas de financiamento no jornalismo, através de negócios que sejam economicamente sustentáveis: (...) “Esse contexto de mudanças profundas se torna também um cenário propício para o empreendedorismo no jornalismo. Com as redações no curso de grandes mudanças, os profissionais passam por momentos de fragilidade que podem se tornar o primeiro passo para desenvolver produtos e oferecer serviços de forma independente, ou em pequenos coletivos. (Pozzobon, 2015, p. 11-13)

O fenômeno do empreendedorismo jornalístico, considerado recente, tem como principal prerrogativa a busca, por parte dos jornalistas, de novos formatos de produção de conteúdo e de negócios fora das redações.

Esses profissionais criam espaços de inovação, que por vezes é narrativa, por vezes é de formato, em alguns casos de segmentação e em outros de inovação em serviços prestados. Esse movimento profissional gera novas possibilidades para o que é produzido, mas também para quem produz e que busca mais liberdade ou até características de vida diferentes das obtidas por profissionais que trabalham nas grandes redações. (Pozzobon, 2015, p. 13)

As iniciativas empreendedoras teriam sido “escape e reação” (Almeida, 2018, p. 23) a um cenário adverso para o mercado jornalístico em razão da crise do modelo tradicional de negócio, ancorado principalmente na venda de publicidade, e da precarização das estruturas de trabalho nas redações por meio de sucessivas demissões em massa. Por outro lado, parece ter havido incremento de atividades transmidiáticas no Brasil a partir de 2010, uma “aceleração no surgimento de projetos de produção de conteúdo jornalístico independentes dos veículos tradicionais, não só como novas possibilidades de emprego, mas também como formas de escape e resistência ao ambiente hegemônico da imprensa tradicional para o tratamento de vários temas” (Almeida, 2018, p. 23).

A busca por um novo modelo de atuação no jornalismo representa um esforço no sentido de alterar a cultura de trabalho no meio, tornando-a mais adequada do empreendedorismo (Bittencourt, 2018). Destacam-se nesse contexto sites nativos digitais que representam esse ciclo empreendedor do jornalismo brasileiro, cuja instabilidade do mercado de trabalho fora fator decisivo para a ocorrência de mudanças no cenário.

Vários fatores da crise contribuem para esse movimento por parte dos jornalistas que deixam veículos tradicionais para empreender em novos negócios. Entendemos que esse movimento é reflexo da crise que tem levado muitos profissionais a reverem seus papéis nas redações, forçados por situações de demissão ou por entenderem que a profissão requer a reconfiguração de suas práticas. (Bittencourt, 2018, p. 79)

No entendimento de Waltz,

diversos sintomas manifestam a emergência do discurso empreendedor no campo do jornalismo nesta segunda década do século XXI. Exemplos são o crescente emprego de mão de obra freelancer; o fortalecimento de coletivos de jornalistas, que atuam de modo descentralizado, colaborativo e autônomo; e a progressiva proeminência dos startups no campo da produção jornalística. (2019, p. 16)

Além de Waltz (2019, p. 120), Deuze e Witschge (2017) apontam ainda a defesa de um foco excessivo do olhar acadêmico sobre a redação tradicional, o que levaria necessariamente a uma conclusão de crise do jornalismo, em que pese o surgimento recente de uma perspectiva mais promissora, onde as tecnologias digitais, aliadas a reorganizações produtivas na forma de redes, proporcionam um terreno fértil para o ideário empreendedor entre os jornalistas. “Essa mudança de foco, que na visão dos autores

acontece tanto no campo do jornalismo quanto no da produção acadêmica e na formação educacional dos profissionais, obrigaria hoje os jornalistas a assumir o empreendedorismo como elemento central da sua identidade (Deuze; Witschge, 2017, apud Waltz, 2019).

Metodologia

O MPPJM foi composto por professores que já atuavam no curso de graduação em Jornalismo da instituição, mas, com o passar do tempo, novos docentes foram incluídos, tendo em vista algumas movimentações ocorridas. As disciplinas do curso foram divididas em aderência às duas linhas de pesquisa que estavam vinculadas à área de concentração denominada: *Produção Jornalística e Mercado*. A área compreendia as produções jornalísticas e os perfis de empreendimentos e de profissionais demandados pelo cenário comunicacional. Tanto as questões voltadas às produções jornalísticas, assim como, os empreendimentos e profissionais eram discutidos à luz de conceitos e aplicadas aos processos inovadores em jornalismo e às mudanças estruturais na produção e no mercado de trabalho. Para dar conta dos conteúdos previstos nessa área, duas linhas de pesquisa foram construídas. A primeira, *Lógicas e Modelos de Gestão em Jornalismo* – linha 1, com o objetivo de estudar e analisar as alterações no mercado, como novos modelos de negócios em jornalismo, tendo em vista a emergência de empreendimentos sustentáveis economicamente. Tinha o objetivo, também, de pesquisar às novas atribuições e atuações do profissional no cenário jornalístico em constante mutação. Já a segunda linha, *Produção de Conteúdo* – linha 2, era voltada à produção de conteúdos inovadores em jornalismo, alinhados ao cenário midiático e comunicacional contemporâneo. Ainda, compreendia a análise de métodos e práticas para a elaboração de produtos, considerando o complexo ecossistema informacional.

Para a composição deste artigo, utilizou-se uma metodologia mista, entre a qualitativa - através de questionário semi-estruturado e com questões abertas - e fechado, em escala Likert, e os estudos de caso. No caso deste artigo, o estudo de caso foram as dissertações do MPPJM, coletadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da ESPM (TEDE). A busca identificou 29 dissertações referentes ao período de 2018 a 2020, que foram baixadas e tabuladas segundo seus títulos, resumos e palavras-chave, a fim de se encontrar seus objetivos principais, intermediários e residuais. Assim, descobriu-se que os termos de J.E. mais utilizados nas 29 dissertações foram digital, produção de conteúdo, empresas, negócios, mercado, notícias, audiência e financiamento, modelos de negócio e empreendedorismo. Com o mesmo método, estudos de caso relatados no Mapa da Pública do Jornalismo Independente foram analisados segundo conceitos anteriormente apresentados. A seguir, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, que combinou perguntas abertas e fechadas, de forma que o interlocutor tenha a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (Boni; Quaresma, 2005). O método foi o escolhido para

este trabalho para direcionar o tema das conversações, ainda que haja liberdade para os entrevistados terem liberdade em suas respostas, enriquecendo a amostra.

Resultados

Tabela 1.

Termos/conceitos de Jornalismo Empreendedor	Frequência e quantidade nas dissertações
Digital, produção de conteúdo e inovação	Alta frequência (entre 20 e 29 menções)
Empresas, negócios, mercado, notícias, audiência e financiamento	Média frequência (entre 10 e 19 menções)
Modelos de negócio e empreendedorismo	Baixa frequência (entre 1 e 9 menções)

Conceitos que compõem o termo “jornalismo empreendedor” x quantidade das menções nas dissertações do MPPJM. Fonte: autoria própria

Inspirado nesses dados iniciais, fez-se então um questionário, aplicado entre 1 a 20 de novembro de 2021 via Google Docs, com 15 perguntas, idealizado em três blocos: 1. dados pessoais e profissionais (idade, área de atuação, ocupação atual, egresso de qual linha de pesquisa do MPPJM); 2. percepção da importância dos tópicos que compõem os conceitos sobre jornalismo empreendedor contidos das dissertações, mas em escala individual; e 3. percepção da importância dos tópicos que compõem os conceitos sobre jornalismo empreendedor -provindos da literatura especializada - no mercado em que atuam.

O questionário alcançou 17 respondentes dos 29 possíveis (58% dos *alumni*), e registrou que a faixa etária da amostra varia entre 28 e 55 anos; que 47% trabalha em comunicação e mídia em geral, 41% especificamente em jornalismo e 11,8% em outras áreas; que 94% está empregado até o momento da resposta do inquirido; e que 58% dos respondentes pertenciam à linha 1 do MPPJM (“Lógicas e Modelos de Gestão em Jornalismo”), enquanto os demais 41%, a linha 2 (“Produção de Conteúdo”).

Já na seção de perguntas abertas semi-estruturadas (questões 5, 6 e 7), buscou-se coletar respostas sobre as dissertações realizadas no âmbito do Mestrado. Para a elaboração das perguntas, utilizou-se a média geral da quantidade de termos relacionados a jornalismo empreendedor das próprias dissertações para gerar afirmações sobre seu alto, médio ou baixo uso (tabela 2). A partir disso, indagou-se aos autores se a quantidade de menções identificadas nos trabalhos, coletivamente, foi a mesma utilizada nas dissertações individualmente, pedindo-se que se justificasse os motivos da resposta. Basicamente, os inquiridos responderam com os termos alto, médio e baixo, e justificaram segundo seus temas de trabalho.

Por isso, além da apresentação de algumas das respostas por extenso (abaixo do gráfico), optou-se por contabilizar as respostas segundo os mesmos termos:

Tabela 2.

Questão “Na média, algum desses conceitos e/ ou conteúdos sobre os seguintes temas (termos à esquerda) foi de ALTO, MÉDIO OU BAIXO interesse em sua dissertação de mestrado? ”	Respostas
Q.5: “digital, produção, conteúdo e inovação” (agrupamento de temas com alta incidência nas dissertações)	13 respostas “ALTO” 3 respostas “MÉDIO” 0 resposta “BAIXO” 1 resposta “todas anteriores e/ou combinações entre alto, médio e baixo”
Q. 6: “empresas, negócios, mercado, notícias, audiência e financiamento” (agrupamento de temas com média incidência nas dissertações)	11 respostas “ALTO” 1 respostas “MÉDIO” 1 resposta “BAIXO” 4 resposta “todas anteriores e/ou combinações entre alto, médio e baixo”
Q.7: “modelos de negócio e empreendedorismo” (agrupamento de temas com baixa incidência nas dissertações)	10 respostas “ALTO” 3 respostas “MÉDIO” 3 resposta “BAIXO” 1 resposta “todas anteriores e/ou combinações entre alto, médio e baixo”

À esquerda, termos de jornalismo empreendedor de alta, média e baixa incidência encontradas nas dissertações do MPPJM; à direita, quantidade de respostas sobre interesse nos tópicos de pesquisa, segundo objetivos dos então estudantes. Fonte: autoria própria

O meu tema foi sobre A Atuação do Jornalista empreendedor na área musical, portanto a questão do digital é de extrema importância (ALTO) para o segmento na atualidade, bem como em sua evolução. Já estudar inovação foi essencial, portanto ALTO, para tratar dos modelos de negócios. (resposta à questão 5, 2021)
Inovação foi alto impacto, pois uma das dimensões de análise de minha dissertação foi entender como esse âmbito pode ser potencializado nas organizações jornalísticas mediante operações de M&A. (resposta à questão 5, 2021)
Alto. Inovação foi a base da minha pesquisa. Contexto digital permeou tudo. (resposta à questão 5, 2021)

Os conceitos empresas, mercado e audiência foram de médio interesse e acho que isso deve-se ao fato de serem conceitos menos abrangentes e mais específicos em relação ao objeto estudado. Enquanto que os conceitos notícias, negócios e financiamento foram de alto interesse. A importância desses dois últimos conceitos em meu trabalho deve-se ao fato de que “notícias”; foi sendo abordado desde o formato analógico até chegar nos conceitos voltados para o formato digital. Foi uma forma de compreender a mudança ocorrida ao longo do tempo. O conceito “negócio e financiamento”; estavam interligados e foram conceitos abrangentes e presentes no objetivo geral da dissertação no sentido de estudar modelos de financiamento do jornalismo. (resposta à questão 6, 2021)

BAIXO. Minha pesquisa não se relacionava com esses conceitos. (resposta à questão 7, 2021)

O conceito Modelo de negócios foi de alto interesse e fez parte do objetivo específico de minha pesquisa, no sentido de estudar modelo de negócios no jornalismo. Já o empreendedorismo não constou em meu trabalho e acredito que seja pelo fato do conceito não ter sido muito abordado em nenhuma disciplina durante as aulas teóricas do mestrado. (resposta à questão 7, 2021)

Já em uma segunda seção do inquérito (“Sobre conceitos de Jornalismo Empreendedor e percepção do mercado atual”), buscou-se medir a percepção dos mestres formados no MPPJM sobre como os termos que compõem o conceito de jornalismo empreendedor são valorizados no mercado jornalístico e de comunicação no geral. Para isso, foram feitas as questões 8 a 15, referentes à importância de tais temas no mercado onde atuam os respondentes, onde foi utilizada a coleta de termos e tópicos que se referiam a “jornalismo empreendedor” segundo o referencial teórico anteriormente apresentado neste artigo, a partir dos resumos, palavras-chave, introdução e considerações finais/conclusões da bibliografia consultada. Com isso, foram desenvolvidas questões com o modelo fixo “Qual grau de importância atribui ao conceito/conteúdo sobre (termo) para o sucesso no mercado jornalístico atual?” e cujas respostas deveriam ser dadas em escala Likert, entre 1. nada importante, 2. pouco importante, 3. relativamente importante, 4. bem importante e 5. muito importante.

Dessa forma, esperou-se compreender como os componentes do jornalismo empreendedor são avaliados pelos profissionais. Tem-se, portanto, como principais resultados de cada questão os seguintes dados:

Tabela 4.

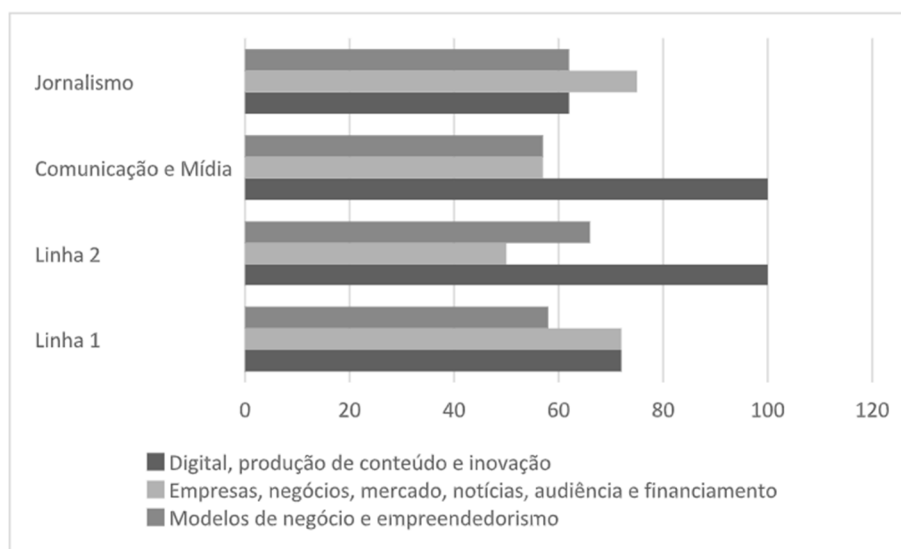
Qual grau de importância atribui ao conceito/conteúdo sobre (termos à esquerda) para o sucesso no mercado jornalístico atual?	Maiores percentagens de respostas
Digital	Muito importante para 73.3% dos respondentes
Empreendedorismo	Muito importante para 46.7% dos respondentes
Produção	Muito importante para 66.7% dos respondentes
Inovação	Muito importante para 86.7% dos respondentes
Mercado	Muito importante para 46.7% dos respondentes
Negócios	Muito importante para 46.7% dos respondentes
Financiamento	Muito importante para 53.3%
Consumo	Muito importante para 60.7% dos respondentes

Maiores percentagens para a questão foram atribuídas a “digital” e “inovação”.

Fonte: Autoria própria

No que se refere às questões sobre importância dos tópicos de J.E. no mercado de trabalho, quando cruzadas com as áreas de atuação dos respondentes, têm-se os seguintes resultados:

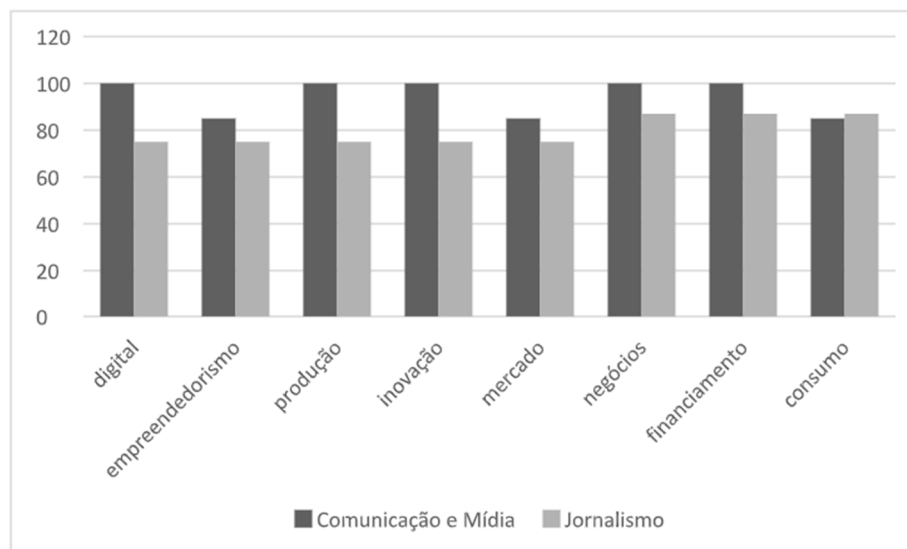
Gráfico 1.



Relação entre interesse sobre termos que compõem o conceito de Jornalismo Empreendedor encontrados nas dissertações versus as áreas de atuação e as linhas de pesquisa dos respondentes. Fonte: autoria própria

No que se refere às questões sobre importância dos tópicos de J.E. no mercado de trabalho, quando cruzadas com as áreas de atuação dos respondentes, têm-se os seguintes resultados (gráfico 2 e tabelas a seguir):

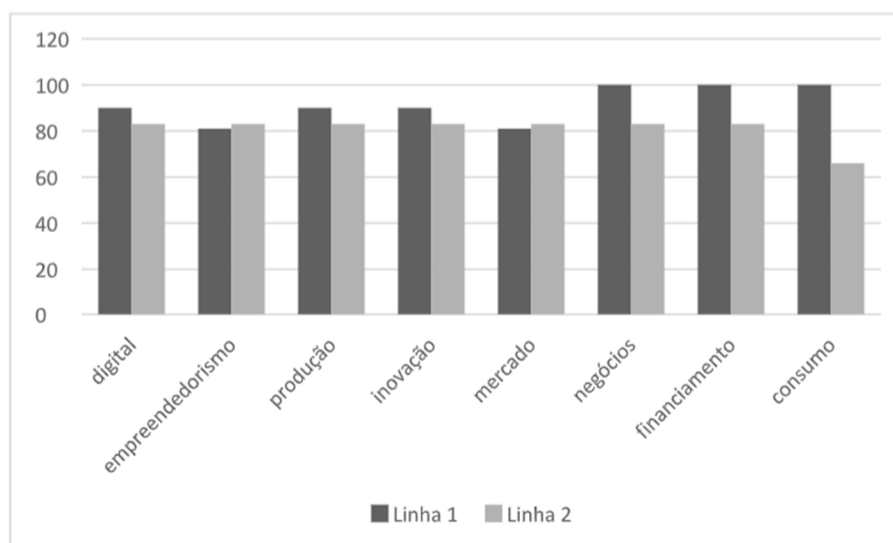
Gráfico 2.



Comparativo das percentagens de respostas “bem importante” e “muito importante” sobre os tópicos de J.E. no mercado de trabalho versus as áreas de atuação dos respondentes. Fonte: autoria própria

Já no que se refere às questões sobre importância dos tópicos de J.E. no mercado de trabalho, quando cruzadas com linhas de pesquisa, têm-se os seguintes resultados (gráfico 3 e tabelas a seguir):

Gráfico 3.



Comparativo das percentagens de respostas “bem importante” e “muito importante” sobre os tópicos de J.E. no mercado de trabalho, quando cruzadas com as linhas de pesquisa dos respondentes. Fonte: autoria própria

Considerações

Percebeu-se analisar a percepção do conceito de J.E. a profissionais de jornalismo e comunicação em geral, especificamente os que se formaram como mestres no MPPJM. Destes, também se esperou que avaliassem como o mercado de trabalho no qual estão inseridos avalia os tópicos que formam o conceito de J.E. Contudo, sabe-se que há limitações importantes, como a pequena amostra analisada, o que relativiza a análise numérica dos resultados; que os termos utilizados para percepção dos respondentes sobre suas dissertações são endógenos, já que foram retirados dos próprios trabalhos; e que os termos sobre J.E. utilizados para percepção do mercado de trabalho provêm de metodologia e referencial bibliográfico restritos. Ainda que com tais limitações, espera-se ter contribuído com o campo de jornalismo e, especificamente, com o tópico de jornalismo empreendedor e o ensino destes nas faculdades de jornalismo.

A análise dá conta de que as percepções sobre as dissertações são coerentes com as linhas de pesquisa 1 e 2 do MPPJM, graças aos tópicos de J.E. mencionados e avaliados pelos respondentes. Nesse sentido, observa-se a distinção entre as duas linhas: a primeira voltada a empreendimentos jornalísticos e a segunda voltada à produção de conteúdos inovadores para o ecossistema informacional complexo, ambas com forte apelo ao empreendedorismo e à inovação; uma percepção dos inquiridos de que o mercado de trabalho demanda mais por tópicos que compõem o conceito de J.E. que o trabalho das próprias dissertações; e que os termos empreendedorismo e modelos de negócio - dois tópicos essenciais para a composição do conceito de jornalismo empreendedor - foram escassamente utilizados nas dissertações. Nesse sentido, é possível admitir como hipótese que algumas dissertações não tenham discutido com profundidade esses conceitos; e que os profissionais atuantes no que se chamou de “Comunicação em geral” no inquérito estão mais atentos aos tópicos de J.E. que os profissionais que atuam em jornalismo.

Referências

Almeida, R. D. Q. *O ecossistema de jornalismo na cultura digital: startups, arranjos e coletivos empreendedores de produção de notícias*. (2018). Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296895653.pdf>;

APublica, Agência. *Mapa do Jornalismo Independente*. (2017). Acesso em 10/08/2017. Disponível em <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>.

Barros, J. R. M.; Goldenstein, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, (1997), 17(2), 11-31. Acesso em: 24/11/2021. Doi: 10.1590/0101-31571997-1034 . Disponível em: <https://centrodeeconomia-politica.org.br/repojs/index.php/journal/article/download/1165/1150>

Bittencourt, M. C. A. Jornalismo, inovação e empreendedorismo: questões sobre modelos de negócio em contexto de crise. *LÍBERO*, 21(41), (2018), 74-87. Doi: 201.33.98.90; Acesso em: 24/11/2021.

Boltanski; Chiapelo, ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*, (2009). Grubenmann, S. *Innovation in and from the newsroom*. Factors influencing innovation in legacy media (Doctoral dissertation, Universität St. Gallen) (2016).

Boni, V.; Quaresma, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, 2(1), (2005), 68-80. Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/18027/16976>

Carbasse, R. Tino para os negócios e bom jornalismo? A figura do jornalista empreendedor nos debates sobre o futuro da profissão. *Brazilian Journalism Research*, 11 (1), (2015), 262-283. Doi: 10.25200/BJR.v11n1.2015.591. Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/591/629>>

Cornford, J; Charles, D. Culture Cluster Mapping and Analysis: A D Report for One North East. *Centre for Urban and Regional Development Studies*, University of Newcastle, UK, 2001. Acesso em 04/09/2017. Disponível em <http://bit.ly/2x44rU2> .

DCMS, U. Creative industry mapping document 2001. *London, UK: Department for Culture, Media and Sport* (2001). Acesso em 20.07.2017. Disponível em <http://bit.ly/2yeM9PZ> .

de Oliveira, M. R.; Grohmann, R..O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. *LÍBERO*, (2016), (35).

Deak, A.; Foletto, L. Processos emergentes do jornalismo na internet brasileira: “novos jornalistas” na era da informação digital. *Revista de Estudos da Comunicação*, (2013), 14 (33). Doi: 10.7213/comunicacao.7650 Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/viewFile/22419/21>

Deuze, M.; Witschge, T. Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*. Thousand Oaks: Sage, v. 19, n. 2, pp. 165-181, (2017). Doi: 10.1177/1464884916688550. Waltz, I. *Startups Jornalísticas: inovações e continuidades no jornalismo brasileiro* (no prelo). (2019). Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php.

Doctor, K. *Newsonomics*: Twelve new trends that will shape the news you get. St. Martin, (2010).

Duarte, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em revista*, (2004), (24), 213-225. Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>

Grubenmann, S. *Innovation in and from the newsroom*. Factors influencing innovation in legacy media (Doctoral dissertation, Universität St. Gallen) (2016).

Hartley, John. *Creative industries*. Blackwell, (2005).

Howkins, John. *The creative economy*: How people make money from ideas. Penguin UK (2002).

Jeffcutt, Paul. Management and the creative industries. *Studies in cultures, organizations and societies* 6.2 (2000): 123-127. Doi: 10.1080/10245280008523543

Pozzobon, G. M. *As mudanças no mercado contemporâneo do jornalismo: o empreendedorismo na profissão*. (2015). Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1877/Pozzobon_Giulia_Micheli.pdf?sequence=1.

Schumpeter, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. 1942. Fundo de Cultura (1961). Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: <http://www.seccri.com.br/arquivos/1280972354.pdf>

Waltz, I. *Startups Jornalísticas: inovações e continuidades no jornalismo brasileiro* (no prelo). (2019). Acesso em: 24/11/2021. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php

APONTAMENTOS SOBRE AS INTERFACES ENTRE A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E O CONCEITO DE SOCIEDADE^{*32}

Rogério Rodrigues^{**}

Evandro Luiz Rodrigues^{***}

Lincoln Felipe Salomon Costa^{****}

RESUMO

O objetivo deste ensaio consiste em analisar as interfaces entre a questão do desenvolvimento e o conceito de sociedade. Neste sentido, ao expor o referido conceito de sociedade é algo que pode tornar possível demonstrarmos o modo como compreendemos a área multidisciplinar no interior do programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Em nosso trabalho de pesquisa, buscamos construir a delimitação temática de compreender as contradições da sociedade para investigar o processo formativo para além das demarcações específicas do campo escolar em que as dinâmicas do liberalismo (igualdade, liberdade e fraternidade) se apresentam como ponto central para a crítica da realidade social. A metodologia utilizada encontra-se no campo da teoria crítica, tomando como aporte teórico de partida referências da filosofia, psicologia e educação. A justificativa desse ensaio se apresenta na necessidade da compreensão do conceito de sociedade como algo que se apresenta como forma de expressão das referidas contradições perante a questão do desenvolvimento. Dessa forma, o estudo conceitual de sociedade será algo que busca romper com o senso comum hegemônico, pautado no modelo de adequação do sujeito a norma social. Concluímos que uma sociedade efetivamente democrática deveria realizar o esforço intelectual de ampliar a compreensão dos processos formativos como forma de promover efetivamente à igualdade, a liberdade, a fraternidade, enfim, a cidadania.

Palavras-chave: Pesquisa Multidisciplinar; Desenvolvimento; Sociedade; Processos Formativos.

Introdução – a compreensão do desenvolvimento e sociedade para além do senso comum

³² * Esse texto é decorrente da palestra realizada em 22 de julho de 2021, intitulada “Qual sociedade? ”, via sistema remoto (Canal <https://youtu.be/KQYsUsShVao>), em comemoração aos dez anos de funcionamento (2012 – 2022). Agradecimento à Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e ao do programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Agradecimento especial a Patrícia Aparecida Vigilato - Mediadora do Debate (Mestranda do PPG DtecS da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e Professora de História).

^{**} Mestre e Doutor em Educação (UNICAMP) e Professor Titular da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI. E-mail: rrunifei@hotmail.com

^{***} Mestre do PPG DtecS, da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Advogado da União da Advocacia-Geral da União. E-mail: evandroluizrodriguesevandro@gmail.com

^{****} Mestre do PPG DtecS, da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e Professor de História. E-mail: lincolnfelipesc@gmail.com

Em comemoração a dez anos de funcionamento (2012 – 2022) do programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, realizamos a palestra intitulada “Qual sociedade? ”, em 22 de julho de 2021. Nesse encontro realizamos uma mesa redonda com a finalidade de analisar o conceito de sociedade para além do senso comum, tendo como ponto de partida a crítica que se encontra no interior da modernidade, na ênfase ao indivíduo para compreender o sujeito na coletividade. Isso é algo que se estabelece em um corte metodológico no campo da pesquisa em nossos estudos para se compreender as desigualdades como elementos de ruptura ao conceito de sociedade. A partir dessa perspectiva de análise torna-se possível a ressignificação crítica do indivíduo que se impõe no liberalismo pautado nos princípios de igualdade, de liberdade e de fraternidade, portanto:

Os ideais da Revolução Francesa - igualdade, liberdade e fraternidade - palavras de ordem da burguesia em ascensão, tornaram-se, a partir do fim do século XVIII, extensões dos chamados direitos humanos. Estes, produzidos pelo capitalismo como um objeto natural tornaram-se, portanto, sinônimos de direitos inalienáveis da essência do homem. Tem-se, então, um determinado “rosto” para os direitos humanos desde a primeira grande declaração produzida no âmbito da luta realizada pela burguesia contra a aristocracia francesa, em 1789, até a mais recente, a de 1948, quando, após a Segunda Grande Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) em pleno período da chamada “guerra fria” (COIMBRA, 2021, p. 257-8).

Neste campo da hegemonia moderna, pautado no liberalismo, o que prevalece é a compreensão da autonomia individual e, primordialmente, a naturalização do sujeito perante às diferenças que se encontram na vida em coletividade na perspectiva do desenvolvimento econômico. Essa perspectiva do individualismo tem forte aproximação com a perspectiva de vencer por si mesmo, o que é o ponto central da igualdade social, em que a propriedade particular é a expressão desse sucesso. Esse modelo de pensamento de sociedade centrado no indivíduo prevalece como forma determinante na organização social, em que se encontra em direta oposição com a estrutura organizacional de coletividade como forma de relação do sujeito com o espaço público, mais propria-

mente, como os sujeitos representam para si a sociedade. Temos, deste modo, uma polaridade entre o particular individual e o coletivo público, que nos permite fazer o contraponto a partir da inspiração da crítica que se apresenta em Karl Marx (1983), em que se analisa criticamente o modelo econômico e social, no qual a produção é coletiva, mas a apropriação da riqueza produzida é particular.

O ponto de partida de Marx (1983), para essa análise, é o reconhecimento de que somos sujeitos inseridos numa estrutura de mundo já estabelecida e que possuímos um conjunto de determinantes que fundamentam a dinâmica da realidade social a partir do modo como se organiza a produção e o consumo. Portanto:

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1983, p. 24).

Esse modelo de análise da sociedade pelo viés marxista (1983) tem como base a compreensão da sociedade como algo que se encontra inserida no conjunto das contradições que se estabelecem entre a produção e as formas ideológicas de representação da realidade. No modelo econômico vigente de sociedade ocorre a produção coletiva e a apropriação da riqueza produzida de modo particular e para que isso possa ocorrer plenamente, sem conflito, busca-se anular as referidas contradições que se apresentam nas desigualdades sociais. Essa condição de anular o pensamento crítico define os referidos conceitos de representação do ideal liberal da burguesia (igualdade, liberdade e fraternidade).

Deste modo, compreender a sociedade trata-se de analisar criticamente, na modernidade, como tais princípios do liberalismo não se realizam na radicalidade. Os referidos princípios se encontram limitados pelo viés do acúmulo de riqueza, em termos de

acúmulo de capital, que determina o sujeito em termos de igualdade, liberdade e fraternidade. Isso, em última instância, vem colocar em evidência a falta de compreensão ou a alienar o sujeito perante às desigualdades sociais, principalmente, o surgimento da consciência cínica que se revela nos modos das diversas narrativas ou modos de dizer sobre a inclusão, numa sociedade em que estar incluso significa fazer parte de algo que tem a dinâmica de excluir o outro. Portanto, na hegemonia constituída no indivíduo de estar incluso na sociedade moderna burguesa significa ter a propriedade e, para tanto, significa anular o outro, ou seja, não ter propriedade como aquele que não faz parte da coletividade.

Para ampliarmos essa discussão, o texto a seguir se apresenta como recorte temático, em que cada um dos palestrantes convidados busca discutir “qual sociedade” para além do senso comum, ao colocar em evidência as contradições que se apresentam na dinâmica do real, em se tratando de igualdade, liberdade e fraternidade. Para tanto, o tema apresentado por Evandro Luiz Rodrigues coloca em evidência a dificuldade em se constituir a igualdade numa sociedade que se pauta na desigualdade como forma de organização social, principalmente, entre os brancos e negros. Lincoln Felipe Salomon Costa coloca em evidência que a liberdade é um complexo exercício no campo da democracia formal e, portanto, apresenta um conjunto de contradições que impedem a forma de governo de todos. Por último, Rogério Rodrigues conclui ao indicar que a fraternidade no campo dos processos formativos se apresenta como formalidade e que em última instância temos que lidar com a perda dos laços sociais no paradoxo da sociedade do indivíduo. Esperamos que o conjunto dos textos a seguir possam provocar o amplo debate sobre a questão do desenvolvimento para definir o conceito de sociedade e para a compreensão da dinâmica da realidade no interior de nossas pesquisas no programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Analisar a sociedade no campo da pesquisa pelo viés da desigualdade social: a isonomia entre cidadãos negros e brancos³³

³³ Essa parte do texto se refere à palestra de Evandro Luiz Rodrigues na mesa redonda realizada em 22 de julho de 2021, intitulada “Qual sociedade?”

A partir da pesquisa realizada na dissertação de mestrado, concluída em maio de 2021, intitulada “Desenvolvimento Social, Educação e Cotas Étnico-Raciais: Os embates entre os atores sociais e governamentais na audiência pública no Supremo Tribunal Federal (2010)” (RODRIGUES, 2021), construímos o presente tópico, partindo da noção de princípio da isonomia ou igualdade. Essa discussão tem por objetivo verificar as incongruências sociais no convívio entre negros e brancos, além de analisar como as relações podem ser mais simétricas, à luz das balizas democráticas que respaldam a nossa República. Para tanto, discorreremos sobre a igualdade, a influência da escravidão no Brasil e o racismo.

Fundamentos jurídico-sociais do princípio da igualdade

Os horrores proporcionados pela Segunda Grande Guerra fizeram com que a comunidade internacional apresentasse uma rede de proteção aos Direitos Humanos. Notou-se que era necessária a guarda dos direitos na esfera internacional e não apenas no âmbito de cada país. Nessa linha, a criação do Tribunal de Nuremberg (1945-1946) gerou a centelha da internacionalização dos direitos, e, ao mesmo tempo, demonstrou que é imperiosa a relativização da soberania nacional dos países (PIOVESAN, 2011).

Com efeito, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, de forma solene enuncia que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

A Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, da Assembleia das Nações Unidas, de 1968, em seus fundamentos deixa explícito que “a discriminação entre os homens por motivos de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo a relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado até dentro de um mesmo Estado.” (BRASIL, 1969). No Brasil, a Constituição de 1988, ferramenta essencial na passagem do regime autoritário para o democrático, em nome da garantia da dignidade das pessoas, configurou uma institucionalização dos lampejos humanitários internacionais. Por conseguinte, surgem os princípios constitucionais da prevalência dos direitos humanos e do repúdio ao racismo (PIOVESAN, 2011).

Ainda na seara constitucional, um dos objetivos fundamentais da República é construir uma sociedade livre, justa e solidária, além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988). A base central da igualdade reside na parte topográfica da Constituição que versa sobre os direitos e garantias fundamentais. Trata-se do dispositivo que marca com clareza que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 1988).

Observando as diretrizes da Constituição, significa dizer que a legislação está proibida de reconhecer tratamento vantajoso ou prejudicial às categorias de cidadãos com determinadas peculiaridades. Condutas legislativas em sentido diverso somente são admitidas quando há situação de se justificar, por meio de fundamentos racionais que liguem a diferença e o regime atribuído ao grupo (MELLO, 2005). Na categoria dos negros (pretos e pardos) do Brasil, salta aos olhos as suas dificuldades sociais e desvantagens de toda ordem, em relação aos brancos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os piores índices educacionais afetam de forma frontal os pretos e os pardos. Vejamos:

- a) **Analfabetismo alcança 10,3% dos idosos brancos e 27,5% dos pretos ou pardos;** Em 2018, cerca de 17,6% dos homens e 28,4% das mulheres não trabalham, nem estudavam ou se qualificavam. Entre as pessoas brancas 18,5% estavam nessa situação e entre as pessoas pretas ou pardas, 25,8%;
- b) **Percentual de pessoas que concluíram, no mínimo, o ensino médio cresceu de 46,2% para 47,4%:** Esse percentual foi maior entre brancos (55,8%) do que entre pretos ou pardos (40,3%); Em relação à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 76,5% para as pessoas brancas de 15 a 17 anos, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 64,9%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Importante estudo publicado em 2019, com base nos dados educacionais, investigou a mobilidade intergeracional no Brasil e suas ligações com a desigualdade. Os estudos foram realizados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD

2014). Quando se verificam os resultados referentes às escolaridades de pais e filhos, nas amostras entre negros, “[...] conclui-se que a probabilidade de um indivíduo que reportou ser negro “herdar” escolaridade zero do pai é consideravelmente maior (22,8%) do que a probabilidade análoga para brancos (10,6%), indicando uma persistência de baixa escolaridade mais elevada para negros” (MAHLMEISTER, Rodrigo et al, 2020, p. 166).

Nesse mesmo grupo pesquisado, ficou claro que “[...] a probabilidade de o filho de um pai com ensino superior completo também completar seus estudos universitários é de 62% se o indivíduo reportar ser negro, e de 73,7% para brancos” (MAHLMEISTER, Rodrigo et al, 2020, p. 166). É interessante notar que a pesquisa foi realizada por profissionais da área de economia, que conjugando dados qualitativos e quantitativos concluem que a disparidade nos níveis educacionais leva à desigualdade de renda.

As características do mercado de trabalho demonstram a segregação dos postos de trabalho, que refletem a forma assimétrica como as empresas contratam os trabalhadores, tendo como fundamento a cor da pele, a nacionalidade, o sexo ou o perfil profissional. Essa situação produz os guetos ocupacionais (RIBEIRO; SILVA ARAÚJO, 2016).

A situação dos trabalhadores negros no Brasil revela desvantagens históricas em comparação com os brancos. Os balanços estatísticos do IBGE (2018) refletem as desigualdades por cor ou raça:

OBJETO PESQUISADO	NEGROS	BRANCOS
Total da Força de trabalho	57,7 milhões	46,1 milhões
Rendimento médio mensal	R\$ 1.608,00	R\$ 2.796,00
Rendimento médio por hora	R\$ 10,01	R\$ 17,00
Cargos gerenciais	29,9%	68,6%
População desocupada	64,2%	34,6%
População subutilizada	66,1%	32,7%

As condições de vida mais favoráveis aos brancos, conforme detalhadas nos dados científicos acima, decorrem do fenômeno denominado branquitude, que é “[...] caracterizada pela sistematização de privilégios, no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo e que

se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. (SCHUCMAN, 2015, p.56). Na visão de Almeida (2019, p.75),

[...] a supremacia branca ou branquitude é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos (ALMEIDA, 2019, p. 75).

No intuito de manter seus privilégios e transferi-los sem resistências para as próximas gerações, os brancos impedem que seja feito um debate sério e profundo sobre as desigualdades raciais no Brasil. Impera um silêncio sepulcral, um verdadeiro pacto narcísico (BENTO, 2021). Concluído o panorama social e jurídico da questão sob enfoque, passaremos à sondagem sobre as raízes das desigualdades que assolam a população negra.

Raízes das desigualdades dos pretos e pardos: Um olhar sobre a escravidão e o racismo

Para se compreender a questão do racismo, nos fixaremos de forma básica, nas relações entre desenvolvimento e as consequências geradas pelo regime escravocrata no processo de inclusão social dos negros. As raízes são históricas, sendo certo que a formação da sociedade brasileira, em face da escravidão, reservou para os negros o pior retrato possível.

O tráfico de escravos foi a maior migração forçada por via marítima da história da humanidade. Na antiguidade, existia escravidão de pessoas brancas, como na Babilônia, no Império Romano e na China Imperial. Na América, pelo processo de escravidão extinguiram-se com os indígenas, primeiros habitantes, que foram substituídos pelos negros. Existiam crianças criadas em cativeiros para fins comerciais, como se fossem animais (GOMES, 2019).

A escravidão, que durou trezentos anos e tratava o negro como objeto, não pode ser estudada de forma isolada. Ela influenciou a formação das instituições brasileiras. Da família ao Estado, passando pela educação. Todos receberam de alguma forma a cultura da escravidão em seus princípios formadores:

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser

de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política, de justiça foi toda baseada na escravidão. [...] A influência cultural não se transmite, afinal, pelas nuvens nem pelo simples contato corporal. Os seres humanos são constituídos por influência das instituições. (SOUZA, 2019, pp. 41-42).

Escravizados, os cidadãos negros não eram sujeitos de direito. Eram coisas ou objetos. Indivíduos sem autonomia. Seres economicamente ativos, mas submetidos ao sistema escravista. Negros e escravos foram interpretados como sinônimos. O escravo é matéria inerte que deve ser formatada com violência, disciplina e trabalho (FONSECA, 2016).

Nunca foram considerados elementos históricos ou sociais. Com a chegada do Império Português, em 1808, a sociedade brasileira seria transformada, pois as bases estruturais do Estado mais modernizado, com suas burocracias e arraigado nos espíritos competitivos do capitalismo seriam enraizadas no Brasil. A cultura do racismo começa a se apresentar com outro viés (SOUZA, 2019).

Com a urbanização, jogados à própria sorte, após a abolição, negros foram estigmatizados e os efeitos deletérios de tudo isso são sentidos até hoje. Continuamos com Jessé Souza, que demonstra como foi essa relação dos negros libertos na sociedade:

Desse modo, a urbanização representou uma piora nas condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres da cidade. O nível de vida caiu, a comida ficou pior e a casa também. Seu abandono os tornou, então, perigosos, criminosos, maconheiros, capoeiras, etc. Uma lógica de convivência naturalizada com a desigualdade social que também veio para ficar. (SOUZA, 2019, p. 64).

As já pesadas dificuldades trazidas aos negros, com a chegada da família real e a cultura européia do Estado e do Mercado, seriam ainda mais agravadas, em 1880, com a “pseudo” libertação dos escravos. Nos primórdios do pensamento abolicionista, a partir de 1850 queriam acabar com o tráfico de escravos. Em 1871, a libertação seria a partir do nascimento dos escravos. No entanto, o verdadeiro sentido da abolição era “[...] apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão.” (NABUCO, 2003, p. 27).

Para Nabuco (2003), o abolicionismo serviria para a reconciliação das classes e fomentaria o sentimento de nacionalismo no povo. Ferramenta imprescindível para as reformas políticas que ajudariam no crescimento político e social do Brasil. “Os abolicionistas são todos aqueles que confiam num Brasil sem escravos; os que predizem os milagres do trabalho livre. [...] os que já sofrem a escravidão como uma vassalagem odiosa imposta por alguns, e no interesse de alguns, à nação toda” (NABUCO, 2003, p. 207).

Inseridos nessa realidade social e econômica, os negros eram enxergados como animais, com a valorização da força muscular e sujeitos à violência de toda ordem. Uma sorte melhor teve a mulher negra, considerando seus conhecimentos domésticos. Com as restrições das manifestações culturais, os negros carregam diversos estigmas:

[...] passaram a ser percebidas como expressão de tosco e do primitivo que a nova autoimagem cidadina europeizante procurava expurgar. [...] Outro fator que perdura até nossos dias é que o medo dos escravistas da “rebelião negra” se transforma e é substituído como negro “inimigo da ordem”. [...] Vem daí, portanto, o uso sistemático da polícia como forma de intimidação, repressão e humilhação dos setores mais pobres da população. [...] Como resultado do processo que o tornava desajustado estrutural nas novas condições sociais, o negro desenvolveu, reativamente, uma resposta que radicalizava a anomia e o não pertencimento social: o não pertencimento à família, à comunidade e ao trabalho. [...] e os negros anômicos e largados que saíram da escravidão física para a escravidão moral (SOUZA, 2019, pp. 83-84).

Essa parte da nossa história marcou as bases sociais das diferenças entre negros, brancos e “mestiços”. Sem políticas públicas para ajudá-los no começo da fase pós-abolição, o negro foi abandonado e esse quadro marcou suas vidas até os dias contemporâneos, dificultando seu deslanchar social. No papel, a escravidão se encerrou em 1888. Mas o problema permaneceu:

[...] O Brasil jamais se empenhou, de fato, em resolver “o problema do negro”. [...] Liberdade nunca significou, para os ex-escravos e seus descendentes, oportunidade de mobilidade social ou melhoria de vida. Nunca tiveram acesso a terras, bons empregos, moradias decentes, educação, assistência de saúde e outras

oportunidades disponíveis para os brancos. Nunca foram tratados como cidadãos. (GOMES, 2019, p. 31).

Passamos a tratar da problemática do racismo. O termo *raça*, de acordo com Munanga (2020), advém do italiano, “*razza*”, que se baseia no latim, “*ratio*”, que significa categoria ou espécie. Sua utilização mais usual era na classificação de animais e plantas. Entretanto, em 1684, o francês François Bernier utiliza a expressão para classificar grupos de pessoas. “Nos séculos XVI-XVII, o conceito de *raça* passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos” (MUNANGA, 2020, p.1).

Após estudos, a ciência concluiu que “a cor da pele não é fundamento válido para classificar as pessoas de forma hierárquica, sendo certo que não mais prosperam as noções de *raças* superiores e inferiores. (BRASIL, 2010, pp. 158-159). Por sua vez, racismo, expressão criada a partir da *raça*, é uma ideologia de poder, que se formou com suporte no processo histórico e político, que busca dividir a humanidade em *raças*, utilizando como critérios as características físicas hereditárias, com escala de valores não padronizados, segundo Munanga (2020).

Para Almeida (2019), o racismo também age de maneira ideológica, pois é uma prática social que procura retratar certa realidade. No entanto, as representações sugeridas não encontram eco na realidade. Exemplifica que:

[...] uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (ALMEIDA, 2019, p. 67).

Quando tratamos da influência da escravidão na sociedade brasileira, ficou claro que todos os seus segmentos foram atingidos pela principiologia que determina que os negros são cidadãos inferiores. Com fulcro nessa constatação, Almeida (2019) afirma que o racismo no Brasil é estrutural. O Estado tem função importante na estrutura do racismo. No sistema capitalista, a manutenção da liberdade, da ordem, da legalidade e da propriedade depende do uso da força, vale dizer, da violência organizada, para que as ideologias possam cumprir a função de dominação, com base no discurso da meritocracia.

Porém, antes de ser estrutural, o racismo também se manifesta de maneira individual e institucional. Sob a ótica do individualismo, é tratado como anormalidade ética ou de caráter. As condutas são coibidas por meio de indenizações fixadas pelo Poder Judiciário, as chamadas sanções civis, ou por meio de aplicação de pena criminal (ALMEIDA, 2019).

No racismo institucional, de acordo com Almeida (2019), verifica-se como o funcionamento das instituições, de forma velada ou indireta, produz desvantagens ou vantagens baseadas na raça. “As instituições são modo de orientação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 38).

O perfil mais severo do racismo é o estrutural. Trata-se de um mecanismo sofisticado que se projeta na reprodução das relações sociais, de maneira sistemática, ancorado na política, na economia e no direito, construindo pessoas racializadas em seu imaginário social, revelado pelas demonstrações de práticas discriminatórias. Essa modalidade envolve um processo político e histórico. No espectro político, o sistema apresenta duas facetas:

- a) Dimensão institucional: por meio da regulação jurídica e extrajurídica, tendo o Estado como o centro das relações políticas da sociedade contemporânea. Somente o Estado pode criar os meios necessários – repressivos, persuasivos ou dissuasivos para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporadas às práticas cotidianas.
- b) Dimensão ideológica: Como manter a coesão social diante do racismo? [...] É fundamental que as instituições sociais, especialmente o Estado, sejam capazes de produzir narrativas que acentuem a unidade social, apesar das fraturas como a divisão de classes, o racismo e o sexismo. É parte da dimensão política e do exercício do poder a incessante apresentação de um imaginário social de unificação ideológica, cuja criação e recriação será papel do Estado, das escolas e universidades, dos meios de comunicação de massa e, agora, também das redes sociais e seus algoritmos. (ALMEIDA, 2019, p. 54).

Essa estrutura, com base na ideologia e na política, conforme repisado, penetra nos campos do direito e da economia, gerando a naturalização do racismo. O *habitus*,

de acordo com Bourdieu (2007), nos mostra como o imperativo exterior é incorporado pelas pessoas, de forma estrutural, na cognição e nas motivações, desde os primeiros anos de vida. Tendo como suporte as condições econômicas e sociais dominantes, essas experiências da infância funcionam no cidadão como um crivo para todas as situações futuras da vida.

Em uma análise com base na psicologia, partindo da infância, “[...] toda criança negra normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco.” (FANON, 2008 p.129). Em conformidade com o pensamento de Fanon (2008), o inconsciente do racismo parte da catarse coletiva. As energias condensadas nos cidadãos precisam ser liberadas, pela agressividade. As histórias em quadrinhos e jornais ilustrados são confeccionados por indivíduos brancos e direcionados às crianças não negras.

O elemento mal da história é o índio ou o preto. O jovem negro é bombardeado com as atitudes dos brancos, guerreiros e vencedores. As produções literárias, cartazes, televisão e cinema, vagarosamente e constantemente modelam o espaço coletivo. Em solo europeu, o mal é retratado pelo negro. O lado mais sombrio da alma. Observe:

Aconselhamos a experiência seguinte para quem não estiver convencido: assistir à projeção de um filme de Tarzan nas Antilhas e na Europa. Nas Antilhas, o jovem negro se identifica *de facto* com Tarzan contra os negros. Em um cinema da Europa, a coisa é muito mais complexa, pois a platéia, que é branca, o identifica automaticamente com os selvagens da tela. Esta experiência é decisiva. O preto sente que não é negro impunemente. (FANON, 2008, p. 135)

Quando o branco outorga ao negro a característica relacionada ao mal, ele faz a regressão intelectual (idade mental de oito anos). E quando se descobre dentro de si alguma coisa que não é boa, a tendência, de acordo com a psicanálise clássica, é livrar-se dela e atribuir ao outro o malefício (FANON, 2018).

Para o negro, o inconsciente formula a imagem de que o reconhecimento só virá com a repetição dos atos dos brancos. “Há um mito a ser enfrentado. O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina.” (FANON, 2008 p.133). E continua: “Por mais dolorosa

que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco.” (FANON, 2018, P. 28).

Um importante fator a favor da naturalização do racismo no Brasil foi a ligação entre humor e racismo, no início da República. A tese de Maria Margarete dos Santos Benedicto estudou a representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da *belle époque* aos anos 1920, no Rio de Janeiro. Conclui-se que, “para rir das pessoas negras e seus descendentes, era preciso inferiorizar suas características. Ao rir das piadas racistas, contribuímos ainda que muitas vezes de modo involuntário, para naturalização do racismo” (BENEDICTO, 2018, pp. 241-242).

O racismo recreativo “é um tipo de discurso de ódio, é um tipo de mensagem que comunica desprezo, que comunica condescendência por minorias raciais. Mais do que isso, ele reforça a noção de que minorias raciais não são atores sociais competentes” (MOREIRA, 2018, p. 15). São os substratos acima que, de acordo com Souza (2006), construíram a subcidadania do negro no Brasil. Ancorada na viga institucional da hierarquia social, arquitetou-se de forma invisível quem é e quem não é cidadão, com base nos princípios da europeidade. O negro foi desclassificado e oprimido. Seus valores e crenças são relativizados pelo pensamento ideológico branco que domina o poder.

Mas como poderemos começar a alterar este estado de coisas? Devemos combater o racismo, como forma de maximização da democracia. As posturas antirracistas podem ser adotadas das seguintes maneiras, dentre outras: a) obtendo mais informações sobre o racismo; b) reconhecendo que ser branco é um grande privilégio; c) apoiando as políticas públicas de ações afirmativas na área da educação e do mercado de trabalho; d) através da leitura de livros de atores negros; e, e) tendo posição contrária à violência policial contra os negros. (RIBEIRO, 2019).

Do exposto, é forçoso concluir que o processo histórico e cultural brasileiro deixou os negros em segundo plano, excluindo-os das instituições escolares oficiais e, por consequência, dos espaços de poder. Por conseguinte, produziram-se reflexos deletérios enormes nas diversas gerações vindouras, notadamente o recrudescimento da desigualdade social, quando comparados aos brancos. Nesse momento histórico, os brancos devem abraçar a bandeira do antirracismo e colaborar na valorização dos negros. Nenhuma nação prospera quando há divisão de seu povo. Todos ganham. A democracia

agradece, a economia floresce e o racismo começa a padecer numa sociedade de sujeitos efetivamente iguais entre todos os comuns.

Pensar a sociedade no campo da pesquisa pelo viés da restrição de liberdade³⁴

Sociedade e Desenvolvimento

No processo de construção da nossa pesquisa intitulada “As contradições presentes nas intersecções entre desenvolvimento, autoritarismo e democracia no Brasil contemporâneo” (COSTA, 2021), quando falamos sobre desenvolvimento, é necessário superarmos a noção muito difundida e enraizada em nossa sociedade, de desenvolvimento atrelado estritamente ao progresso econômico. No decorrer do século XXI, emergiram novas inquietações que conquistaram o protagonismo social, e as discussões concernentes ao desenvolvimento se destacam nesse contexto. Segundo Moacir José dos Santos e Mônica Franchi Carniello (2014), o desenvolvimento se tornou, nas últimas décadas do século XXI, um meio de justificar não só a elaboração de políticas públicas centradas em promover crescimento econômico, quanto na adoção de estratégias visando reduções de desigualdades e na promoção de sustentabilidade em dimensões sociais, econômicas e ambientais (SANTOS E CARNIELLO, 2014).

Nesse sentido, pensar o desenvolvimento é compreender também que esse perpassa não só pela concepção de progresso econômico, mas por diversas esferas de nossa sociedade. Falar em desenvolvimento é também falar em participação e expansão de liberdades, como pontuado por Amartya Sen (2010), e nessa concepção mais ampla de desenvolvimento, não é um equívoco dizer que desenvolvimento é, também, o direito de não só existir, mas viver de forma digna em uma sociedade. Dito isto, defendemos que pensar o desenvolvimento é também pensar a qualidade de nossa democracia, pois uma democracia cada vez mais expansiva é necessária para que tenhamos um desenvolvimento cada vez mais emancipatório e inclusivo em nossa sociedade.

Um país como o Brasil, que não é um país de capitalismo central, mas tem uma posição na estrutura capitalista mundial, que o coloca em uma situação de maior dependência para com as potências centrais do capitalismo, tem entraves maiores para

³⁴ Essa parte do texto se refere à palestra de Lincoln Felipe Salomon Costa na mesa redonda realizada em 22 de julho de 2021, intitulada “Qual sociedade?”

alcançar uma democracia expansiva e participativa, visto que temos uma maior concentração de riquezas nas mãos de pequena parcela da população, o que potencializa o aumento das desigualdades do país. Podemos dizer que tal situação é estrutural do sistema capitalista e do neoliberalismo nos países periféricos do sistema. Essa pequena parcela da sociedade que concentra a maior parte da riqueza se configura em importante mecanismo mantenedor do *status quo* e da correlação de forças desiguais internas de países como o Brasil, e, também, para que se mantenha o *status quo* e a correlação de forças desiguais externas entre países tidos como desenvolvidos, ou seja, centros do capitalismo, e países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. Para elucidar melhor a questão acima, cabe lembrarmos de Celso Furtado (1974), argumentando que:

Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar grandes sacrifícios, para legitimar a destituição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento é um mito (FURTADO, 1974, p. 75).

Em um país em que uma pequena parcela da população concentra grande parte da riqueza do território para que possa usufruir de uma qualidade de vida equivalente a dos países centrais do capitalismo, a democracia se torna um entrave, pois quanto mais ela se expande, mais esbarra nos interesses dos poderosos. Assim, cabe pensarmos que o desenvolvimento neoliberal atual afeta diretamente a qualidade de nossa democracia e o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Democracia e Autoritarismo

Jacques Rancière (2014) argumenta que existe certo ódio a democracia na contemporaneidade, e junto a esse ódio nascem as formas de críticas à democracia e os mecanismos para estabelecer seus limites. Rancière (2014) pontua que a democracia formal, suas leis e instituições, são apenas aparências e instrumentos pelos quais a

classe burguesa exerce seu poder. São aparências, pois da forma que está estruturada nossa sociedade, uma democracia expansiva significa bater de frente com privilégios estruturais. Para o autor, a via para atingir uma verdadeira democracia é a luta contra essas aparências, pois, somente derrubando a forma burguesa da democracia, poderemos alcançar “[...] uma democracia em que a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da lei e do Estado, mas seriam encarnadas nas próprias formas da vida material e da experiência sensível” (RANCIÈRE, 2014, p. 9).

Para Rancière (2014), os porta-vozes do ódio à democracia habitam todos os países que se declaram democráticos, e nenhum deles reivindica uma democracia mais real, pois para eles, ela já é real demais, eles não se queixam das instituições ditas democráticas que mantêm o *status quo* e que dizem encarnar o poder do povo, mas se queixam do povo e de seus costumes (RANCIÈRE, 2014, p.10). Portanto, o que provoca a crise do governo democrático é justamente a intensidade da vida democrática, que se apresenta em dois aspectos. Primeiramente, a vida democrática afirma o poder do povo, identificando-se com um princípio anárquico, podendo intervir em todas as dimensões dos Estados e desafiando os princípios do “bom governo”, ou seja, a autoridade dos poderes públicos e o saber dos especialistas da política. A solução para esse excesso de vitalidade democrática, que tem o potencial de colocar em risco o *status quo* no qual o Estado burguês está alicerçado, consistiria em desviar as energias democráticas da cena política, orientando-as para outros objetivos, como a busca da prosperidade material e da felicidade privada, porém, ao orientar as energias democráticas “excessivas” para a busca da felicidade individual e para a vitalidade da vida privada, acarreta em novas demandas, as quais teriam um duplo efeito: “[...] tornavam os cidadãos indiferentes ao bem público e minavam a autoridade de governos intimados a responder a essa espiral de demandas que emanavam da sociedade” (RANCIÈRE, 2014, p.17)

Florestan Fernandes (2019) já denunciava os abusos desse modelo de democracia restrita, a qual, assim como Rancière, denomina de democracia burguesa, que beneficia as camadas dominantes de uma sociedade, na qual se concentra o poder político e econômico e se instaura um tipo de dominação, em que essas camadas resistem às pressões por uma expansão democrática e uma sociedade mais igualitária. Fernandes entende esse tipo de democracia como despotismo burguês (FERNANDES, 2019). Para Fernandes:

[...] a democracia típica de uma sociedade capitalista é uma *democracia burguesa*, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo é o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, *na teoria e na prática*, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do 'sistema democrático capitalista (FERNANDES, 2019, p.45).

Com base nos argumentos de Fernandes (2019), podemos sustentar que, nos governos capitalistas, principalmente no que diz respeito aos países de capitalismo periférico, o autoritarismo é um aspecto estrutural para preservar o fortalecimento e a expansão do sistema capitalista e do modelo de democracia burguesa (FERNANDES, 2019, p.1). Em seu estudo, *A revolução burguesa no Brasil* (2005), Fernandes (2005) sustenta que o Estado é autocrático e burguês, e que esse estado autocrático, nos países de capitalismo dependente, surge exatamente da combinação das formas de dominação estruturais externas, colocadas pelas potências capitalistas com o despotismo da burguesia nos países de capitalismo periférico (FERNANDES, 2005).

Em uma sociedade como a brasileira, de desenvolvimento neoliberal, a democracia como forma de vida política e social seria o reino dos excessos. Como aponta Rancière (2014), excessos que significam a ruína do modelo de democracia restrita e por isso devem ser reprimidos. Então, se a democracia restrita, ou burguesa, é uma forma de manutenção do *status quo* e dos privilégios de uma minoria, o que seria uma democracia em termos não burgueses?

Onde está essa democracia que se expande? Ela está presente em todos os Estados, não sendo uma forma de governo constante, nunca sendo alcançada por inteiro. O ódio a democracia se deriva do fato de que, como apontado acima, a democracia traz excessos, ela é ilimitada, no sentido de trazer reivindicações dos populares e excluídos e fazer valer essas ideias, valores e reivindicações. Assim, a democracia não seria algo constante, mas um movimento. Movimento pela sua própria expansão. Uma ação, uma

atividade de embate, uma luta constante dos sujeitos por participação social, o que indicaria o grau maior ou menor de alcance democrático dentro de uma sociedade. O ódio a democracia, no sentido de uma democracia de participação real e não uma democracia burguesa representativa, em que seus dirigentes dizem representar a vontade do povo, advém justamente pelo fato de democracia, no sentido mais abrangente, ser uma ação dos grupos com potencial de abalar as estruturas do Estado oligárquico burguês. Para melhor elucidar os argumentos acima, Rancière (2014) pontua que:

[...] o que chamamos de democracia é um funcionamento estatal e governamental que é o exato contrário: eleitos eternos, que acumulam ou alternam funções municipais, estaduais, legislativas ou ministeriais, e veem a população como elo fundamental da representação dos interesses locais; governos que fazem eles mesmos as leis; representantes do povo maciçamente formados em certa escola de administração; ministros ou assessores de ministros realocados em empresas públicas ou semipúblicas; partidos financiados por fraudes nos contratos públicos; empresários investindo uma quantidade colossal de dinheiro em busca de um mandato; donos de impérios midiáticos privados apoderando-se do império das mídias públicas por meio de suas funções públicas. Em resumo: apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e a econômica (RANCIÈRE, 2014, p.93)

Isto posto, é possível dizer que vivemos em um Estado oligárquico de direito, que utiliza eleições como uma forma de consenso, e esse consenso é colocado como democracia. As eleições funcionam como uma mobilização popular que cria um consentimento em torno da perpetuação do poder nas mãos daqueles que são os privilegiados, que organizam a legislação em prol dos seus direitos, de suas garantias, de seus privilégios e das suas propriedades. O que chamamos de coisa pública, segundo a ideia do autor, na verdade é uma apropriação da coisa pública por entes privados e indivíduos que detêm a riqueza, os “bem-nascidos”. Em poucas palavras: o que chamamos de democracia, na prática, é o conceito de um Estado oligárquico de direito. Marilena Chauí (2012) ressalta que, no modelo de desenvolvimento capitalista, os obstáculos para a obtenção de uma democracia real são imensos, pois:

[...] o conflito dos interesses é, na verdade, expressão do fundamento mesmo da divisão social, ou seja, a contradição entre o capital e o trabalho e, portanto, a exploração e dominação de uma

classe social por outra, Assim, por exemplo, se é verdade que as lutas populares nos países do capitalismo central ou metropolitano ampliaram os direitos dos cidadãos e que a exploração dos trabalhadores diminuiu muito, sobretudo com o Estado do Bem-Estar Social, também é verdade, no entanto, que houve um preço a pagar: a exploração mais violenta do trabalho pelo capital recaiu sobre os trabalhadores dos países da periferia do sistema. Além disso, também é inegável, em toda parte, a fragilidade dos direitos políticos e sociais sob a ação do neoliberalismo, que opera pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado ou do mercado, sob a forma da privatização e da chamada desregulação econômica (CHAUÍ, 2012, p.153).

Chauí (2012) aponta que o essencial da democracia é que o poder não se identifica com aqueles que ocupam o governo, pois o poder não lhes pertence, mas é um “lugar vazio que, periodicamente, os cidadãos preenchem com representantes, podendo revogar seus mandatos se não cumprirem o que lhes for delegado” (CHAUÍ, 2012, p. 149-150). Assim, democracia seria a soberania popular, ficando clara a distinção entre poder e governo. Poder deveria pertencer aos cidadãos que o exerceriam instituindo leis, instituições políticas ou o Estado. O governo é uma delegação do poder, escolhido pelo povo, e isso significa que nenhum governante ou membro do governo deve apropriar-se privadamente dele. A democracia prevê uma ideia de oposição, em que as vontades e as discordâncias devam ser respeitadas e garantidas pela lei, pois na democracia está entendido que a sociedade não é uma comunidade “una e indivisa voltada para o bem comum obtida por consenso, mas, ao contrário, que está internamente dividida, que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente” (CHAUÍ, 2012. p. 150).

Para a autora, os ideais de igualdade e liberdade colocados dentro da democracia deveriam ir muito além de mera formalidade jurídica, pois “significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los” (CHAUÍ, 2012, p.150). É nesse ponto que, para a autora, reside o cerne da democracia: a criação de direitos, que possibilita expandir a democracia restrita a poucos. Chauí (2012) salienta também que justamente pôr a criação de direitos ser o cerne da democracia, essa é necessariamente aberta aos conflitos e as disputas, “em outras palavras, a democracia é a única forma política na qual

o conflito é considerado legítimo” (CHAUÍ, 2012, p.150). Assim, com a ampliação dos direitos a democracia tem o potencial de ampliar a cidadania, e como argumenta a autora, “só há democracia com a ampliação contínua da cidadania” (CHAUÍ, 2012, p.153). A autora ressalta que as democracias liberais se definem somente pelos direitos civis, mas, em uma democracia real e ampliada, o sentido dos direitos é expandido, abrindo um “campo de lutas populares pelos direitos econômicos, sociais e culturais, opondo-se aos interesses e privilégios da classe dominante. A democracia propicia uma cultura da cidadania” (CHAUÍ, 2012, p.153).

Se tivermos uma democracia restrita dentro de um modelo de desenvolvimento com o potencial de barrar, como apontado Rancière (2014), Fernandes (2019) e Chauí (2012), a expansão dessa democracia em vistas de manutenção de privilégios, a democracia perde seu cerne, é esvaziada de seu caráter democrático, pois se exclui o direito de lutar por direitos e expandir a democracia. Isso evidencia também o caráter autoritário existente dentro de uma democracia restrita e daqueles que a utilizam como mecanismo de manutenção de privilégios.

Podemos, então, dizer que a qualidade da nossa democracia também tem relação com a posição que exercemos na estrutura do capitalismo e do modelo de desenvolvimento neoliberal. Um modelo de desenvolvimento que visa explorar em diversas esferas países como o Brasil, seja economicamente ou culturalmente, fortalece a desigualdade, fator necessário para a manutenção de privilégios de um grupo minoritário, e, conseqüentemente, enfraquece nossa democracia, pois uma maior participação democrática significaria a ruína desse modelo. Nesse sentido, o autoritarismo é um componente essencial de nossa democracia burguesa. Temos uma democracia em que o componente autoritário serve para a manutenção do *status quo* e do modelo restrito de democracia. O autoritarismo, nessa democracia, pode ser percebido, por exemplo, no fato de que se pode ir às ruas protestar, mas, dependendo do teor do protesto, o braço armado do Estado estará lá para reprimir aqueles que se movimentam pela expansão da democracia

Uma democracia em que todos são cidadãos, mas existem certas camadas da sociedade que sentem o peso do ódio, na democracia apontada por Rancière (2014), como o pobre, o negro, a mulher. Uma democracia em que se preservam as mesmas castas na estrutura do poder por gerações. Uma democracia, como aponta Chauí (2012),

onde ainda se trata o bem público como o privado. Uma democracia, como aponta Fernandes (2019), em que prevalece a meritocracia, em que o mérito está nas mãos dos que já tem privilégios. Em suma, uma democracia em que a ideia de povo é restrita.

Conclusão – o conceito de sociedade e pesquisa multidisciplinar pelo viés da perda dos laços social no paradoxo da sociedade do indivíduo³⁵

A partir das questões anteriores referente aos aspectos hegemônicos, os quais naturalizam as desigualdades sociais e a restrição de liberdade dos sujeitos, temos a oportunidade para compreender o conceito de sociedade como algo que se apresenta pelo viés da perda dos laços sociais que se instauram no paradoxo da sociedade do indivíduo. Portanto, trata-se de compreender as dinâmicas sociais e as diversas contradições que determinam o campo das relações do sujeito e a possível realização da democracia.

Em termos de pesquisa, compreendemos o laço social como “[...] forma de fazer laço com o outro que conecta, e ao mesmo tempo separa, pois se sustenta sobre um vazio que abrigará a causa do sujeito, sua singularidade” (TIZIO, 2021). Neste contexto, torna-se importante analisar que vivemos na modernidade do acirramento, em que se perde o laço social e prevalece a sociedade do indivíduo, em que:

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou objeto sexual, mas também alguém que os tenta satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo - *Homo homini lupus* (FREUD, 1990, p.116).

³⁵ Essa parte do texto se refere à palestra de Rogério Rodrigues na mesa redonda realizada em 22 de julho de 2021, intitulada “Qual sociedade?”

Essa condição predatória do sujeito prevalece no sentido próprio da palavra indivíduo, como aquele que se representa como não dividido, na ilusão que possa prevalecer à razão soberana como forma de orientar a nossa prática em nossa existência. Isso se apresenta como contradição, pois apesar da razão estabelecida, atuamos sem saber. Muitas vezes o que prevalece é a alienação, pois não sabemos o que fazemos e ficamos destituídos da consciência crítica. Aqui se apresenta um tema de pesquisa no sentido de querer compreender como a sociedade produz essa forma de consciência não reflexiva perante à atividade humana?

Neste contexto, o não querer saber e o fazer destituído de reflexão crítica são elementos da modernidade que se expressa na prática do individualismo. Essa condição não reflexiva pode também se manifestar como forma de violência, no momento em que se perde a vida colaborativa.

Essa perda da coesão social da sociedade do indivíduo também pode se apresentar na prática cínica, em que sabemos que fazemos e continuamos a fazer, sem a responsabilidade pelos atos realizados. É nesse ponto que podemos compreender na radicalidade:

[...] a noção de que o cinismo “é a consciência infeliz modernizada sobre a qual a Aufklärung agiu ao mesmo tempo com sucesso e em pura perda”. É nesse sentido que Sloterdijk pode dizer que, no cinismo, “eles sabem o que fazem, e continuam a fazê-lo”. Como se houvesse uma profunda distorção performativa no cerne dos usos cínicos da linguagem (SAFATLE, 2008, p. 68-69).

Aqui se apresenta o centro do problema em nossas pesquisas no campo dos processos formativos a ser enfrentado, pois como compreender a barbárie entre aqueles em que possuem as condições do entendimento. Portanto, trata-se de compreender como o sujeito esclarecido pode se apresentar na completa perda da racionalidade no seu modo de fazer as coisas?

Enfatizamos que a perda do laço social e as práticas de violência podem prevalecer no agir humano, o qual se pauta na irracionalidade. Isso pode, ainda, se ampliar com acirramento das desigualdades sociais e, principalmente, com a restrição de liberdade, em que a sociedade seria uma luta de todos contra todos.

Esse tipo de acontecimento de todos contra todos se apresentou na radicalidade, quando se iniciou a pandemia no Brasil, em 16 de março de 2020, em decorrência do

novo coronavírus. Tivemos a ampliação das desigualdades sociais na perspectiva do individualismo ao se estabelecer o confinamento social, que durou e permanece por vários meses. No atual momento, na escrita deste ensaio, já se passou um longo período de tempo de confinamento e nem se torna possível saber quando tudo vai acabar. O que muito se diz é que tudo vai ficar diferente na pós-pandemia e, por uma longa duração de tempo, vamos ter que nos habituar com o novo normal.

Neste novo normal, compreender a sociedade indivíduo se apresenta em compreender a diferença entre aqueles que podem ficar em casa, daqueles que não podem ficar em casa. Essa condição ampliou a experiência da vida individual para se evitar a contaminação pelo vírus. Isso se configurou como regra e, simultaneamente, a condição para a invenção do novo normal com o retorno do velho, pois, para muitos, não é novidade ficar num espaço limitado, sem espaço de circulação, numa sociedade que exclui a livre circulação dos sujeitos pelos espaços públicos.

O modo de vida que foi implementado pelo novo normal apenas colocou em evidência as diferenças sociais, pois é muito diferente ficar confinado em barraco, onde cozinha, sala e dormitório se sobrepõem, daqueles que moram em casas com amplo espaço de jardim e quintal. Ademais, a restrição do espaço para viver produz efeito no estado emocional, primordialmente, no medo do contato com o outro. Isso seria algo peculiar da sociedade atual, em que o outro é algo que produz o desconforto ao se apresentar como opositor e que coloca em evidência a necessidade do diálogo. Portanto, a pandemia do novo coronavírus apenas ampliou a repulsa do outro que, agora, encontra-se justificada pelo medo do contágio.

No atual momento, na sociedade do indivíduo, foi acrescentada ao outro, além da qualidade de estranho, a possibilidade de estar contaminado ou ser portador do vírus. Evita-se, agora, a presença do outro ou de qualquer condição de aglomeração. No mundo da pandemia não se pode estar com o outro em espaços onde os sujeitos podiam se libertar de sua individualidade, uma vez que em algum momento da nossa vida em coletividade podemos ficar mais próximo do outro, em que:

Somente na massa é possível ao homem libertar-se do temor do contato. Tem-se aí a única situação na qual esse temor transforma-se no seu oposto. E é da massa densa que se precisa para tanto, aquela na qual um corpo comprime-se contra o outro, densa inclusive em sua constituição psíquica, de modo que não

atentamos para quem é que nos “comprime” (CANETTI, 1995, p. 14).

Agora, o medo do contato tem a instância microscópica em que o inimigo, de um lado, seria o outro visível e, de outro lado, algo invisível que pode estar em qualquer lugar. Para se evitar o contato com o outro se define o território limitado de existência dentro de casa. O lugar de existir do sujeito é o confinamento, pois perdemos todos os espaços comuns com o outro para viver no espaço particular, sem a presença do outro. Isso se apresenta como algo que amplia a perda do laço social nas contradições de destituir, em parte, o processo civilizatório da vida em coletividade.

A ciência coloca em evidência a necessidade do isolamento como forma de prevenção, mas nem todos possuem o mesmo tipo de forma de isolamento e, sobre isso, pouco se buscou discutir as diferenças sociais como forma distinta de vida em sociedade de que vêm a agravar a expansão e a velocidade de contaminação do referido vírus. Portanto, é primordial compreender que o novo coronavírus não é tão novo, apenas se trata de outra variação de vírus da família já conhecida de coronavírus. Nesse caso, as doenças que nos atingem em cada época se apresentam em situação de o sujeito inventar formas de prevenção e controle. O lugar que habitamos pode representar, em grande parte, a história, desta forma de prevenção pelo atendimento da água, esgoto e, primordialmente, a compreensão da ventilação e luz solar, principalmente, aquilo que diferencia as classes sociais entre aqueles que podem se proteger, daqueles que estão expostos à contaminação.

No confinamento, ficaram caracterizadas as circunstâncias das diferenças sociais em que ficar em casa, para poucos, foi uma diversão, em decorrência do amplo espaço e, para muitos, um verdadeiro castigo, pelo pequeno espaço disponível da casa. Na cidade de São Paulo, em estudo, pôde-se verificar que as diferenças sociais também se apresentaram nas mortes, pois os dados indicaram que, para 65% dos óbitos, a renda familiar seria de até 3 mil e, para 1% dos óbitos, a renda familiar estava acima de 19 mil (ASSIS & MORENO, 2020). Para entendermos como a renda afeta diretamente a questão da pandemia, optamos por analisar esse assunto no sentido de pensar que a cidade tem lugares diferentes, em decorrência da renda de seus moradores.

O lugar dos denominados “baixa renda” se encontra, em grande parte, sem rede de esgoto e água tratada. O lugar dos de “alta renda” conta com toda a infraestrutura

de água e esgoto canalizados. Podemos retratar isso na história dos bairros; por exemplo, na cidade de São Paulo, há o bairro Higienópolis, que se caracteriza por moradores de alto poder aquisitivo e, por outro lado, o bairro da Vila Brasilândia, em que grande parte dos moradores são de “baixa renda”.

O primeiro bairro tem o nome de Higienópolis, pois materializa, em sua construção, a perspectiva de ciência para a saúde sanitária, em que se instala rede de água e esgoto para todas as casas (DALTRO, 2020). O segundo bairro (Vila Brasilândia) se caracteriza pela ausência de planejamento, em que as construções, em grande maioria, ocorrem ao acaso, expondo a ausência de saneamento básico e isso resulta também no alto índice de mortes pela Covid-19 (RIBEIRO, 2020).

A falta de saneamento básico e com os fatores de “baixa renda” potencializam a vulnerabilidade da população local ao contágio do novo coronavírus, as relações entre educação, trabalho e saúde promovem o resultado entre aqueles que vivem ou morrem. Dessa forma, a questão social fica diretamente caracterizada pelas diferenças de renda e espaço da casa, em que a pandemia e o ficar em casa se desdobram em formas distintas de confinamento. Uma ciência inserida na análise das contradições presentes na sociedade brasileira poderia colocar em discussão outras variáveis centrais para discutir o combate à pandemia.

Na questão da pandemia, a compreensão crítica do conceito de sociedade se torna um elemento fundamental, que pode fazer a diferença entre a vida e a morte. Torna-se estranho compreender os elementos de contágios e observar, na rua, diversas pessoas caminhando com a máscara de proteção no queixo ou somente protegendo a boca, deixando o nariz completamente exposto.

O elemento democrático na inserção do sujeito no campo da cultura passa a ser um divisor entre aquilo que pode definir a qualidade de vida entre os países desenvolvidos e lugares em que a vida não tem valor. Assim sendo, a pandemia coloca em evidência uma modalidade do pensamento da consciência crítica e a irracionalidade entre aqueles que, respectivamente, atuam e estão pautados na responsabilidade ética daqueles que brincam perante a morte do outro. Diante dos fatos, a perda do laço social se amplia perante aqueles que fazem o descaso da doença e se constitui a consciência cínica do negacionismo de compreender a vida em sociedade, como que deveria se pautar na coletividade em que todos devem se responsabilizar por seus atos. Deveríamos

ficar atentos a essa modalidade de razão cínica, uma vez que se apresenta como forma de pensamento de maneira que:

[...] é impotente diante de um regime de distorções cada vez mais hegemônico, que poderíamos chamar de *distorções performativas*. Neste caso, a linguagem produz performances que não deveria produzir, como no caso dos sintomas (que indicam a existência de duas regras de conduta linguisticamente estruturada contrárias que constituem uma mesma representação mental), ou não produz performances que deveria produzir, *mesmo estando perfeitamente adequada em relação aos critérios normativos partilhados de maneira intersubjetiva*. Essa distorção performativa paradoxal ou esse bloqueio de força perlocucionária de ser chamado de *cinismo* (SAFATLE, 2008, p.26).

Para tanto, o eixo central para se compreender “qual sociedade”, em nosso programa de pós-graduação, seria analisar o conjunto de contradições de representações de imagens da sociedade que se constituem no campo da razão cínica como algo que se desloca da alienação, em que se “Eles não sabem, mas o fazem” (SAFATLE, 2008, p. 67), para a condição paradoxal de que “[...] eles sabem o que fazem, e continuam a fazê-lo” (SAFATLE, 2008, p. 69).

Compreendemos que pensar criticamente o conceito de sociedade seja colocar em evidência as contradições que se encontram na hegemonia constituída no campo do liberalismo, em que prevalece o conceito de igualdade, liberdade e fraternidade. Portanto, torna-se evidente que vivemos em uma sociedade que se constitui na desigualdade, na restrição de liberdade e na perda do laço social.

Temos como pressuposto que viver junto em sociedade implica, em parte, em compartilhar o espaço comum com o outro como elemento da tolerância. Para tanto, torna-se oportuno analisar a tolerância como algo relacionado em aprender a viver em coletividade e isso se apresenta como objeto complexo, uma vez que “[...] a cooperação torna-se uma experiência adquirida, mais que uma simples partilha impensada” (SENNETT, 2013, p. 25). Aqui podemos apresentar o papel dos processos formativos na construção da sociedade e, primordialmente, como representamos o nosso modo de vida, em que:

A educação é o modo como as pessoas, as instituições e as sociedades respondem à chegada daqueles que nascem. A educação é

a forma com que o mundo recebe os que nascem. Responder é abrir-se à interpelação de uma chamada e aceitar uma responsabilidade. Receber é criar um lugar: abrir um espaço em que aquele que vem possa habitar; pôr-se à disposição daquele que vem, sem pretender reduzi-lo à lógica que impera em nossa casa. (LARROSA, 2004, p. 188).

Em nossas discussões buscamos colocar em evidencia uma maneira específica para pensar os processos formativos na constituição do pensamento crítico, ou seja, qual seria o lugar do sujeito perante o mundo na reconstrução do laço social? O fato de permitir o outro vir a ser o inesperado é uma possibilidade de oposição para aquilo que se mantém como convicção de verdade no processo de investigação e, portanto, se encontra em plena reconstrução em cada momento que colocamos em discussão “qual sociedade” em nossas pesquisas. Isso significa dizer que temos algo a comemorar, em termos de produção acadêmica, pois se tornou oportuno nesses dez anos de existência do nosso programa de pós-graduação (2012 até 2022) iniciar uma demarcação no campo da pesquisa, no sentido de compreender as contradições que se apresentam na dinâmica da realidade em que o conceito de sociedade se constitui na pesquisa multidisciplinar, como forma de expressão dos efeitos da perda dos laços sociais no paradoxo da sociedade do indivíduo.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

ASSIS, Joanna. & MORENO, Carolina. Estudo mostra que 66% de mortos por Covid-19 na Grande SP ganhavam menos de 3 salários mínimos. In: **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/estudo-mostra-que-66percent-de-mortos-por-covid-19-na-grande-sp-ganhavam-menos-de-3-salarios-minimos.ghtml> Acesso em: 26 jun. 2020.

BENTO; Maria Aparecida. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/foruns/racismo-institucional/Caderno-Racismo.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BENEDICTO, Maria Margarete dos Santo. **Quaquaraquá quem riu? Os negros que não foram...A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da belle époque aos anos 1920 no Rio de Janeiro**. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Audiência Pública**: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186: recurso extraordinário 597.285. Relator: Min. Ricardo Le-

wandowski, 5 de março de 2010. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/Notas_Taquigraficas_Audiencia_Publica.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 01 ago. 2021

BRASIL. **DECRETO Nº 65.810, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1969**. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html> Acesso em: 01 ago. 2021.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária**. In: Comunicação & Informação, v. 15, n.2, p.149-161, jul/dez. 2012.

COIMBRA, Célia M. B. Neoliberalismo e direitos humanos. In: AMARANTE, P.(org). **Ensaio**s: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/htgij/pdf/amarante-9788575413197-12.pdf> Acesso em: 21 jun. 2021.

COSTA, Lincoln Felipe Salomon. As contradições presentes nas intersecções entre desenvolvimento, autoritarismo e democracia no Brasil contemporâneo. Itajubá: Universidade Federal de Itajubá (Dissertação de Mestrado). 2021.

DALTRO, Ana Luiza. Curiosidades sobre o surgimento de Higienópolis. In: **Revista Veja**. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/historia-higienopolis/#:~:text=Lan%C3%A7ado%20em%201895%20como%20Boulevard,esgoto%20e%20fornecimento%20de%20%C3%A1gua>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira . - Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil**/ Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização (1930 [1929]). In: _____. **Obras Completas**. v. XXI. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro, v. 1: Globo Livros, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana**: danças, piruetas e mascaradas. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAHLMEISTER, Rodrigo *et al.* **Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil**. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 73, n. 2, p. 159-180, jun. 2019. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/74883>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: _____. **Contribuições à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**, 3ªed., Malheiros, 2005.

MOREIRA, Adilson. **O humor racista é um tipo de discurso de ódio**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-discurso-de-odio/>. 2018. Acesso em: 01 ago. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 17 mai. 2020.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 12. ed., Saraiva, São Paulo, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014

RIBEIRO, R.; SILVA ARAÚJO, G. **Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo**. *Nova Economia*, [S. l.], v. 26, n. 1, 2016.

1

2 RIBEIRO, Tayquara. Recordista de mortes por Covid em SP, Brasilândia ganha limpeza das ruas. In: **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/recordista-de-mortes-por-covid-em-sp-brasilandia-ganha-limpeza-das-ruas.shtml> Acesso em: 29 jul. 2020.

RODRIGUES, Evandro Luiz. Desenvolvimento Social, Educação e Cotas Étnico-Raciais: os embates entre os autores sociais e governamentais na audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF-2010). Itajubá: Universidade Federal de Itajubá (Dissertação de Mestrado). 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. História do desenvolvimento: limites de um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, p. 67-88, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2015.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro, RJ: Estação Brasil, 2019.

TIZIO, Hebe. Novas modalidades do laço social. **Revista aSEphallus**. Disponível em: http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/artigo_03.htm#:~:text=O%20la%C3%A7o%20social%20%C3%A9%20uma,causa%20do%20sujeito%2C%20sua%20singularidade. Acesso em: 24 abr. 2021.



UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-65-86914-64-1



9 786586 914641